

Relatório Integrado do
Banco Central

RIG
2024



**BANCO CENTRAL
DO BRASIL**

Sumário

Carta do Presidente, 4

QUEM SOMOS, 6

1 Modelo de negócios e contexto de atuação, 7

1.1 O que foi importante em 2024, 10

2 Governança, estrutura e integridade, 12

2.1 Modelo de governança, 17

2.2 Integridade, 18

3 Plano Estratégico Institucional, 19

3.1 Cadeia de valor e indicadores de gestão, 21

3.2 Planejamento estratégico e Plano Plurianual (PPA), 24

4 Riscos, oportunidades e perspectivas, 25

NOSSA FORÇA E NOSSOS RECURSOS, 30

1 Relacionamento, 32

1.1 Atendimento aos cidadãos, 35

1.2 Relacionamento com entidades supervisionadas com foco no cidadão, 37

1.3 Relacionamento com os entes federados e poderes públicos, 38

1.4 Relacionamento internacional do BC, 39

2 Pessoas e saber-fazer, 45

2.1 Servidores e remuneração, 47

2.2 Aprendizagem, 49

2.3 Programa de Gestão e Desempenho (PGD), 50

2.4 Desenvolvimento tecnológico, 50

2.5 Resiliência cibernética, 51

3 Recursos orçamentários e financeiros, 54

- 3.1 Orçamento Geral da União (OGU), 54
- 3.2 Orçamento de Receitas e Encargos de Autoridade Monetária (OAM), 57
- 3.3 Outros recursos administrados, 59
- 3.4 Contratações, 59
- 3.5 Custos, 59
- 3.6 Demonstrações financeiras e avaliação de resultados, 61

4 Recursos de infraestrutura e naturais, 64

- 4.1 Emissão e distribuição de cédulas e moedas, 64
- 4.2 Ações para redução do consumo de recursos naturais, 68

NOSSOS RESULTADOS, 71

1 Estabilidade do poder de compra da moeda, 75

2 Estabilidade financeira nacional, 81

3 Agenda BC#, 92

- 3.1 Inclusão, 92
- 3.2 Competitividade, 97
- 3.3 Transparência, 109
- 3.4 Educação, 116
- 3.5 Sustentabilidade, 120
- 3.6 Excelência, 125

4 Outros resultados, 127

- 4.1 Projetos e programas corporativos, 127
- 4.2 Premiações recebidas em 2023, 127

O cenário econômico global em 2024 foi desafiador, com volatilidade, dúvidas sobre a desaceleração econômica e incertezas quanto à política monetária dos Estados Unidos da América (EUA). Após o início da redução de juros, o ritmo do afrouxamento monetário pelo Federal Reserve (Fed) gerou ajustes nos mercados e aumentou a incerteza. Enquanto os bancos centrais buscavam controlar a inflação, divergências entre países complicaram a sincronização das políticas monetárias, exigindo cautela, especialmente de economias emergentes.

No Brasil, os primeiros meses de 2024 indicaram desaceleração econômica e desinflação. No entanto, a atividade econômica e o mercado de trabalho superaram as expectativas ao longo do ano, com projeções do Produto Interno Bruto (PIB) revisadas de 1,6% para 3,4%. Apesar disso, o processo desinflacionário foi mais lento, levando à interrupção do ciclo de redução de juros em julho e ao início de um aperto monetário em setembro.

Para 2025, o cenário permanece incerto e desafiador, com fatores externos e domésticos, como des ancoragem das expectativas de inflação, câmbio desvalorizado e maior hiatto do produto. O Copom intensificou o aperto monetário no final de 2024 e sinalizou continuidade em 2025, reafirmando o compromisso com a estabilidade de preços e o equilíbrio econômico.

É papel do Banco Central do Brasil (BC) zelar também pela estabilidade financeira com foco nos principais riscos e na resiliência do Sistema Financeiro Nacional (SFN). Nesse sentido, análises realizadas pelo BC indicam que o grau de confiança na resiliência do SFN se manteve elevado.

O indicador Nível de Enquadramento às Exigências de Capitalização por parte das instituições do SFN (NEEC-SFN), que monitora a solidez do sistema financeiro, manteve, em 2024, desempenho médio de 99,7%, superior à meta de 98,8%. O BC contribuiu decisivamente para a estabilidade do SFN por meio de supervisão prudencial e de conduta, ações diretas e remotas, e maior uso de ferramentas tecnológicas.

O número de instituições supervisionadas cresceu 12,5% entre 2021 e 2024, totalizando 1.850, com maior complexidade e diversidade, incluindo bancos, cooperativas, instituições de pagamento, entre outras. Apesar de restrições em recursos humanos, o BC realizou 819 ações de supervisão em 2024, equilibrando a preservação da saúde financeira, a continuidade dos serviços e o avanço tecnológico.

Como resultado, foram firmados onze termos de compromisso (TCs) para corrigir irregularidades, indenizar clientes e cessar práticas inadequadas, gerando R\$62,67 milhões em contribuições pecuniárias ao BC.

Além do cumprimento de sua missão institucional, ao longo de 2024 o BC também promoveu avanços em sua agenda de inovação. Para tanto, uma série de iniciativas foram promovidas no âmbito de sua agenda estratégica, a Agenda BC#, que está organizada em seis dimensões: Inclusão, Competitividade, Transparência, Educação, Sustentabilidade e Excelência.

As iniciativas da Agenda BC# visam ao desenvolvimento de um ambiente de negócios mais dinâmico e amigável, com o objetivo de promover a democratização financeira—maior inclusão, menor custo de intermediação, maior competição, redução de barreiras à entrada no SFN, maior contribuição para o crescimento sustentável da economia, redução do custo do crédito e aumento dos serviços financeiros de melhor qualidade.

Nesse sentido, destacaram-se, nos últimos anos, as iniciativas associadas ao sistema de pagamentos instantâneos brasileiro (Pix), ao Sistema Financeiro Aberto (Open Finance) e à moeda digital brasileira (Drex). O Pix revolucionou a forma como os brasileiros fazem pagamentos e transferências financeiras. O Open Finance permite, atualmente, que os clientes compartilhem dados cadastrais sobre produtos e serviços financeiros tradicionais, além de informações sobre produtos e serviços relacionados a investimentos e câmbio. Futuramente, os clientes poderão também compartilhar seus dados sobre credenciamento, seguros e

previdência. Outra iniciativa relevante é o desenvolvimento do Drex, que elevará a aplicabilidade do uso de ativos reais, financeiros, virtuais e valores mobiliários como garantia de operações financeiras, trazendo maior eficiência ao SFN.

Ainda foram desenvolvidas iniciativas relacionadas ao aprimoramento da segurança cibernética do SFN e do Sistema de Pagamento Brasileiro (SPB), além de ações de aplicação de inteligência artificial (IA) aos processos de trabalho do BC. Nesse sentido, o BC criou o Centro de Excelência de Ciência de Dados e Inteligência Artificial (CdE IA) para fomentar o uso de ciência de dados e da IA na Instituição. Buscou-se também promover o desenvolvimento de finanças sustentáveis no SFN com a implementação de melhores práticas internacionais, a maior disponibilidade de recursos para empreendimentos sustentáveis e o melhor gerenciamento dos riscos sociais, ambientais e climáticos.

Sobre os próximos passos para modernização do SFN, a proposta é a continuação de um programa de inovação cujo objetivo é a completa digitalização da intermediação financeira por meio da pauta tecnológica da Agenda BC#. Os destaques são a implementação de novas funcionalidades ligadas ao Pix e ao Open Finance.

O presente Relatório Integrado é parte da prestação de contas do BC em 2024 aos cidadãos e está estruturado em três capítulos. O capítulo “Quem Somos” apresenta o que é o BC, o que ele faz, em que contexto atua, seu modelo de negócios, governança e estratégia. O capítulo “Nossa

Força e Nossos Recursos” apresenta, de forma sucinta, os diversos recursos de que o BC dispõe para o cumprimento de sua missão: pessoas; rede de relacionamentos institucionais; recursos tecnológicos, financeiros, de infraestrutura e naturais. O capítulo “Nossos Resultados” apresenta os principais resultados alcançados e os benefícios que esses resultados produziram para a sociedade brasileira.

Por fim, asseguro a integridade deste relatório, elaborado com a participação das diversas áreas do BC, aprovado pelo Comitê de Governança, Riscos e Controles (GRC), nos termos do Voto 137/2025-GRC, de 21 de março de 2025; e disponibilizado à sociedade e ao Tribunal de Contas da União (TCU).

Boa leitura!



Gabriel Galípolo
Presidente



QUEM SOMOS

1 Modelo de negócios e contexto de atuação

O BC é uma autarquia federal de natureza especial e autônoma criada pela [Lei 4.595, de 31 de dezembro de 1964](#), com autonomia estabelecida pela [Lei Complementar 179, de 24 de fevereiro de 2021](#). Sua missão é garantir a estabilidade do poder de compra da moeda, zelar por um sistema financeiro sólido, eficiente e competitivo, e fomentar o bem-estar econômico da sociedade.

O modelo de negócios ilustra como o BC gera benefícios à sociedade. Ele apresenta informações sistematizadas sobre as pessoas que trabalham na Instituição (servidores e colaboradores terceirizados), sobre os relacionamentos que cultiva, sobre os recursos de que dispõe, sobre os principais processos de trabalho, e sobre resultados quantitativos gerados. O modelo de negócios do BC é apresentado a seguir.

Nosso Modelo de Negócios

PROCESSOS

Formulação de diretrizes, organização, fiscalização e resolução no âmbito do SFN

Provimento e vigilância da infraestrutura do SFN

Formulação e execução das políticas monetária, de crédito, cambial e das reservas internacionais

Relacionamento institucional no país e no exterior

Processos de gestão e suporte organizacional

3.189 servidores
1.931 colaboradores
2.061 pós-graduados
2.181 ações de aprendizagem

INFLAÇÃO

4,83% IPCA

OPEN FINANCE

39 milhões de clientes atendidos
800 instituições participantes

CIDADANIA FINANCEIRA

45,7 mil participantes em palestras, cursos e oficinas

PIX – usuários

156 milhões de pessoas
15,2 milhões de organizações
817 milhões de chaves registradas

NOSSOS RESULTADOS

SFN SÓLIDO

99,86%

nível de enquadramento às exigências de capitalização

819 ações de supervisão
1.850 instituições alcançadas

SUSTENTABILIDADE DO SFN

100% de redução de resíduos no meio circulante

RELACIONAMENTO EXTERNO

58,7 milhões de visualizações do nosso conteúdo nas mídias sociais
1,4 milhão de visualizações do Portal de Dados Abertos
3.223 atendimentos à imprensa
15 consultas públicas realizadas
60.817 atendimentos feitos junto aos poderes públicos
10 audiências públicas no Congresso Nacional
1.050 interações com contrapartes internacionais

4,1 bilhões de recursos do OGU
1,1 bilhão recursos OAM

IMPACTOS

Estabilidade econômica

Estabilidade financeira

Inclusão financeira

Competitividade do SFN

Sustentabilidade do SFN

Transparência do BC e do mercado

Educação financeira



NOSSA FORÇA E NOSSOS RECURSOS

Referência dez/2024

O ambiente externo mostrou-se desafiador e apresentou bastante volatilidade ao longo de 2024. A conjuntura econômica suscitou dúvidas sobre os ritmos de desaceleração da atividade econômica, da desinflação e, consequentemente, sobre o início da flexibilização de política monetária nos EUA. Após o início do ciclo de redução de juros, permaneceram incertezas sobre o ritmo do afrouxamento monetário conduzido pelo Fed. Essas dúvidas provocaram diversos ajustes nos mercados e contribuíram para o aumento da incerteza na economia global.

Nesse ambiente marcado por pressões nos mercados, os bancos centrais das principais economias continuaram determinados em promover a convergência das taxas de inflação para suas metas. No início, o processo de desinflação global avançou de forma sincronizada entre os países em função dos preços de alimentos e energia. No entanto, mais recentemente, os fatores idiossincráticos de cada economia vêm exercendo um papel maior na dinâmica inflacionária, levando a divergências nos ciclos inflacionários e, consequentemente, a uma menor sincronia nos ciclos de política monetária entre países. Essa conjuntura exigiu, e segue exigindo, cautela especialmente por parte das economias emergentes.

No cenário doméstico, os primeiros meses de 2024 foram marcados pela divulgação de indicadores de atividade econômica consistentes com o cenário de desaceleração da economia e pela manutenção da trajetória de desinflação e continuidade da flexibilização monetária. Ao longo do ano,

entretanto, a atividade econômica e o mercado de trabalho mostraram mais dinamismo que o esperado. No início do ano, por exemplo, as expectativas dos agentes de mercado para o PIB de 2024 capturadas pelo Relatório Focus se encontravam em 1,6%. Em dezembro, entretanto, essa projeção já havia sido revisada para 3,4%.

Ao mesmo tempo, houve deterioração no cenário para a inflação, com um processo desinflacionário mais lento que o esperado em decorrência desse ritmo forte de crescimento da atividade econômica, da depreciação cambial e de fatores climáticos, em contexto de expectativas de inflação des ancoradas e inércia da inflação do ano anterior. A pressão inflacionária envolveu os diferentes segmentos que compõem o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), refletindo a diversidade dos fatores inflacionários. Como resultado, a taxa de inflação, medida pela variação do IPCA, alcançou 4,83% em 2024.

Atento a tais mudanças, em um contexto de incertezas no cenário global, o Comitê de Política Monetária (Copom) decidiu interromper o ciclo de afrouxamento monetário em junho e iniciar um ciclo de aperto monetário em setembro. O Copom julgou que o início do ciclo deveria ser gradual de forma a, por um lado, se beneficiar do acompanhamento diligente dos dados, ainda mais em contexto de incertezas tanto nos cenários externo como doméstico, e, por outro lado, permitir que os mecanismos de transmissão da política monetária que possibilitariam a convergência da inflação à meta já começassem a atuar. Desse modo,

o Comitê considerou adequado aumentar a taxa Selic em 0,25 p.p., para 10,75% em setembro de 2024.

No entanto, na reunião seguinte, em novembro de 2024, diante das condições econômicas correntes e das incertezas prospectivas, o Copom decidiu realizar um aumento de maior magnitude na taxa Selic, elevando essa taxa em 0,50 p.p., para 11,25%. Por fim, em sua última reunião de 2024, considerando a necessidade de uma política monetária ainda mais contracionista em função da materialização de riscos, o Comitê decidiu intensificar o ritmo de aperto monetário para 1 p.p. e sinalizar sua continuidade no início de 2025, antevendo ajustes de mesma magnitude nas duas reuniões seguintes. O Copom considerou que a magnitude da deterioração de curto e médio prazo do cenário de inflação exigia uma postura mais tempestiva para manter o firme compromisso de convergência da inflação à meta.

Na reunião de dezembro, o Copom ressaltou que o cenário se mantinha desafiador. No ambiente externo, prevaleciam incertezas econômicas e geopolíticas relevantes. A conjuntura econômica seguiria suscitando dúvidas sobre o ritmo da continuidade do afrouxamento monetário conduzido pelo Fed. Em paralelo, a possibilidade de mudanças na condução da política econômica nos EUA também trazia incerteza adicional ao cenário, particularmente com possíveis estímulos fiscais, restrições na oferta de trabalho e aumento das tarifas de importação.

Na mesma reunião, o Comitê destacou que o ambiente doméstico, o cenário para a inflação estava se mostrando mais adverso em diversas dimensões, com uma assimetria altista em seu balanço de riscos, sendo marcado especialmente por desancoragem adicional das expectativas de inflação, dinamismo maior que o esperado na atividade econômica, depreciação cambial e maior abertura do hiato do produto. Nesse contexto, o Copom ressaltou a importância de estar atento aos elementos mitigadores concorrentes com o impacto da política monetária sobre a atividade.

Em 2025, com suas ações e comunicação, o BC seguirá mostrando seu firme compromisso com a convergência da inflação à meta, como estabelecido em seu mandato legal. Sem prejuízo de seu objetivo fundamental de assegurar a estabilidade de preços, essa estratégia também implica sua vivacização das flutuações do nível de atividade econômica e fomento do pleno emprego.

1.1 O QUE FOI IMPORTANTE EM 2024

O processo de definição do que é reportado neste RIG tem diversas fases e fontes. Ao longo do ano, as decisões da Diretoria Colegiada são acompanhadas por meio da análise de votos e comunicações. Apresentações dos membros da Alta Administração realizadas em diversos contextos externos também são importantes fontes para o levantamento do que foi importante ao longo do exercício. Além disso, ações estratégicas do BC são monitoradas constantemente por meio da Agenda BC#. Ao longo do ano, ocorre tam-

bém divulgação de ações que geram valor à sociedade por meio das mídias sociais.

A partir desses insumos, os principais temas que foram importantes na atuação do BC são selecionados e priorizados de acordo com o potencial impacto na sociedade.



Controle da inflação

Estabilidade do SFN



#Competitividade

- Pix
- Open Finance
- Drex
- Resiliência cibernética
- Ativos financeiros

#Sustentabilidade

- Responsabilidade socioambiental do BC
- Regulação e supervisão de riscos sociais, ambientais e climáticos do SFN
- Bureau de Crédito Rural Sustentável

#Transparência

- Cidadania digital
- Participação social
- Transparência da política monetária

#Inclusão

- Cooperativismo de crédito
- Simplificação cambial e de capitais internacionais

#Educação

- Aprender Valor
- Cidadania Financeira

#Excelência

- Valorização da carreira
- Gestão integrada de riscos

2 Governança, estrutura e integridade

O BC é administrado por uma Diretoria Colegiada, formada por um presidente e oito diretores. Seus dirigentes são escolhidos pelo Presidente da República e aprovados pelo Senado Federal. Os mandatos do presidente e dos diretores do BC são de quatro anos, não coincidentes com o do Presidente da República. A cada ano, dois diretores tomam posse de maneira que o começo dos mandatos dos membros da diretoria ocorra de forma alternada. O presidente e os diretores do BC podem ser reconduzidos uma vez ao cargo.

O Presidente do BC representa a Autarquia no país e no exterior ao se relacionar com instituições financeiras estrangeiras e organismos internacionais.



Nota: composição da Diretoria Colegiada em 31 de dezembro de 2024.

Os colegiados corporativos representam as principais instâncias decisórias do BC. Na Alta Administração, o presidente e os diretores do BC compõem os seguintes comitês deliberativos:

- » o **Comitê de Política Monetária** (Copom), que define a meta da taxa básica de juros da economia (taxa Selic), e divulga o Relatório de Inflação;
- » o **Comitê de Estabilidade Financeira** (Comef), que estabelece diretrizes para a manutenção da estabilidade financeira e a prevenção da materialização do risco sistêmico – ou seja, o risco de ocorrência de interrupção de serviços financeiros essenciais às famílias e às empresas – que prejudique significativamente a economia brasileira;
- » o **Comitê de Governança, Riscos e Controles** (GRC), que define diretrizes relativas à governança corporativa, à gestão estratégica e à gestão de riscos e controles internos; e
- » o **Comitê de Administração** (Coad), que define diretrizes e estratégias relativas aos temas relevantes para a administração interna, bem como adota medidas para a sistematização de práticas no âmbito do BC.

O Coad delibera e define diretrizes e estratégias relativas a:



gestão de pessoas

segurança
institucionalgestão de recursos
materiaisgestão contábil,
orçamentária e financeiratecnologia da informação
e segurança cibernética

O GRC define diretrizes e monitora atividades relacionadas à:

governança
corporativagestão
estratégicagestão de riscos e
controles internos

O Comef busca preservar a estabilidade financeira e mitigar o risco sistêmico.



Caso verifique qualquer indício de problema que impacte o sistema, o Comef determina estudos e recomenda novas normas.



O comitê é vigilante para garantir o “sono” dos consumidores de serviços financeiros, dos investidores, dos trabalhadores e das empresas.



Informações sobre a solidez e a eficiência do SFN



Dados da economia



Cenário internacional



As unidades administrativas são subordinadas ao presidente e aos diretores e realizam as atividades intrínsecas a cada **área de competência**. O BC possui sede em Brasília e representações em nove capitais. O organograma está disponível [aqui](#).

As instâncias internas de apoio à governança são a Secretaria-Executiva, a Ouvidoria, a Auditoria Interna, a Procuradoria-Geral e a Corregedoria.

Secretaria-Executiva: secretaria as reuniões de colegiados de que participam o presidente e os diretores, inclusive o Conselho Monetário Nacional (CMN); gerencia e mantém atualizada ferramenta de pesquisa sobre normativos do BC; promove a articulação das diversas áreas; e coordena o planejamento e a gestão estratégica, o gerenciamento de projetos e programas, o aprimoramento da governança corporativa e o acompanhamento do resultado institucional.

Ouvidoria: recebe reclamações, elogios e sugestões referentes aos serviços prestados pelo BC, além de denúncias contra servidores; atua para melhorar a qualidade dos serviços prestados aos cidadãos; e zela pela transparência institucional.

Auditoria Interna: busca, por meio de atuação objetiva e ações proativas de avaliação e consultoria, mapear e atenuar condições que poderiam prejudicar o cumprimento da missão institucional e o alcance dos objetivos estratégicos. Para tanto, foca seus trabalhos na avaliação e na melhoria da eficácia da governança, do gerenciamento de riscos e dos controles. A atuação combinada da auditoria interna e da audi-

toria independente, contratada para aferir confiabilidade e transparência dos demonstrativos contábeis publicados, busca assegurar excelência na prestação de contas à sociedade.

Procuradoria-Geral: atua na defesa do BC e desempenha, internamente, as atividades de consultoria e assessoria de natureza jurídica. A Procuradoria-Geral acompanha também ações ajuizadas por servidores e funcionários de empresas terceirizadas contra o BC. Ao final de 2024, totalizavam-se 2.142 ações desse tipo.

Corregedoria: previne e apura possíveis irregularidades praticadas pelos servidores da carreira de especialista do BC atuando a partir de denúncias que lhe são encaminhadas ou quando identifica, em suas atividades rotineiras, possível ocorrência de infração disciplinar. A Corregedoria faz parte do Sistema de Correição do Poder Executivo Federal.

A estrutura de governança do BC é complementada por atores externos que contribuem, orientam e fiscalizam as práticas do BC. Tais atores são representados pela própria sociedade e por órgãos dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário.

O BC também compartilha experiências, adota as melhores práticas e segue recomendações de governança de vários organismos internacionais, com destaque para o Banco de Compensações Internacionais (BIS), o Grupo dos 20 (G20), o Conselho de Estabilidade Financeira (Financial Stability Board – FSB), o Fundo Monetário Internacional (FMI), o Banco Mundial, o Grupo de Ação Financeira (GAFI) e a Network for Greening the Financial System (NGFS).

Unidades correcionais

A Corregedoria e a Procuradoria-Geral são as unidades correcionais do BC. Elas analisam pedidos de servidores para autorização de exercício de atividade privada e consultas sobre a existência de conflito de interesses. A Corregedoria também atua em processos de responsabilização de pessoas jurídicas pela prática de atos lesivos contra a administração pública. Os dados referentes à atividade correcional desenvolvida pela Corregedoria e pela Procuradoria-Geral podem ser consultados no [site do BC](#).

Governança

Principais Atores Externos



Principais Organismos Internacionais



Principais Atores Internos



Gestão

Diretoria Colegiada Comitês: Copom, Comef, GRC e Coad

acordos de cooperação técnica

Gestão Tática

Unidades

Gestão Operacional

Subunidades e coordenações

gestão estratégica

2.1 MODELO DE GOVERNANÇA

O modelo de governança do BC representa o desejável equilíbrio entre a conformidade e a *performance* por meio de seis pilares: autonomia, liderança, estratégia, *accountability*, integridade e transparência.

As práticas de governança do BC seguem as recomendações de órgãos federais de controle, códigos de governança e organismos internacionais, além de espelhar, na medida do possível, as melhores práticas de outros bancos centrais.

As diretrizes e as ações relacionadas à governança encontram-se formalizadas de maneira descentralizada em diversos normativos e documentos internos, como Política de Governança da Informação, Política de Segurança da Informação, **Política de Transparéncia, Política de Auditoria Interna, Política de Gestão Integrada de Riscos (PGR-BC)**, Política de Controles Internos da Gestão, **Política de Conformidade, Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação (PDTI)** e o **Plano Estratégico Institucional (PEI-BC)**.

O modelo de governança específico de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) do BC é formado por um conjunto de estruturas, mecanismos e interfaces para os quais são mapeados papéis e responsabilidades.

A governança do BC é periodicamente avaliada pelo TCU por meio do iESGo (Governança, Sustentabilidade e Inovação). Os valores obtidos **pelo BC** e demais órgãos públicos estão disponíveis no site do **TCU**.

Além dessa avaliação feita pelo TCU, o BC instituiu o seu próprio Índice de Governança (IgovBC), que busca avaliar o nível de maturidade da governança corporativa no BC aferindo de forma equânime os mecanismos de performance e de conformidade. As práticas que compõem o indicador foram extraídas de diversas fontes, como o questionário de governança do TCU, a Política de Governança da Administração Pública Federal e as legislações de outros bancos centrais.

O IgovBC faz parte do conjunto de 31 indicadores de gestão que o BC utiliza para monitorar o seu desempenho institucional. A sessão “Cadeia de valor e indicadores de gestão” deste relatório traz mais informações.

a) Conformidade e controles internos da gestão

O gerenciamento de conformidade tem por objetivo assegurar que as atividades executadas no BC sejam conduzidas de acordo com o ordenamento normativo aplicável à Instituição, tais como normas, padrões e procedimentos. Esse processo possibilita a gestão de um inventário de obrigações e a coordenação das avaliações de conformidade, contribuindo para a identificação de novas vulnerabilidades, bem como o planejamento e o monitoramento de ações corretivas. Em 2024, destacam-se:

- » o desenvolvimento de nova metodologia para a avaliação de incidentes de segurança de dados pessoais;
- » a revisão e a publicação no *site* do BC na internet da **Política de Conformidade (Compliance) do Banco Central do Brasil (PCO-BCB)**, incluída a regulação do uso daquela metodologia no BC; e
- » a criação de um modelo de Relatório de Impacto à Proteção de Dados Pessoais (RIPD), específico para os processos de tratamento de dados pessoais mais significativos do BC, e sua implantação no Diretório de Identificadores de Contas Transacionais (DICT), componente do arranjo de pagamentos Pix que armazena chaves Pix bem como informações a elas vinculadas.

No que diz respeito aos controles internos da gestão, foi realizada a revisão desse processo, que, até o final do terceiro trimestre de 2024, contava com 574 avaliações. O processo de gerenciamento dos controles internos da gestão também prevê o planejamento e monitoramento de ações de melhoria de controles. Ele tem como insumos os riscos e as obrigações identificados e avaliados institucionalmente como críticos no âmbito dos processos de gestão de riscos corporativos e de gerenciamento de conformidade.

2.2 INTEGRIDADE

Elevados padrões de conduta e de promoção da integridade fazem parte do dia a dia do BC. Eles se materializam em ações como o **Programa de Integridade**, a adoção de **código de conduta** próprio, a promoção de ações referentes à transparência ativa e ao acesso à informação. Também podem ser citadas as ações de tratamento de denúncias, a adoção de procedimentos de responsabilização e de práticas de integridade no âmbito dos processos de licitação e contratação.

O Programa de Integridade do BC, lançado em 2018, apresenta um conjunto estruturado de medidas voltadas para a adesão a valores, princípios e normas de condutas éticas e disciplinares. Além disso, reúne medidas para a prevenção, a detecção, a punição e a remediação de fraudes. O Programa de Integridade possui três pilares: os princípios, as diretrizes e o **Plano de Integridade**.

a) Plano de Integridade 2024-2025

O BC aprovou o **Plano de Integridade para o biênio 2024-2025**, que inclui ações voltadas à transparência, ao acesso à informação, à ética e à prevenção. Inicialmente, o plano foi constituído de 31 ações – dezenove novas iniciativas e doze ações prorrogadas do plano do biênio anterior. Ao longo do ano, foi aprovada a inclusão de nove ações estratégicas destinadas a promover posturas de urbanidade entre servido-

res e colaboradores do BC, bem como a combater práticas que violem as regras de comportamento esperadas para o perfil do servidor público desta Autarquia. As novas ações têm como foco principal a sensibilização de servidores e colaboradores quanto à importância do trato interpessoal com urbanidade. Além disso, visam aprimorar processos que orientam condutas em ambientes de intranet e fóruns de discussão virtuais, fortalecendo os padrões de comportamento no âmbito institucional.

De maneira ampla, os objetivos principais do Plano de Integridade são promover a transparência, facilitar o acesso à informação, garantir um ambiente ético, tratar denúncias e monitorar resultados, observados os riscos para integridade identificados no âmbito da gestão integrada de riscos do BC. Entre as metas já alcançadas no plano anterior, destacam-se a criação de um painel de indicadores de integridade e a avaliação de maturidade em Integridade Pública baseada em modelo da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), que demonstrou que o BC se encontra em um estágio elevado de integridade.

b) BC participa do Fórum Nacional de Gestão da Ética e Integridade

Em 2024, o BC oficializou sua adesão ao Fórum Nacional de Gestão da Ética e Integridade na Administração Pública, criado para promover a ética no setor público. Antes, esta Autarquia atuava apenas como convidada.

A adesão formal permitirá ao BC participar mais ativamente das discussões e trocas de experiências sobre boas práticas de gestão ética. Isso fortalece o compromisso do BC em promover a conduta ética e a integridade em suas atividades.

c) BC atualiza regulamento do seu Comitê de Integridade

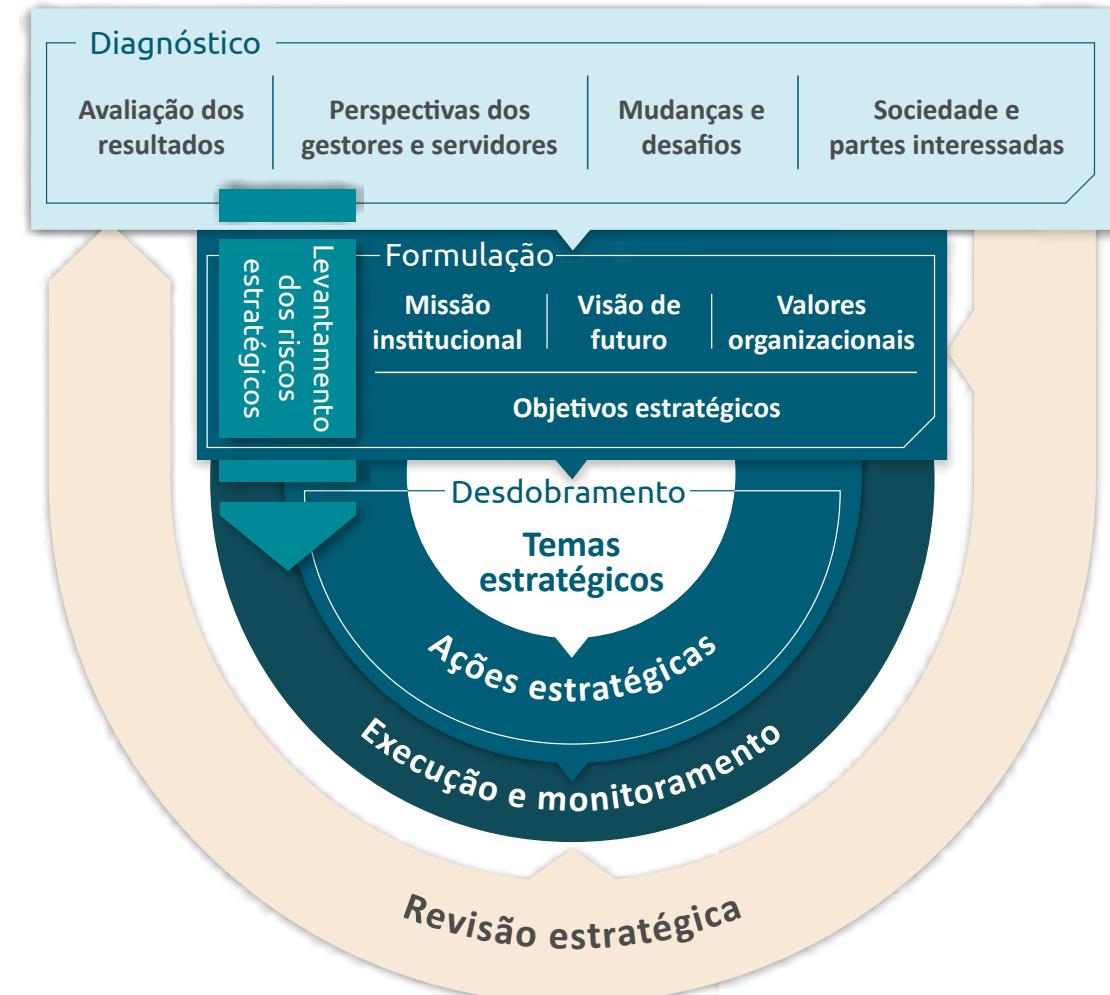
Avanços no sistema de integridade nacional têm demandado ajustes constantes na estruturação das unidades setoriais de integridade da administração pública federal. Para atender às novas atribuições e orientações relativas à integridade pública, instituídas pelo governo federal, o regulamento do Comitê de Integridade do Banco Central (CIBCB) foi revisado e atualizado em 2024. Essas mudanças visaram alinhar as competências do CIBCB às diretrizes do Sistema de Integridade, Transparência e Acesso à Informação da Administração Pública Federal (Sitai).

3 Plano Estratégico Institucional

O planejamento estratégico do BC estabelece foco para sua atuação. Os ciclos de planejamento percorrem as etapas ilustradas na figura.

O BC executa e monitora, atualmente, o Plano Estratégico Institucional (**PEI-BC**) formulado inicialmente para o período de 2020 a 2023. As ações estratégicas são acompanhadas mensalmente e os respectivos resultados são monitorados trimestralmente. Em 2023, foi aprovado o Voto 128/2023-BCB, de 16 de agosto de 2023, que estendeu a duração do ciclo estratégico para 2025, permitindo o alinhamento do PEI-BC com o mandato da presidência do BC, que é de quatro anos não coincidentes com o mandato da presidência da República.

Cada ação do PEI-BC possui marcos de acompanhamento que asseguram a execução no ritmo e nos prazos estabelecidos. Periodicamente, o GRC se reúne para avaliação das ações estratégicas e identificação da necessidade de planejamento de novas ações. Em 2024, ações foram concluídas, incluídas ou tiveram seus planos de execução atualizados. Os respectivos desenvolvimentos são apresentados no capítulo “Nossos Resultados” deste relatório.



Mapa estratégico 2020-2025

MISSÃO INSTITUCIONAL

Garantir a estabilidade do poder de compra da moeda, zelar por um sistema financeiro sólido, eficiente e competitivo, e fomentar o bem-estar econômico da sociedade.

VISÃO DE FUTURO

Ser reconhecido pela promoção da **INCLUSÃO**, **TRANSPARÊNCIA**, **SUSTENTABILIDADE** e **COMPETITIVIDADE** no sistema financeiro e pelo estímulo à **EDUCAÇÃO** financeira do cidadão.

VALORES ORGANIZACIONAIS

- ★ Excelência
- ★ Cooperação
- ★ Integridade
- ★ Foco em resultados
- ★ Abertura para mudanças
- ★ Responsabilidade socioambiental

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS

- ▶ Cumprir as metas de inflação estabelecidas pelo Conselho Monetário Nacional, sem prejuízo da estabilidade de preços, suavizar as flutuações do nível de atividade econômica e fomentar o pleno emprego.
- ▶ Manter a estabilidade financeira nacional.
- ▶ Facilitar o acesso aos mercados financeiros.
- ▶ Melhorar a transparência, a qualidade e o fluxo das informações de mercado e do Banco Central.
- ▶ Incentivar a concorrência nos sistemas financeiro e de pagamentos.
- ▶ Estimular a poupança e a participação consciente no mercado.
- ▶ Promover finanças sustentáveis e contribuir para redução de riscos socioambientais e climáticos na economia e no sistema financeiro.
- ▶ Aprimorar o Banco Central por meio de inovações, tecnologia, uso eficiente de recursos e alinhamento às melhores práticas internacionais.

TEMAS E AÇÕES ESTRATÉGICAS

Conjunto de projetos corporativos, iniciativas e processos prioritários acompanhados pela Diretoria Colegiada.

3.1 CADEIA DE VALOR E INDICADORES DE GESTÃO

A **cadeia de valor** do BC procura abranger todos os processos de trabalho realizados para cumprir sua missão institucional. Esse é um instrumento de gestão que explicita o

Fluxo de agregação de valor, ou seja, mostra que os resultados de um trabalho são insumos para outros trabalhos até a entrega do produto ou serviço à sociedade. Essas grandes entregas feitas à sociedade são chamadas macroprodutos do BC.

Os processos do BC estão agrupados em diferentes níveis de acordo com a abrangência deles. Os processos de primeiro nível permitem uma ampla visão do que o BC faz. A figura a seguir ilustra os cinco macroprodutos do BC e os processos de primeiro nível relacionados.

Macroprodutos e processos de 1º nível



Os resultados associados aos macroprodutos do BC são monitorados por meio de indicadores de gestão.

A adoção de indicadores para apuração dos resultados institucionais está aderente às melhores práticas de governança corporativa, inclusive de bancos centrais, às recomendações e às orientações para prestação de contas aos órgãos federais de controle. O GRC monitora periodicamente a evolução desses indicadores.

Anualmente, esse conjunto de indicadores é revisado para refletir as mudanças na atuação do BC e a representação equilibrada em relação à cadeia de valor.

No ano de 2024, o BC contou com um conjunto de 31 indicadores de gestão. São eles:

- » cinco indicadores distribuídos por temas relacionados à política econômica e à política monetária mensuram o macroproduto “Estabilidade do poder de compra da moeda”;
- » nove indicadores relacionados a temas como fiscalização, regulação, organização, autorização e resolução do SFN mensuram o macroproduto “SFN sólido e eficiente”;
- » cinco indicadores relacionados a temas estruturais, como meio circulante, tecnologia da informação, disponibilidade de estrutura para política monetária e transações digitais, mensuram o macroproduto “Infraestrutura dos mercados financeiros”;

» seis indicadores distribuídos por temas de comunicação, transparência, cidadania e relacionamento do BC mensuram o macroproduto “Relacionamento institucional”; e

» seis indicadores relacionados às áreas administrativas, como governança, riscos, recursos humanos e procuradoria, mensuram o macroproduto “Gestão e suporte do BC”.

Para o rol de indicadores de 2024, foram realizadas alterações pontuais em três indicadores já existentes. Os antigos indicadores de “Troco por habitante – cédulas” e “Troco por habitante – moedas” foram unificados no indicador “Troco por habitante – cédulas e moedas de baixo valor”.

O indicador “Prazo de análise de atos de concentração (ritos Sumário, Ordinário e Complexo)” informado em três valores diferentes passa a ser “Prazo médio de análise de atos de concentração (ponderado)” informado em um único valor.

Foram incluídos os indicadores “Índice de variação do clima organizacional”, que mede a variação da favorabilidade do clima organizacional; e “Transações digitais per capita”, que reflete a utilização da digitalização dos meios de pagamento de varejo. O indicador “Efetividade da força de trabalho” foi excluído. No site do BC, é possível consultar os seus [indicadores de gestão](#).

Estabilidade do Poder de Compra da Moeda

Meta para inflação, medida pelo IPCA

Índice de consecução da meta da Taxa Selic

Aprimoramento dos modelos de projeção econômica

Produtividade e qualidade dos estudos e pesquisas

Rompimentos de limites operacionais (*guidelines*) na gestão dos investimentos das reservas internacionais

SFN Sólido e Eficiente

Enquadramento às exigências de capitalização das instituições do SFN

Prazo médio de decisão de processo administrativo sancionador

Prazo médio de análise de atos de concentração

Percentual de pleitos de autorização sem perda de prazo normativo

Execução das ações de supervisão do BC:

- supervisão bancária;
- supervisão de cooperativas e de instituições não bancárias;
- gestão estratégica e supervisão especializada;
- supervisão de conduta; e
- controle das operações do crédito rural e Proagro

Transações digitais per capita

Infraestruturas do Mercado Financeiro

Disponibilidade média dos serviços críticos de TIC

Disponibilidade do Selic

Troco por habitante (moedas e cédulas de baixo valor)

Divulgação da Ptax

Relacionamento Institucional

Tempestividade no atendimento à sociedade

Tempestividade e qualidade no atendimento aos poderes públicos

Alcance das ações de cidadania financeira do BC

Alcance

Seguidores

Transparência – Visualização do Portal de Dados Abertos

Gestão e Suporte do BC

Governança do BC (iGovBC)

Desempenho da gestão de riscos

Índice de variação do clima organizacional

Capacidade em gestão de pessoas

Satisfação do BC em relação à atuação consultiva prestada por sua Procuradoria-Geral

Percentual de êxito em processos judiciais



Indicadores de gestão



3.2 PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO E PLANO PLURIANUAL (PPA)

O PEI-BC está alinhado ao **Plano Plurianual (PPA) 2024-2027** por meio do programa finalístico **4103 – Sistema Financeiro do Futuro**. O objetivo desse programa é “Fomentar a eficiência e a transformação digital dos sistemas financeiro e de pagamentos, contribuindo para a maior inclusão financeira de cidadãos e de empresas e para o incentivo às finanças sustentáveis”.

O programa Sistema Financeiro do Futuro abrange três objetivos específicos:

- » promover a transformação digital e a competição para ampliar o acesso a transações e serviços financeiros e de pagamentos;
- » aprimorar a resiliência operacional do SFN, promovendo ações para fortalecimento da gestão da resiliência cibernética nas entidades supervisionadas; e
- » ampliar o alcance da população, em especial do público escolar, a conteúdos de educação financeira, história dos instrumentos de pagamentos, conceitos básicos de economia e de sustentabilidade.

4 Riscos, oportunidades e perspectivas

O BC possui uma estrutura de gestão de riscos corporativos robusta e bem estabelecida com modelos baseados nas melhores práticas internacionais. A gestão de riscos do BC adota uma abordagem integrada que busca avaliar a exposição da instituição de forma abrangente, considerando não só os diferentes tipos de riscos incorridos, mas também a interação entre eles. As informações geradas a partir da gestão de riscos servem de apoio à tomada de decisão e buscam o fortalecimento da defesa dos processos da organização, ao identificar, avaliar, controlar e mitigar a possibilidade de perdas. Consulte [aqui](#) a PGR-BC.

A gestão de riscos da Autarquia funciona em duas frentes: riscos financeiros e organizacionais. A gestão dos riscos financeiros utiliza modelos quantitativos que focam nos ativos e nos passivos que compõem o balanço do BC e engloba os riscos de mercado, de crédito e de liquidez. O risco de mercado é o risco de ocorrerem perdas financeiras em função da variação dos preços de mercado que afetam as contas do balanço. O risco de liquidez corresponde ao risco de não se poder vender um ativo ou fechar uma posição no momento desejado sem custos significativos. Já o risco de crédito é o risco associado à inadimplência de uma contraparte do BC.

A gestão dos riscos organizacionais refere-se aos riscos estratégicos e aos riscos operacionais. Os riscos estratégicos correspondem à mensuração da incerteza relativa aos

potenciais eventos externos e internos que possam afetar o cumprimento da missão institucional do BC ou o alcance de seus objetivos estratégicos. Já os riscos operacionais se referem à possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de quaisquer processos internos envolvendo pessoas, sistemas ou de eventos externos e inesperados. Dentre os tipos de risco operacional, se destacam os riscos à integridade, que são os eventos potenciais relacionados a desvios éticos e de conduta que passam a comprometer o alcance dos objetivos de negócios da Instituição, seus valores e/ou sua imagem.

Um dos principais riscos estratégicos enfrentados ao longo de 2024 foi o de inflação acima da meta estipulada pelo CMN. Esse risco está diretamente relacionado ao cumprimento da missão do BC. Desse modo, o Copom acompanhou a evolução do cenário ao longo do ano, e a mudança no cenário levou o Comitê a interromper o ciclo de queda de juros e iniciar o aperto monetário.

O BC entende que uma comunicação clara e transparente é fundamental para que a política monetária atinja seus objetivos de maneira eficiente e mantenha a inflação na meta estipulada ao menor custo possível para a sociedade. Assim, o BC publica regularmente avaliações sobre os fatores econômicos que determinam a trajetória da inflação bem como os riscos potenciais que possam impactá-la.

Além disso, o BC tem atuado no aperfeiçoamento e na ampliação do arcabouço de análise e de projeções que subsidia as decisões de política monetária. Dessa forma, modelos de projeções e avaliações, novos indicadores de conjuntura econômica e atualização e aprimoramento de ferramentas se somam no esforço de geração de informações que apoiam as decisões relacionadas à política monetária. Mais informações sobre o tema estão disponíveis no capítulo “Nossos Resultados”, seção “Estabilidade do poder de compra da moeda”.

Outro risco estratégico que continua relevante nos últimos anos é o de redução significativa do quadro de pessoal do BC, que apresenta atualmente servidores em número significativamente menor em comparação com um passado recente (3.189 servidores ativos). Esse risco pode impactar tanto o cumprimento da missão do BC quanto o atingimento dos objetivos estratégicos. Verifica-se uma redução de 27,2% dos servidores em relação a 2012 (4.379 servidores ativos), o que impõe desafios para a gestão dos processos internos e projetos de inovação apontados na Agenda BC#.

Além disso, a redução do quadro de pessoal traz riscos relacionados à redução de produtividade por deterioração do clima organizacional; dificuldades na preparação de sucessores para as posições importantes no BC; perda de conhecimento em função da prolongada ausência de renovação

no quadro de pessoal; e possível perda de talentos para a iniciativa privada e outros órgãos da administração pública.

Uma mitigação parcial desses riscos relacionados a recursos humanos foi o concurso para cem vagas realizado em 4 de agosto de 2024, com previsão de posse para o primeiro semestre de 2025. Além disso, somam-se esforços para a priorização de processos para governança de alocação de recursos e força de trabalho. Mais detalhes sobre o tema são apresentados nos capítulos “Nossa Força e Nossos Recursos” e “Nossos Resultados”, seção “Agenda BC#”, dimensão “Excelência”, deste relatório. Por fim, a criação do CdE IA auxilia o BC a tirar melhor proveito do uso da ciência de dados e de IA nos processos de trabalho na Autarquia, ajudando-a no desafio de otimizar a alocação da quantidade reduzida de pessoal.

Em 2024, destacou-se ainda a consideração do risco de ataques cibernéticos ao SFN (risco que também se mantém entre os principais riscos estratégicos desde 2023), dada a possibilidade de vazamento de informação confidencial ou outros tipos de danos, como financeiros, em sistemas. Esse risco pode afetar objetivos estratégicos vinculados a algumas dimensões da Agenda BC#, como Competitividade e Excelência, além de poder comprometer a estabilidade e a credibilidade de todo o SFN e, consequentemente, o cumprimento da missão do BC. Assim, um incidente cibernético com relevância sistêmica no SFN pode degradar a percepção de confiança da sociedade no funcionamento do sistema.

Uma medida mitigadora em implementação para esse risco é o Programa de Aprimoramento da Resiliência Cibernética (PARC) do SFN e do SPB, que tem como principais entregas uma visão consolidada do risco cibernético e do risco de fraudes; proposta de controles mínimos de segurança cibernética; e proposta de plano setorial de gestão de incidentes cibernéticos. Adicionalmente, a comunicação sobre atividades maliciosas, treinamento sobre ameaças cibernéticas e aquisição de novas ferramentas de segurança são temas considerados cada vez mais importantes. Nesse sentido, há divulgação de informes, procedimentos e ações de segurança com foco nos servidores e colaboradores do BC no sentido de mitigar o risco de furto de informações por engenharia social e de possíveis ataques cibernéticos. Mais informações sobre a atuação do BC na mitigação desses riscos estão disponíveis no capítulo “Nossa Força e Nossos Recursos” a seguir.

Há, por fim, o risco de agravamento das restrições orçamentárias no BC, causando imprevisibilidade na execução do orçamento e dificuldades na manutenção dos sistemas informatizados, no financiamento de projetos, ou até mesmo na manutenção de investimentos essenciais para que a Instituição continue com sua agenda de inovações. Essas restrições têm se intensificado, ao passo que discussões sobre a falta de autonomia orçamentária também se avolumam. A cada ano, o orçamento do BC está diminuindo, principalmente devido aos cortes realizados pelo Governo Federal para cumprir as metas fiscais estabelecidas. No entanto, notadamente, em períodos recentes, esses cortes

têm ocorrido concomitantemente ao acréscimo de atribuições pelo BC. Como possíveis medidas mitigadoras, existem discussões internas e externas em andamento sobre alternativas para fortalecer a autonomia da Autarquia.

Principais riscos estratégicos

Inflação acima da meta



Risco cibernético



Agravamento das restrições ao orçamento do BC causando imprevisibilidade na execução orçamentária e dificuldade no financiamento de projetos, intensificado pela falta de autonomia orçamentária



Redução significativa do quadro de pessoal do BC

Principais ações para mitigação dos riscos

Comunicação clara e transparente aliada a aperfeiçoamento e ampliação do arcabouço de análise e de projeções que subsidiam o Copom



Programa de Aprimoramento da Resiliência Cibernética do SFN e do SPB



Discussões internas e externas em andamento sobre a autonomia do BC



Concurso para 100 novos servidores realizado em 2024, além de melhoria na governança interna de alocação de recursos

Além dos riscos estratégicos, o gerenciamento de riscos organizacionais abrange os riscos operacionais, avaliados em todos os níveis e unidades da Instituição de forma integrada. A gestão desses riscos envolve, entre outros aspectos, a identificação e a avaliação de eventos capazes de afetar a entrega de macroprodutos para a sociedade e o alcance dos objetivos e da missão do BC. A administração dessas ameaças é necessária para mantê-las em grau compatível com o apetite por risco conservador da Autarquia. O resultado da avaliação integrada dos riscos operacionais é consolidado em uma matriz a partir da qual os gestores do processo devem antecipar o tratamento apropriado para cada risco identificado.

Em uma visão agregada, a exposição do BC a riscos operacionais é classificada como baixa. Após o aumento observado em 2023, decorrente dos movimentos de valorização da carreira, que resultaram na deterioração de alguns controles, a exposição agregada aos riscos operacionais retornou a níveis considerados baixos. No entanto, destaca-se que a maior exposição a riscos operacionais do BC atualmente concentra-se no processo de “Provimento e vigilância da infraestrutura do SFN”, que é bastante impactado pelas restrições orçamentárias e de recursos humanos observadas nos últimos anos.

Adicionalmente, a Gestão de Continuidade de Negócios (GCN) provê a estrutura da resiliência organizacional, pois identifica e planeja o que é necessário fazer para que o BC continue cumprindo suas obrigações caso ocorra um even-

to grave que interrompa suas operações. Em termos práticos, essa gestão define os planos de resposta em caso de interrupção dos processos considerados críticos.

Em 2024, a revisão contínua e a expansão da implantação da GCN nos departamentos, em conjunto com a realização de exercícios e testes dos Planos de Continuidade de Negócios (PCN), contribuíram para o aumento da resiliência operacional do BC em resposta a eventos disruptivos.

O BC adota o modelo das três linhas na estrutura geral de riscos e de controles da organização, em que cada uma executa controles e verificações com finalidades específicas. Mais informações sobre gestão de riscos do BC podem ser acessadas no [Manual de Gestão Integrada de Riscos do BC](#) em seu *site* na internet.

2ª Linha: Consolidação e Avaliação de Riscos, Conformidade e Controles Internos

- Consolida, avalia e reporta riscos corporativos ao GRC
- Provê metodologias uniformes, sistemas e apoio técnico para gestão de riscos, conformidade e controles internos
- Monitora diversos riscos específicos, como financeiro e de conformidade legal

1ª Linha: Donos ou Gestores dos Riscos

Administram riscos e propõem controles associados aos seus processos de trabalho



3ª Linha: Auditoria Interna

Avaliação e consultoria independentes e objetivas sobre riscos, controle e governança

A hand is shown interacting with a futuristic digital interface. The interface features a central globe with a grid pattern, surrounded by glowing blue and green lines and circular bokeh effects. In the background, there are abstract shapes resembling circuit boards or architectural models. The overall theme is technology and innovation.

**NOSSA FORÇA E
NOSSOS RECURSOS**

Durante o ano de 2024, o BC deu continuidade à gestão de seus recursos e forças, em especial seus recursos financeiros e sua força de trabalho, buscando ser eficiente e atender às demandas para cumprimento de sua missão institucional.

No que se refere ao orçamento discricionário do BC, a Lei Orçamentária Anual (LOA) de 2024 aprovou o valor de R\$326,1 milhões, excluídos os valores aprovados para o Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf) – um corte de R\$16,5 milhões em relação ao valor constante do Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA) 2024. Com as alterações ocorridas no decorrer do exercício (cancelamento de dotações e bloqueios), o limite orçamentário final foi de R\$297,3 milhões. Nesse contexto, para que as demandas prioritárias continuassem sendo atendidas, foram necessários significativos ajustes para adequação das despesas aos valores efetivamente disponibilizados, pois o montante total foi insuficiente para o atendimento de todas as despesas essenciais do BC.

Apriorização dos recursos foi fundamental para a manutenção dos níveis de serviços nas áreas estratégicas, em especial para garantir a infraestrutura tecnológica necessária para suportar as operações advindas do Pix, que tem permitido maior eficiência dos meios de pagamento e a inclusão bancária da população de menor renda. Porém, a escassez de recursos tem se tornado um fator limitador ao pleno desenvolvimento da agenda evolutiva do Pix e de outras ações da agenda tecnológica do BC, tais como a implementação do Drex e a evolução do Open Finance.

Quanto à força de trabalho, nos últimos anos, o BC observou uma redução da quantidade de servidores ativos, em função de aposentadorias e exonerações, sem reposição por meio de concursos públicos. O último concurso que resultou em ingresso de novos servidores ocorreu em 2013. Após reiteradas solicitações ao Governo Federal ao longo dos últimos anos, em 2023, o BC foi autorizado a realizar concurso. O certame foi realizado em 2024 e a entrada dos aprovados será em 2025. Contudo, tendo em vista que o quantitativo de vagas autorizadas é insuficiente, o BC continuará enfrentando grandes desafios na gestão de sua força de trabalho. Entre as ações que têm sido adotadas, destacam-se a flexibilização das regras para a mobilidade interna, o fortalecimento das equipes dos projetos prioritários, como Pix, Open Finance e Drex e o aprimoramento do Programa de Gestão e Desempenho (PGD) do BC, focado no alinhamento dos processos de trabalho com a estratégia organizacional.

Tendo em vista o quadro orçamentário e de recursos humanos descrito, o maior desafio no ano de 2024 foi manter o nível de resultados observados nos exercícios passados, em especial a incorporação de inovações tecnológicas nas áreas de negócio do BC para sustentar o sistema financeiro do futuro.

O relacionamento do BC com a sociedade é realizado diretamente por meio do atendimento ao cidadão, da prestação de serviços aos usuários e das ações de cidadania financeira. Há também o atendimento à imprensa e a atuação do BC junto a entidades supervisionadas com foco no cidadão. Além disso, a Autarquia contribui com os entes federativos e os poderes públicos; participa em organismos internacionais; interage com investidores internacionais; e desenvolve cooperação técnica com entidades nacionais e estrangeiras. O BC também busca trocar conhecimento com a academia e o mercado, além de disponibilizar inúmeras informações por meio de seu site na internet e do Portal de Dados Abertos do BC.

O BC disponibiliza canais que permitem ao cidadão participar com sugestões para melhorar a oferta de soluções em prol da sociedade. Consultas públicas, seminários e eventos com participação do público externo são exemplos de esforços do BC para oferecer produtos e serviços que atendam às necessidades da população.

ATENDIMENTO NOS CANAIS OFICIAIS



1.114.264

MUSEU DE VALORES – CONTEÚDO ON-LINE



70.751

acessos

CONSULTAS PÚBLICAS



15

EVENTOS NO CONGRESSO NACIONAL



10

CIDADANIA FINANCEIRA



27

palestras alcançando
mais de 18 mil pessoas

8

acordos de cooperação
técnica para promoção
da cidadania financeira

27,7 mil

pessoas participaram de
cursos e oficinas

Mais de

171 mil

acessos às séries de
vídeos



366 mil

pessoas acessaram
os conteúdos da página
de cidadania financeira
e do programa
Aprender Valor

EVENTOS PARA A IMPRENSA

4

apresentações do
Relatório de Inflação

52

coletivas

305

notas para a imprensa

3.223

atendimentos aos
profissionais de imprensa

EVENTOS COM PARTICIPAÇÃO EXTERNA

29

AÇÕES DE SUPERVISÃO

819

ações concluídas

REDES SOCIAIS

4.259

publicações sobre Pix, Drex,
Open Finance, educação
financeira e informações
para o mercado e para a
sociedade

58,7 milhões

de alcances de conteúdo do
BC no X, LinkedIn,
Facebook, Instagram e
YouTube

REGISTRATO

mais de

27.945.528

pedidas por relatórios
atendidas

13.470.926 relatórios
sobre empréstimos e
financiamentos gerados

6.602.011 relatórios
sobre contas e
relacionamentos
com bancos gerados

1 Relacionamento

Estimular a educação financeira é o objetivo de uma das dimensões da Agenda BC#, além de ser parte da visão de futuro do BC. Por isso, em 2024, foram realizadas 27 palestras de educação financeira, incluindo as relativas ao Programa Aprender Valor (que leva educação financeira aos estudantes de escolas de ensino fundamental). Essas palestras alcançaram um público de dezoito mil pessoas.

No ambiente virtual, estão disponibilizados os cursos de Gestão de Finanças Pessoais e Formação de Multiplicadores da série “Eu e Meu Dinheiro”, que alcançaram 8,5 mil concluintes em 2024. Mais de 18,8 mil certificados foram emitidos para as formações do Programa Aprender Valor, e 240 pessoas participaram de oficinas do programa. As páginas do Aprender Valor e de Cidadania Financeira do BC foram acessadas por 366 mil pessoas. Houve 171 mil visualizações dos vídeos disponibilizados pelo BC no YouTube, como o “É da Sua Conta”, a série “Eu e Meu Dinheiro” e vídeos do Programa Aprender Valor. O conteúdo do Museu de Valores, disponibilizado nos ambientes virtuais – site do BC e plataforma Google Arts & Culture –, recebeu 70.751 acessos.

O BC atua, ainda, na regulação e na supervisão da educação financeira promovida pelas instituições financeiras para seus clientes. Dessa forma, determinou-se que as instituições financeiras adotem uma política de educação financeira e desenvolvam medidas com o objetivo de contribuir com a organização e o planejamento do orçamento pessoal e familiar de seus clientes e usuários, além de promover a formação de poupança, a resiliência financeira e a pre-

venção ao inadimplemento de operações de crédito e ao superendividamento.

O BC mantém relacionamento constante com a imprensa. Em 2024, foram realizados 3.223 atendimentos a jornalistas e 305 publicações, entre notas à imprensa, avisos de pauta, discursos e apresentações. Esse relacionamento se dá também por meio do acompanhamento de entrevistas e da participação de porta-vozes da Instituição em eventos.

O BC é um dos principais provedores de dados e informações em transparéncia ativa, sendo o órgão do Poder Executivo Federal que mais disponibiliza dados em formato aberto à sociedade. Em 31 de dezembro de 2024, a Autarquia disponibilizava, no Portal Brasileiro de Dados Abertos, 4.044 conjuntos de dados sobre os quais não recaí restrição legal de acesso, o que representava 28,5% do total de conjuntos de dados constantes no portal, em grande parte com o uso de Interfaces de Programação de Aplicação (APIs) associadas, prontas para a elaboração de novos serviços à sociedade por meio de aplicativos. Em 2024, o Portal de Dados Abertos do BC teve 1.382.490 visualizações, uma redução de 8,8% em relação a 2023.

Em maio de 2023, foi editado o novo Plano de Dados Abertos do BC, cuja vigência irá até abril de 2025, com destaque para: o cronograma de abertura de bases de dados até 2025; o inventário de bases de dados da Instituição; as ações de divulgação das bases mais acessadas e das novas bases de dados disponibilizadas no [Portal de Dados Abertos](#); e

a consulta pública, por meio da [Pesquisa de Transparéncia de 2023](#), sobre o interesse público pela disponibilização de informações e dados produzidos pelo BC.

Dados abertos são aqueles acessíveis ao público e que podem ser livremente utilizados por máquinas, permitindo o controle social, o desenvolvimento tecnológico, o aprimoramento da transparéncia pública e a inovação de diversos setores da sociedade.

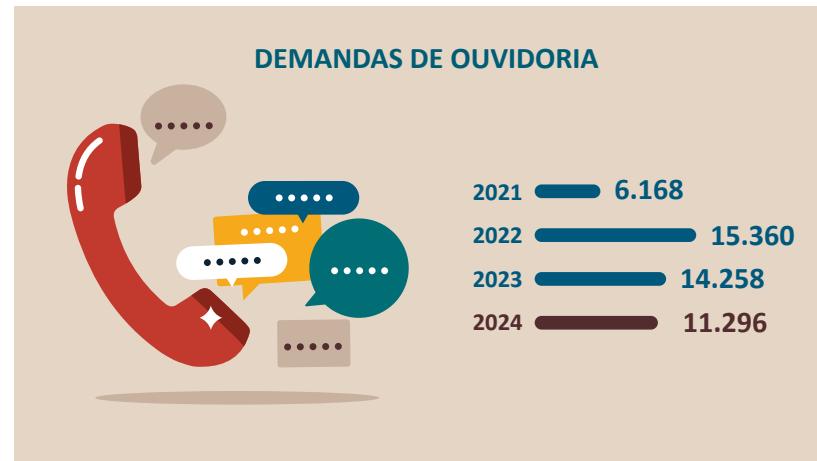
O BC contribui com quase um terço do conjunto de dados do Portal Brasileiro de Dados Abertos.

A API é um mecanismo que permite que dois computadores ou sistemas troquem dados ou informações entre si diretamente.

a) Divulgação dos resultados dos leilões no Portal de Dados Abertos

Os resultados dos leilões de títulos, de operações compromissadas, de contratos de swap cambial e de depósitos voluntários remunerados são publicados no *sítio* do BC e do Tesouro Nacional na Internet. Com objetivo de ampliar a divulgação para o público, e facilitar a obtenção de informações por meio de ferramentas de programação, os dados passaram a ser disponibilizados também no Portal de Dados Abertos.

Além disso, foi criado o serviço denominado Selic Conecta para os participantes de mercado, onde também é possível obter tanto a informação pública do resultado consolidado como a informação privada do resultado individual da instituição por meio de uma API.



Ao longo do ano, o BC continuou zelando pela excelência em seus serviços de atendimento ao cidadão. A **Ouvintia do BC**, canal para reclamações, denúncias, sugestões e elogios, tratou 11.296 demandas, com prazo médio de resposta de 2,2 dias. Desse total, grande parte foi transferida para outros canais de atendimento da Instituição, restando apenas 2.157 demandas classificadas como típicas de ouvidoria – reclamações, denúncias, sugestões e elogios sobre os serviços prestados pelo BC.

As reclamações seguem como o tipo de registro mais frequente, representando 64,2% dessas demandas, em sua maioria refletindo expectativas do cidadão de que o BC resolva seus problemas individuais com as instituições financeiras, o que não está no campo de sua atuação. A Ouvintia também monitorou o recebimento e o tratamento de 2.220 pedidos de informação com base na Lei de Acesso à Informação (LAI), que tiveram prazo médio de resposta de 6,1 dias. Informações mais detalhadas estão disponíveis [no Relatório Anual da Ouvintia](#).

O BC utiliza as sugestões, os elogios e as reclamações registrados na Ouvidoria para subsidiar avaliações de caráter técnico e gerencial quanto à qualidade da atuação da Instituição. Os resultados dessas avaliações deflagram ações de melhoria dos serviços prestados à sociedade e de incremento da transparência institucional.

O BC disponibiliza o **Registrato**, ferramenta por meio da qual os cidadãos consultam suas informações financeiras pessoais de forma rápida, simples e segura, sem a necessidade de atendimento humano. O Registrato pode ser acessado na página **Meu BC** no site institucional. Em 2024, o número de relatórios emitidos pelos usuários foi de quase 28 milhões, representando um aumento de 29,6% em relação a 2023.

O BC também está presente em mídias sociais e faz uso desses recursos para divulgar conteúdos informativos em formatos acessíveis e populares. A linguagem é simples e direta, e as informações podem ser acessadas pelos perfis da Autarquia no **Instagram**, **LinkedIn**, **Facebook**, **YouTube**, **X**, **TikTok** e **Threads**, além dos canais de transmissão de mensagens do Telegram e WhatsApp. Somando todos os seus perfis, o BC chegou a 2.537.938 seguidores, um incremento de 28,15% em relação a 2023, e seu conteúdo alcançou 58.763.020 contas, totalizando mais de 122 milhões de impressões – que é a medida da quantidade de exibições dos conteúdos aos usuários.

A acessibilidade é uma das formas de prover cidadania e, por isso, o BC adota medidas para favorecer o acesso ao conteúdo

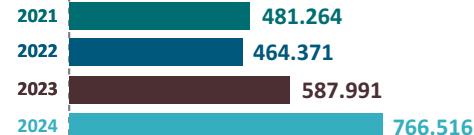
digital disponibilizado em seu site na internet, aplicativos e mídias sociais. Além disso, iniciativas como **BC te Explica** e BC Sincero aproximam ainda mais a Instituição da população.

1.1 ATENDIMENTO AOS CIDADÃOS

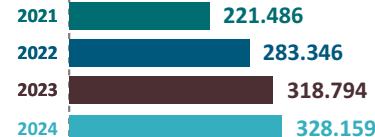
A página do governo federal **Meu BC – Serviços Digitais** contempla informações sobre todos os serviços oferecidos ao cidadão, as formas de acesso a esses serviços e os compromissos de padrão de qualidade de atendimento ao público. Essa página, juntamente com o seu serviço das perguntas mais frequentes (FAQs), foi acessada por mais de 11,8 milhões de usuários ao longo do ano.

Os canais de atendimento do BC mais utilizados pelo cidadão são o Fale Conosco, para registro de demandas pela internet; e o telefone 145, serviço disponível em dias úteis, das 8h às 20h. O Din, lançado em 2019, é o assistente virtual do BC. Ele responde dúvidas frequentes sobre os relatórios do Registrato e sobre o Sistema de Valores a Receber (SVR); auxilia a calcular os juros do empréstimo ou o tempo necessário para juntar um valor; ajuda na pesquisa de bancos autorizados pelo BC; e facilita a consulta da situação de solicitações ou reclamações registradas na Autarquia. Em 2024, foi lançado o projeto de modernização do Din, com o objetivo de incorporar a IA na resposta às principais dúvidas dos usuários.

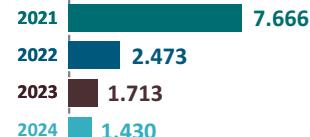
Fale conosco



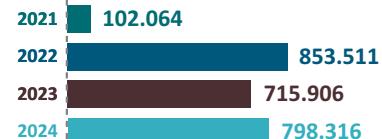
Telefone



Protocolo digital



Assistente virtual



Obs.: a metodologia de cálculo dos acessos do assistente virtual foi alterada em 2023.

A satisfação dos usuários dos serviços de informação e de reclamação é avaliada por meio de pesquisa realizada nos canais de atendimento disponíveis. Em 2024, no serviço 145, considerando o total de 330.738 chamadas atendidas (com o registro de 328.159 demandas), cerca de 58% dos usuários responderam à pesquisa sobre a qualidade do atendimento e mais de 90% das avaliações consideraram o serviço bom ou ótimo. Na internet, 60.374 pesquisas de satisfação foram encaminhadas aos demandantes de pedidos de informação e 5,65% dessas pesquisas foram respondidas. Em média, 75% dos respondentes atribuíram grau bom ou ótimo na avaliação.

Os canais de comunicação mantidos pelo BC, bem como sua governança, fortalecem a transparência e a credibilidade de suas ações. Eles permitem, ainda, a identificação das necessidades de seu público-alvo e o estabelecimento de um plano de ação correspondente.

b) Disponibilização de informações

O [site na internet](#) é uma fonte valiosa de conhecimento especializado: ali estão publicados dados e informações das diversas áreas de atuação do BC, organizados por temas para facilitar a pesquisa. Algumas páginas merecem destaque:

» [Acesso à informação do BC](#) – informações sobre a Instituição, agenda de autoridades, discursos, apresenta-

ções, serviços disponibilizados, desempenho no cumprimento da LAI, entre outras;

» [Política monetária](#) – informações sobre inflação, instrumentos de política monetária, Copom;

» [Estabilidade financeira](#) – informações sobre normas, supervisão, SFN, Comef;

» [Estatísticas](#) – notas econômico-financeiras, indicadores econômicos selecionados, tabelas especiais;

» [Cédulas e moedas](#) – informações sobre o real e acesso ao aplicativo Dinheiro Brasileiro;

» [Publicações e pesquisa](#) – acesso à pesquisa realizada no BC e aos principais relatórios divulgados pela Instituição, como o [Relatório de Inflação](#), o [Relatório de Estabilidade Financeira](#), o [Relatório de Economia Bancária](#), o [Relatório Integrado do Banco Central](#) e a [Série de Trabalhos para Discussão](#);

» [Agenda BC#](#) – o que está no foco do planejamento estratégico BC e as ações desenvolvidas no âmbito de cada uma das suas dimensões;

» [Transparência e prestação de contas](#) – informações sobre a administração do BC, como ações e programas, contratos, licitações;

» [Sistema Gerenciador de Séries Temporais \(SGS\)](#) – repositório de séries históricas de dados estatísticos disponíveis no BC;

» [Busca de normas](#) – repositório que abriga as normas em vigor, abrangendo desde comunicados a resoluções do BC e do CMN. Em 2024, mais de dez milhões de acessos à página foram realizados pelo público em geral;

» [Calculadora do Cidadão](#) – aplicativo que simula operações do cotidiano financeiro a partir de informações fornecidas pelo usuário (o cálculo deve ser considerado apenas como referência para as situações reais, e não como valores oficiais);

» [Biblioteca de vídeos e documentos](#) – informações valiosas sobre cidadania financeira.

Também é possível se inscrever para receber [notificações \(feeds\)](#), em tempo real, sempre que houver atualização nas notícias, normas, cotações, indicadores e estudos publicados no site do BC. As notificações podem ser recebidas por *e-mail*, pelo navegador de internet ou por aplicativos específicos.

1.2 RELACIONAMENTO COM ENTIDADES SUPERVISIONADAS COM FOCO NO CIDADÃO

Além de executar ações de supervisão, o BC recebe reclamações dos clientes e usuários dos bancos, financeiras e outras entidades supervisionadas. Essas reclamações são repassadas a essas instituições para que respondam ao demandante acerca do ocorrido. A Autarquia apura os fatos, e as informações resultantes subsidiam a atividade de supervisão e a elaboração dos **rankings de reclamações** contra bancos, financeiras e instituições de pagamento, de periodicidade trimestral, e de reclamações contra administradoras de consórcios, de periodicidade semestral.

a) BC aprimora *Ranking* de Reclamações contra instituições financeiras

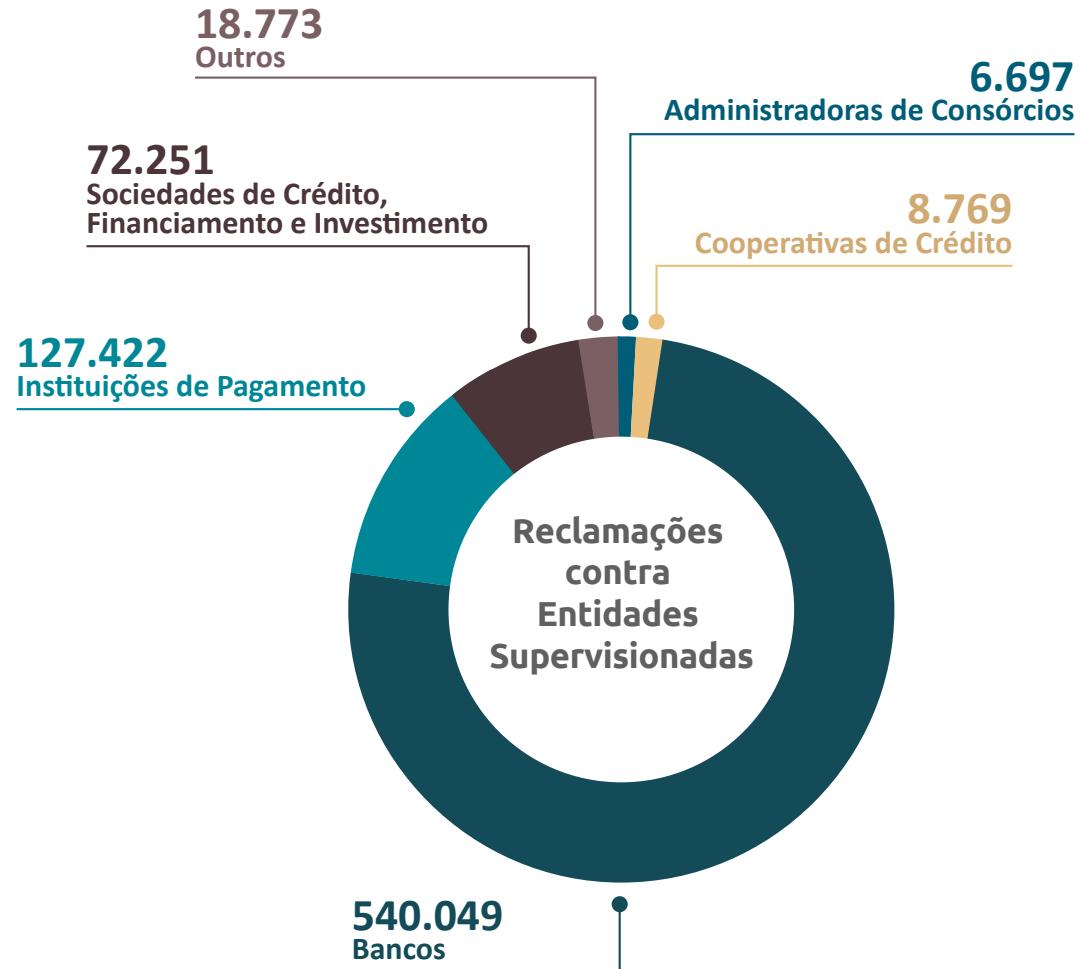
Em 2024, o BC aprimorou o *Ranking* de Reclamações contra bancos, financeiras e instituições de pagamento. A principal mudança é a melhoria na metodologia de cálculo, que agora inclui uma análise mais ampla das reclamações registradas.

O índice de reclamações passou a ser mais representativo ao considerar todas as reclamações registradas no BC contra as instituições. A fórmula considera o número de clientes, o que possibilita comparar instituições de tamanhos diferentes.

O *ranking* ajuda os cidadãos a comparar a qualidade dos serviços prestados pelas instituições financeiras. Com a nova

metodologia, será possível acompanhar melhor o desempenho das instituições ao longo do tempo.

A mudança permite que o BC tenha dados mais amplos para monitorar o sistema financeiro, e que os consumidores tenham melhores informações para tomar decisões ao contratar serviços financeiros.



1.3 RELACIONAMENTO COM OS ENTES FEDERATIVOS E PODERES PÚBLICOS

Por entes federativos entende-se os governos estaduais e municipais, suas secretarias e os órgãos ligados à sua estrutura. O foco da atuação do BC é sempre responder de maneira tempestiva e clara às demandas de informação, de forma a contribuir para melhorar a eficiência da gestão pública.

No que diz respeito ao atendimento aos poderes públicos, destaca-se o Sistema de Busca de Ativos do Poder Judiciário (SISBAJUD), ferramenta de interlocução entre o Poder Judiciário e as instituições financeiras. O SISBAJUD é hospedado e executado pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ). Cabe ao BC manter a infraestrutura de comunicação com as instituições financeiras e a conexão com o Cadastro de Clientes do Sistema Financeiro Nacional (CCS).

O CCS é um sistema que registra com quais instituições autorizadas pelo BC os clientes possuem relacionamento, tais como conta-corrente, conta de pagamento, poupança e investimentos. Ele é disponibilizado aos órgãos públicos interessados mediante adesão, o que torna o acesso às informações mais rápido e menos burocrático.

O compartilhamento de informações entre o BC e entes públicos também contempla o acesso direto aos dados cadastrais vinculados às chaves Pix registradas no DICT. Essa funcionalidade, criada pelo BC em 2023, está sendo utiliza-

da por quarenta órgãos públicos com atribuições legais de persecução penal, de controle ou de apuração de irregularidades. Assim como o CCS, a base do DICT é disponibilizada aos órgãos públicos interessados mediante adesão.

O BC realiza o atendimento a demandas por informações e providências oriundas de órgãos dos poderes públicos por meio do Protocolo Digital. Em 2024, as equipes responsáveis atenderam 60.817 demandas contidas nos 25.305 ofícios recebidos, com destaque para pedidos de quebra de sigilo bancário, bloqueio e desbloqueio de valores e solicitações de informações de competência do BC ou disponíveis em sistemas gerenciados pelo BC.

Com relação ao Poder Legislativo, cabe destacar que dez audiências públicas com a participação de servidores do BC foram realizadas nas duas Casas do Congresso Nacional, em 2024, destinadas a debater assuntos de interesse da sociedade. Foram realizadas, ainda, 22 audiências no BC com a presença de parlamentares, frentes parlamentares e grupos parlamentares suprapartidários, que possibilitaram o debate sobre os cenários econômicos nacional e internacional. Essas ações evidenciam o compromisso do BC com o fornecimento de informações ao Congresso Nacional e com a manutenção de um adequado relacionamento com o Poder Legislativo, contribuindo com o avanço na tramitação de proposições de interesse da sociedade. Destaca-se, no período, a aprovação, pela Câmara dos Deputados, do Projeto de Lei de Infraestruturas do Mercado Financeiro (Limf) – PL 2.926, de 2023 –, que, agora, aguarda a apro-

iação pelo Senado Federal. Essa iniciativa representa um importante avanço na legislação para adequação do arcabouço regulatório às melhores práticas internacionais.

1.4 RELACIONAMENTO INTERNACIONAL DO BC

Em 2024, o BC manteve intenso relacionamento com contrapartes estrangeiras, alcançando mais de 1.050 interações internacionais. O BC interage com outros bancos centrais, autoridades de supervisão, órgãos de governo, investidores internacionais de portfólio (mercado financeiro e de capitais), agências de classificação de risco (*rating*), agências de cooperação ou desenvolvimento, organismos e fóruns internacionais, blocos regionais e temáticos de países, entre outros.

As interações com essas entidades ocorrem de formas variadas, abrangendo ações de cooperação ou de assistência técnica, trocas de informações, participações em grupos de trabalho, eventos e negociações internacionais, além do suporte a missões externas de avaliação.

Com o protagonismo crescente do BC em temas de inovação, houve um forte interesse estrangeiro em conhecer os trabalhos da Autarquia relacionados a pagamentos instantâneos, moeda digital de banco central (CBDC), Open Finance e IA. Esses temas combinados ensejaram, em 2024, o envolvimento do quadro técnico do BC em 37 trocas de experiências e informações com representantes de

órgãos governamentais de outros países (especialmente bancos centrais e embaixadas) e de organismos internacionais; apresentações em dezessete eventos internacionais; e realização de vinte reuniões temáticas específicas com contrapartes estrangeiras, sendo metade com universidades do exterior.

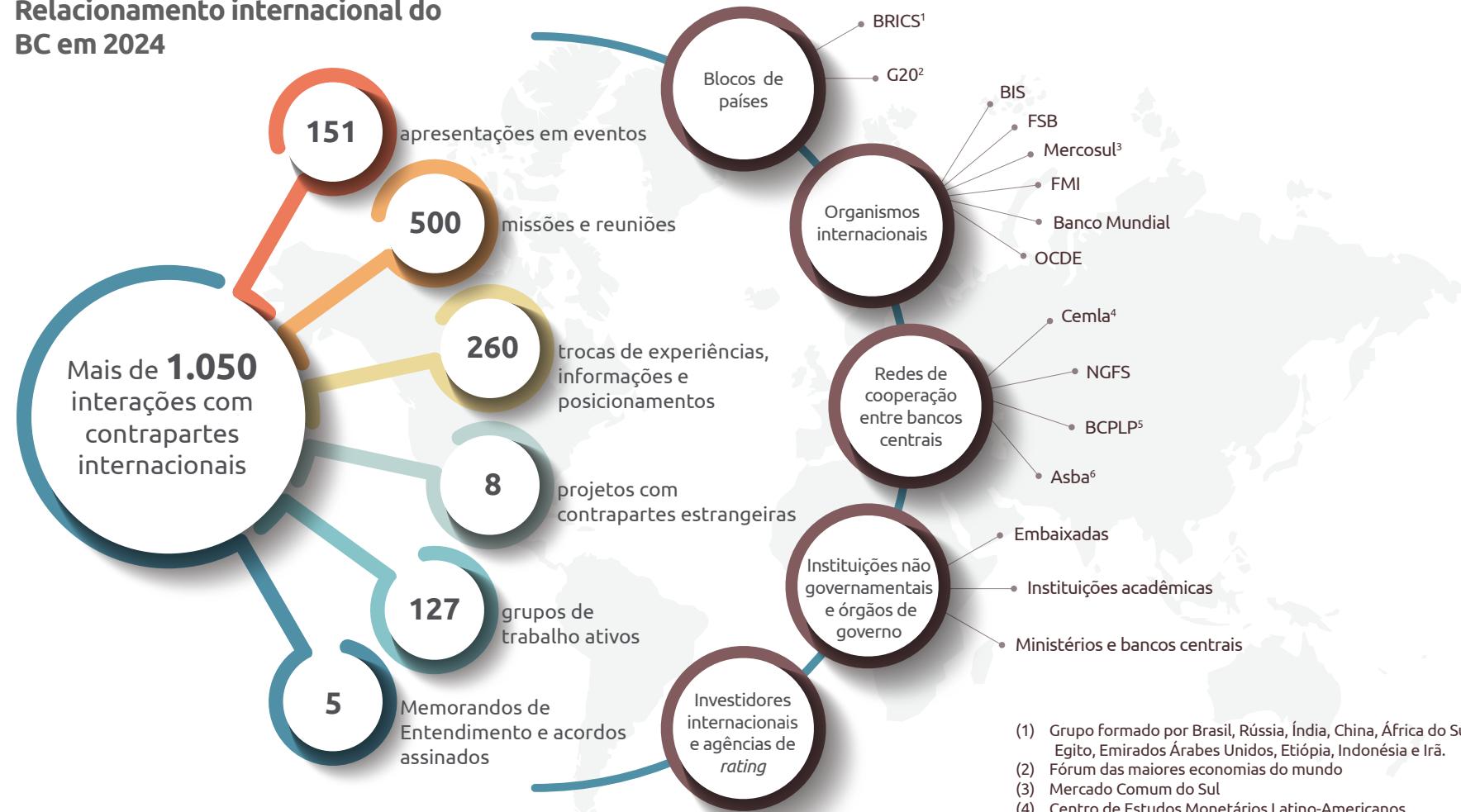
Ao longo do ano, o BC também teve sua expertise requisitada pelo BIS na forma de empréstimo temporário de especialistas para alguns dos centros de inovação daquele organismo, notadamente os do Canadá, Alemanha e Suécia, confirmando a qualidade técnica do trabalho aqui desempenhado. Da relação com o centro de inovação do Banco de Compensações InterIS, destacam-se a participação do BC no Projeto mBridge, sobre moedas digitais de bancos centrais, e no Projeto Aperta (“aberto” em latim), sobre intercâmbio de informações e possível integração de estruturas domésticas de Open Finance.

O ano de 2024 também foi de intensa prestação de assistência técnica. Especialistas do BC participaram de dezesseis ações coordenadas pelo FMI em benefício de bancos centrais e autoridades reguladoras de outros países, tais como Armênia, Butão, Honduras, Zimbábue. Essas ações, realizadas em formato presencial, virtual ou híbrido, contemplaram temas variados como padrões prudenciais de Basileia, reservas internacionais e sistema de previsão e análise de políticas. O aporte técnico do BC a esse tipo de iniciativa tem por princípio norteador o fortalecimento do sistema financeiro global.

Um marco importante alcançado em 2024 foi o fim da negociação do acordo de livre comércio entre o Mercosul e a União Europeia, anunciado na 65ª Cúpula de Chefes de Estado do Mercosul, em Montevidéu, no Uruguai, após quase três décadas de negociações. O BC desempenha papel importante nas negociações desse modelo de acordo, em colaboração com o Ministério das Relações Exteriores, avaliando os temas financeiros e monetários, oferta de serviços financeiros e fluxos de investimentos. A parceria com a União Europeia é o maior acordo comercial já concluído pelo Mercosul. Os dois blocos reúnem cerca de 718 milhões de pessoas e economias que, somadas, alcançam aproximadamente US\$22 trilhões de dólares em termos de PIB.

No processo de administração das reservas internacionais, o BC interagiu com diversas contrapartes, selecionadas por intermédio de criterioso processo de governança e localizadas em diversas jurisdições ao redor do globo, que possibilitaram o investimento dos ativos financeiros das reservas internacionais com segurança, liquidez e rentabilidade. A Autarquia trabalhou com inúmeros prestadores de serviços, entre eles bancos centrais estrangeiros, correspondentes financeiros internacionais, depositários centrais internacionais (DCI), corretores de futuros e contrapartes centrais (CCPs). Além disso, o BC investiu em avançados instrumentos financeiros, realizando operações com os principais conglomerados financeiros estrangeiros.

Relacionamento internacional do BC em 2024



(1) Grupo formado por Brasil, Rússia, Índia, China, África do Sul, Arábia Saudita, Egito, Emirados Árabes Unidos, Etiópia, Indonésia e Irã.

(2) Fórum das maiores economias do mundo

(3) Mercado Comum do Sul

(4) Centro de Estudos Monetários Latino-Americanos

(5) Bancos Centrais de Países de Língua Portuguesa

(6) Associação de Supervisores Bancários das Américas

a) Liderança em comitês e iniciativas internacionais

O reconhecimento da qualidade da atuação do BC na esfera internacional reflete-se na manutenção de posições de destaque em organismos internacionais ao longo do ano. Dentre essas, o Presidente do BC concluiu o mandato de dois anos (biênio 2023-2024) como presidente do Conselho Consultivo das Américas (CCA) do BIS. A escolha foi feita pelo conselho de diretores do BIS. Criado em 2008, o CCA é formado pelos presidentes de bancos centrais de países das Américas integrantes da instituição – Argentina, Brasil, Canadá, Chile, Colômbia, Estados Unidos, México e Peru.

Após assumir a presidência da *International Financial Consumer Protection Organisation* (FinCoNet) em novembro de 2023, o BC exerceu, em 2024, o primeiro ano de seu mandato na liderança da organização, que terá duração total de três anos.

A FinCoNet é uma entidade, constituída no âmbito da OCDE que reúne órgãos de supervisão responsáveis pela proteção do consumidor de produtos financeiros. Sob a presidência brasileira, a FinCoNet aprovou o Plano de Trabalho para o período de 2025-2026 com temas relevantes como Open Finance, ativos virtuais, população financeiramente vulnerável, finanças sustentáveis, entre outros. O Brasil faz parte da entidade desde 2015 e compõe seu Conselho de Governança desde 2019.

b) Presidência brasileira do G20

Em 2024, o Brasil exerceu a presidência rotativa do G20, grupo que reúne as dezenove maiores economias do mundo mais a União Africana e a União Europeia. Além de organizar e conduzir todas as reuniões do G20 ao longo do ano, o país que exerce a presidência do grupo tem por função orientar a agenda de discussões tanto em nível técnico, por intermédio dos grupos de trabalho, quanto nos níveis ministeriais e na cúpula, a qual reúne os representantes máximos de cada jurisdição.

A presidência brasileira destacou como prioridade a redução da desigualdade, sob o lema “Construindo um Mundo Justo e um Planeta Sustentável”. Os principais temas foram inclusão social, combate à fome e à pobreza; transições energéticas e desenvolvimento sustentável; e reforma das instituições de governança global. O Brasil propôs ainda duas forças-tarefa: uma para criar uma “Aliança Global contra a Fome e a Pobreza” e outra para a “Mobilização Global contra as Mudanças Climáticas”.

O G20 opera em duas trilhas paralelas responsáveis por subsidiar a reunião da Cúpula: a dos Sherpas, liderada pelo Ministério de Relações Exteriores; e a Financeira, sob responsabilidade dos bancos centrais e ministérios de finanças. Ambas envolvem grupos de trabalho temáticos com participação de países-membros, convidados e organizações internacionais.

A Trilha Financeira é composta por oito grupos de trabalho. O BC participa em quatro e em um tema transversal denominado “Assuntos do Setor Financeiro”. As prioridades estabelecidas para 2024 incluíram a avaliação de riscos financeiros associados a natureza, inovações digitais e cibernéticas, além de melhorias nos pagamentos transfronteiriços e fortalecimento da estabilidade financeira global. Houve destaque para temas a respeito do fortalecimento de Bancos Multilaterais de Desenvolvimento e da Rede Global de Segurança Financeira, da sustentabilidade da dívida soberana e de formas de atrair fluxos de capital estáveis para economias emergentes.

Outros temas incluíram desafios em relatórios de sustentabilidade, funcionamento de fundos ambientais e princípios para uma transição econômica justa. Também se discutiu a priorização do uso de instrumentos de compartilhamento de risco, como financiamento combinado (blended finance). Também mereceram destaque os seguintes temas: redução de vulnerabilidades em países endividados, que impedem o investimento em desenvolvimento sustentável; e medidas para melhorar a qualidade da inclusão e da educação financeiras promovida pelo Brasil.

c) Conferência Anual do BC

A atuação internacional do BC abrange também a organização de eventos relevantes com participação estrangeira. Entre os eventos internacionais promovidos pelo BC em

2024, destaca-se a realização da segunda edição da Conferência Anual do BC. O evento reuniu especialistas, acadêmicos e representantes do setor financeiro. Houve palestras magnas ministradas por Gianluca Violante (Princeton University) e Xavier Vives (IESE Business School) e sessões com apresentação de 36 trabalhos acadêmicos, selecionados entre cerca de 350 artigos recebidos pelo BC. Os temas incluíram sustentabilidade, macroeconomia, tecnologia e moeda digital. O último dia da Conferência Anual foi marcado pela comemoração dos trinta anos do Plano Real, que traz estabilidade econômica ao Brasil desde 1994. Foi realizada uma mesa-redonda com quatro presidentes do BC da época, os quais discorreram sobre a formulação e implementação do Plano Real e seus efeitos na economia brasileira.

d) Conferência global G20 *Data Gaps Initiative 3* (DGI-3)

Em junho de 2024, o BC sediou a Conferência Global da *Data Gaps Initiative* (DGI), organizada anualmente pelo Fundo Monetário Internacional (FMI), em colaboração com o *Inter-Agency Group on Economic and Financial Statistics* (IAG) e o *Financial Stability Board* (FSB).

O evento teve como objetivo discutir soluções para os principais desafios à produção de dados relacionados à sustentabilidade climática, à desigualdade e à inclusão financeira, temas alinhados aos objetivos da Presidência Brasileira do G20.

A DGI foi proposta pelos principais organismos internacionais (tais como FMI, BIS, OCDE, Organização das Nações Unidas – ONU, Banco Mundial, entre outros) e endossada pelo G20 após a crise financeira de 2008 com o intuito de contribuir para a estabilidade financeira internacional a partir da disseminação de estatísticas oficiais de alta qualidade alinhadas às melhores práticas e padrões metodológicos internacionais. Essa iniciativa traz benefícios de longo alcance para a sociedade, analistas econômicos, pesquisadores e o próprio BC ao assegurar a qualidade dos dados fornecidos para decisões de política.

A Autarquia participa ativamente da DGI desde o seu início e desempenha papel destacado entre as instituições brasileiras participantes.

e) Programa Malanje

Em 2024, o BC aderiu ao Programa Malanje, iniciativa do Banco de Portugal (BdP) direcionada aos Bancos Centrais de Países de Língua Portuguesa (BCPLPs). Trata-se de um programa de mobilidade entre servidores dos BCPLPs, inspirado no Programa Schuman, realizado entre os bancos centrais europeus desde 2017.

No âmbito do Programa Malanje, especialistas dos diversos BCPLPs podem contribuir com projetos de curta duração de outros membros do grupo. O principal objetivo da iniciativa é proporcionar oportunidade de trabalho em contexto inter-

nacional, compartilhamento de experiências e conhecimento e fortalecimento dos laços entre os BCPLPs. A adesão ao Programa deu-se mediante assinatura de um Memorando de Entendimento (*Memorandum of Understanding – MoU*).

f) BC e NFRA reforçam supervisão financeira com novo Memorando de Entendimento

Outro MoU assinado pelo BC em 2024 foi com a *National Financial Regulatory Administration* (NFRA), autoridade supervisora financeira da China, para fortalecer o desempenho das atribuições de ambas as instituições na garantia do funcionamento seguro e sólido das entidades por elas supervisionadas.

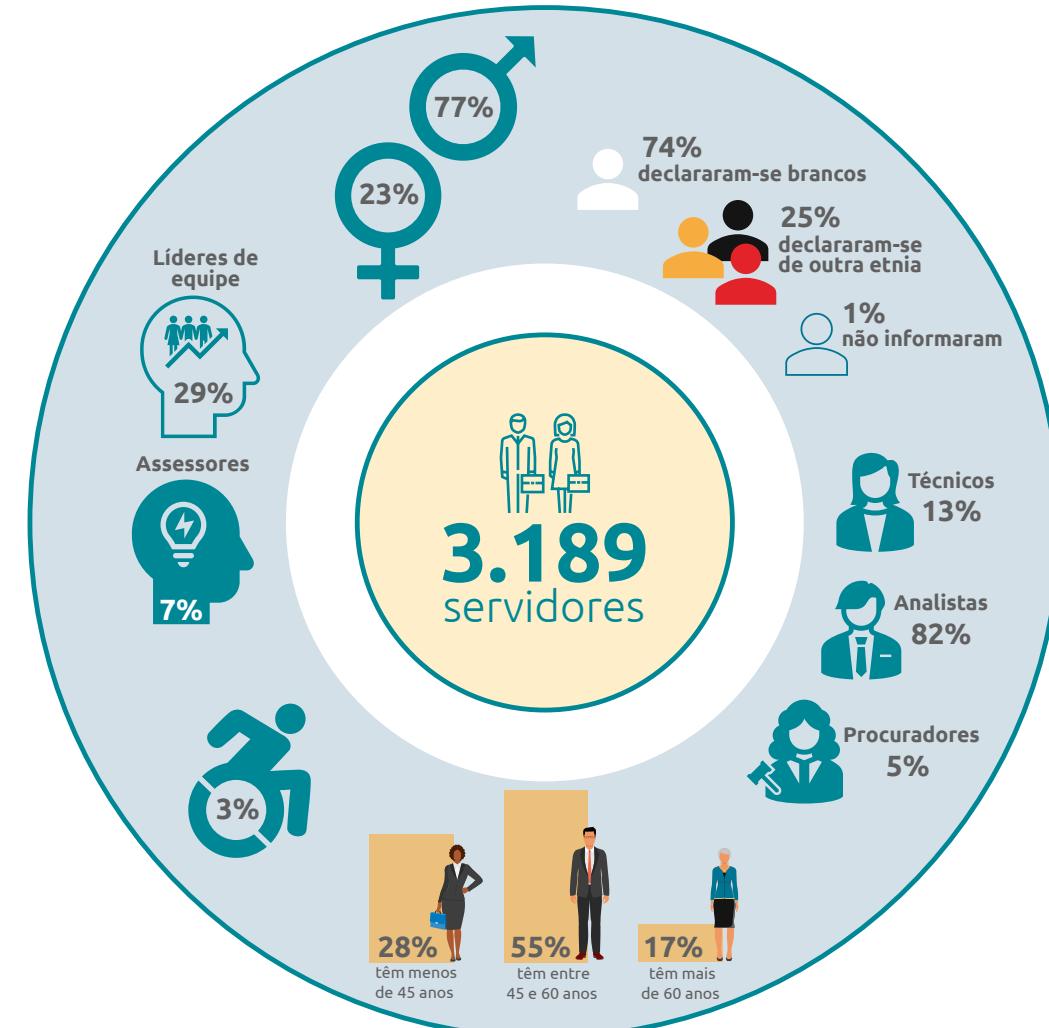
O novo acordo atualiza e substitui o memorando assinado em junho de 2012 e reafirma as bases para uma cooperação eficaz entre os dois órgãos supervisores. O documento aborda, entre outros aspectos: intercâmbio de informações relacionadas com a situação econômico-financeira das entidades supervisionadas, resiliência operacional e segurança cibernética, planos de resolução e avaliação de resoluibilidade, confidencialidade da informação, e Prevenção à Lavagem de Dinheiro e ao Financiamento do Terrorismo (PLD/FT), bem como a realização de inspeções nas entidades supervisionadas localizadas na jurisdição da outra autoridade.

g) Interação entre bancos centrais da América do Sul

A 42ª Reunião de Presidentes de Bancos Centrais da América do Sul (RPBCAS) foi realizada em novembro de 2024 na sede do banco central da Colômbia, em Bogotá. Durante a reunião, as autoridades monetárias da região analisaram os métodos de estimativa do PIB potencial e a relevância dos determinantes das taxas de câmbio na região. Nessa edição do encontro, que também abordou o papel dos bancos centrais nos sistemas de pagamentos e nos pagamentos transfronteiriços, foram também apresentadas as principais conclusões extraídas do 2º Relatório sobre Sistemas de Pagamentos Sul-americanos, com publicação prevista pelo banco central do Peru em janeiro de 2025.

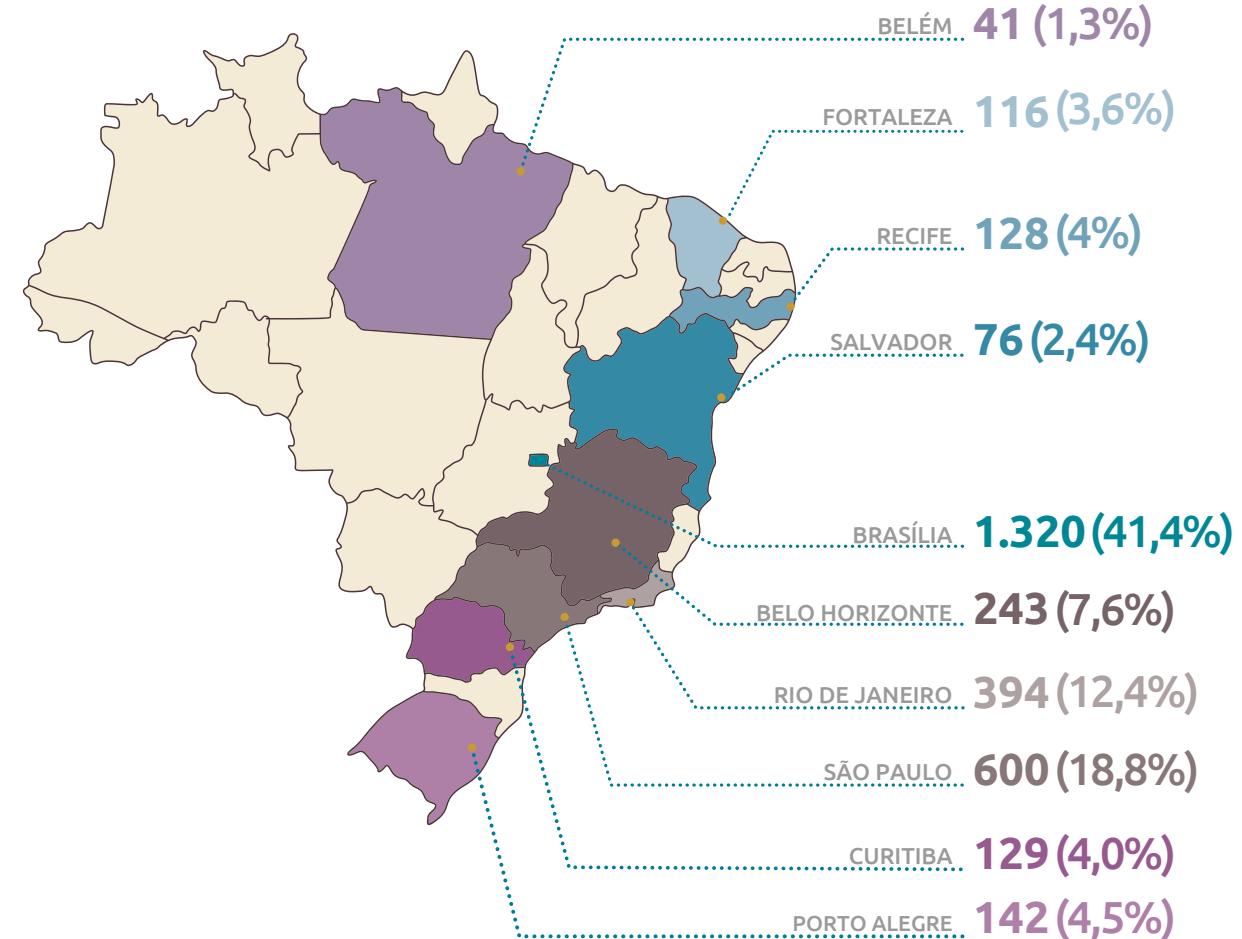
2 Pessoas e saber-fazer

O BC conta com pessoas com capacidade técnica e competências bem desenvolvidas. São pessoas dispostas a inovar, engajadas com os valores organizacionais e dedicadas a entregar mais valor para a sociedade.



O BC possui sede em Brasília e regionais em nove capitais do Brasil. O quantitativo de pessoas se distribui conforme figura:

Mapa de distribuição de servidores por praça de exercício



2.1 SERVIDORES E REMUNERAÇÃO

A **Lei 9.650, de 27 de maio de 1998**, estabeleceu quantitativo de 6.470 servidores para o BC. Como o último concurso público finalizado do BC ocorreu em 2013, a quantidade de servidores vem reduzindo ao longo dos anos, especialmente por aposentadorias. Em dezembro de 2024, o BC tinha 3.189 servidores ativos, 50,68% a menos do que o quantitativo previsto na lei.

Em 2024, 68 servidores efetivaram suas aposentadorias e, ao final do ano, outros 334 já possuíam direito adquirido a se aposentar. Além desses, outros dezessete servidores se desligaram do BC por outros motivos.

Para mitigar o risco de descontinuidade dos processos de trabalho pela constante e crescente redução da força de trabalho, o BC prioriza suas atividades e promove redistribuições internas de sua força de trabalho, utilizando o instrumento de mobilidade interna.

Movimentação de servidores

1.505
Vacâncias



634
Ingresso de servidores
de 2013 a 2024



343

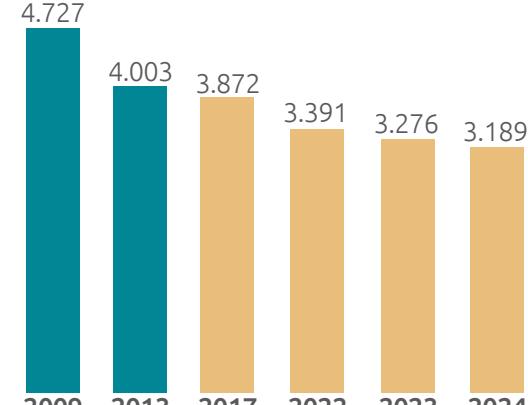
Servidores que podem se aposentar a
qualquer momento

Ocupação dos 6.470 cargos
previstos por lei
em dezembro de 2024

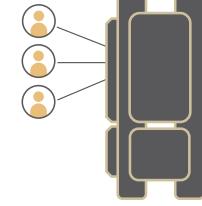


Quantitativo de servidores ativos por ano

em 31 de dezembro de 2024



— Anos com realização de concurso público



98
Realocações por
meio de mobilidade
interna



6
Concursos internos para
provimento de funções
comissionadas

À exceção da Diretoria Colegiada, todas as funções comissionadas do BC são exclusivas para servidores das carreiras da autarquia.

O presidente e os diretores do BC ocupam cargo de natureza especial e recebem remuneração com o valor de R\$18.887,14 fixado por lei. Os servidores do BC recebem subsídio, e os ocupantes de função comissionada recebem o valor correspondente em acréscimo. O valor médio pago ao servidor com cargo de técnico, em 2024, foi R\$13.875,00, ao servidor com cargo de analista foi R\$31.388,00, e ao procurador, R\$30.846,00. Os procuradores do BC, na qualidade de advogados públicos, fazem jus, ainda, ao pagamento de honorários advocatícios de sucumbência. As informações sobre remuneração de servidores públicos federais, inclusive honorários, podem ser verificadas no [Portal da Transparência](#).

2.2 APRENDIZAGEM

A capacidade técnica e comportamental dos servidores é ativo intangível fundamental para o cumprimento da missão do BC. Para que os servidores da Instituição possam desenvolver suas competências técnicas e comportamentais, o BC investe em ações de aprendizagem e de gestão do conhecimento por meio da Universidade Banco Central (UniBC).

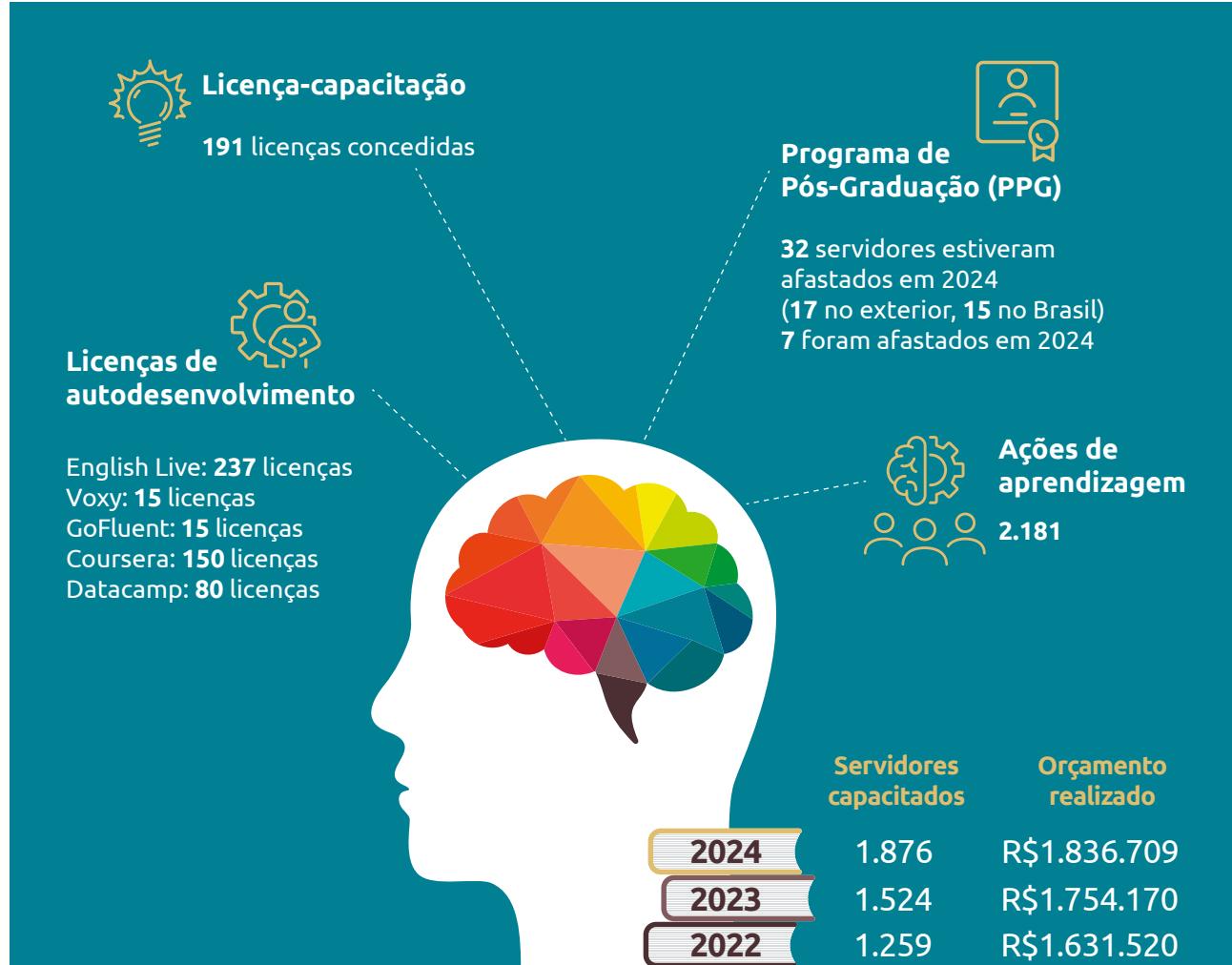
Em 2024, foi lançado o Portal Aprendizagem, ambiente com acesso a: cursos promovidos pelo BC ou por outras instituições, licenças de autodesenvolvimento, Escola de Liderança, Programa de Pós-Graduação, Comunidades de Práticas, eventos de disseminação de conhecimento, Taxonomia de Conhecimentos, dentre outros.

Ao longo de 2024, destacam-se as seguintes frentes:

- » Turmas fechadas – oitenta ações de aprendizagem para grupos exclusivos do BC foram ofertadas – um aumento de quase 30% em relação ao ano anterior. Destas, dezoito foram desenvolvidas internamente ou adaptadas a necessidades específicas das áreas. Destaque para ações da Trilha de Inovação no Sistema Financeiro Nacional, com soluções voltadas a IA e criptoativos, que será abordada mais adiante. A maioria das turmas fechadas foi realizada com facilitadores internos.
- » Turmas abertas – participação de servidores em centenas de ações de aprendizagem em diversas instituições do governo e instituições privadas, nas diferentes modalidades – on-line, telepresencial e presencial.
- » Cursos na modalidade on-line no Sapiens – aumento da oferta nessa modalidade de curso e destaque para a produção interna de cursos sobre risco de crédito, ativos virtuais, registro de recebíveis e Power BI.
- » Licenças de autodesenvolvimento – 497 licenças, de diferentes plataformas, foram utilizadas para a aprendizagem de língua estrangeira, de ciência de dados e de diversos outros temas.
- » Programa de Pós-Graduação (PPG) – sete afastamentos para o PPG em 2024 – cursos de mestrado e doutorado no Brasil e no exterior –, além da aprovação de outros doze afastamentos para o ano de 2025.

» Licença para Capacitação – concessão de 191 licenças nos mais variados assuntos de interesse da Instituição, um aumento de 33% em relação ao ano anterior.

Vale ainda destacar a diversificação no uso de plataformas de autodesenvolvimento para aprendizagem de inglês e espanhol e nos formatos das ações e métodos, como o uso de oficinas de práticas. Tal atuação tem permitido aumentar a quantidade e a qualidade das ações de capacitação realizadas. Ao todo, foram 1.876 diferentes servidores capacitados em 2024, cerca de 23% de aumento em relação ao ano anterior ou 55% em relação a 2022, o que mostra consistência no crescimento.



2.3 PROGRAMA DE GESTÃO E DESEMPENHO (PGD)

Em 2024, o Programa de Gestão e Desempenho (PGD) do BC elevou seu grau de maturidade com o estabelecimento de novos processos para alinhamento com a estratégia organizacional através da criação de Planos de Entregas e a normatização de um protocolo para o restabelecimento da produtividade e das relações de trabalho para os casos de servidores com baixo desempenho. Essas melhorias foram definidas conforme orientações do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI), sendo o BC o primeiro órgão do Executivo Federal a implementá-las, ainda no mês de junho de 2024. O ciclo atual do programa também trouxe a inovação gerencial de avaliação de competências comportamentais de servidores e gestores.

Apesar da redução do quadro de servidores e do aumento de atividades e responsabilidades, o BC tem procurado manter o nível de excelência na prestação de seus serviços. Para manutenção do atual nível de serviço prestado ao SFN e à sociedade, a Instituição investe no aprimoramento contínuo de sua gestão e governança, no desenvolvimento de servidores e no uso intensivo de tecnologia.

2.4 DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO

O BC busca continuamente aprimorar os serviços que presta à sociedade e, para isso, investe em tecnologia. Como exem-

plos desses investimentos, podem ser citadas as tecnologias utilizadas nos meios de pagamento, nos processos das áreas de supervisão e na formulação de políticas. Parte expressiva do investimento é direcionada a tecnologias voltadas para aprimorar a análise, como *Big Data, Machine Learning* e IA.

É importante destacar que os investimentos em inovação não se materializam somente em aquisições de *softwares* e *hardwares*, mas também no estabelecimento de parcerias com organismos internacionais e universidades. Um exemplo é a participação do BC em fóruns internacionais de inovação, como os grupos de trabalho do BIS *Innovation Network*, nos quais são compartilhadas experiências relativas a Open Finance, Central Banking Digital Currency, Supertech, CyberSecurity, entre outras.

O BC continuou investindo em iniciativas de *machine learning* e IA generativa para melhoria dos seus processos de trabalho.

Em 2024, foram entregues 37 iniciativas de TIC relevantes para o SFN e a sociedade, como:

- » aumento da capacidade do Pix para fazer frente ao aumento da demanda e desenho de alto nível do Mecanismo Especial de Devolução (MED) 2.0, nova versão em desenvolvimento que trará maior efetividade na recuperação de recursos de transações fraudulentas;
- » evolução dos sistemas de prestação de informações de capitais estrangeiros no país trouxe significativos bene-

fícios para os cidadãos pela simplificação de registros e remoção de diversos eventos declaratórios;

volveu uma série de ações direcionadas às instituições que compõem o SFN e do SPB.

- » evolução do Sistema Contabilidade do SFN para o novo plano de contas, permitindo mais controle sobre operações contábeis, evolução da qualidade na captação dos dados de crédito e o mapeamento de programas de governo, como o Desenrola Pequenos Negócios, e outros programas emergenciais, como os relacionados aos eventos climáticos do Rio Grande do Sul;
- » entrega da nova plataforma do Aprender Valor, mais simples e fácil de navegar, que passou a reunir todas as informações e ferramentas em um só lugar e permitiu a abertura do programa para as escolas particulares e cidadãos de forma a incentivar que esse tema chegue a todas as salas de aula de todas as escolas do país e à população em geral, conforme detalhado no capítulo “Nossos Resultados”, seção “Educação”;
- » inclusão da Taxa Legal na Calculadora do Cidadão, conforme detalhado no capítulo “Nossos Resultados”, seção “Transparência”.

2.5 RESILIÊNCIA CIBERNÉTICA

Como nos anos anteriores, os temas segurança cibernética e resiliência operacional permaneceram como um dos focos da atuação em 2024. Como resultado, o BC desen-

Resiliência cibernética do BC

Aquisição de soluções para melhoria contínua da segurança cibernética do sistema Pix e dos demais sistemas do BC.

Ações de conscientização em segurança cibernética.

Realização de testes de intrusão para avaliar a segurança de sistemas críticos do BC.



Resiliência cibernética do SFN

Mapeamento dos riscos e dos controles de tecnologia da informação de entidades supervisionadas.

Exercício cibernético do setor financeiro com participação de entidades supervisionadas.

Realização de ações de conscientização direcionadas a entidades supervisionadas sobre práticas de segurança cibernética e de resiliência operacional.

Monitoramento de incidentes cibernéticos relevantes.



O aumento no número de ataques cibernéticos, cada vez mais complexos, e a ocorrência de incidentes tecnológicos com impacto nos serviços para clientes têm gerado preocupação. Esses fatores evidenciam a crescente exposição das instituições financeiras aos riscos tecnológicos, intensificados pela transformação digital no SFN.

Diante deste complexo cenário, o BC tem buscado desenvolver iniciativas para o aprimoramento da resiliência operacional das instituições participantes do SFN e do SPB. Em 2024, a Autarquia concluiu a análise das informações obtidas no primeiro ciclo de mapeamento de riscos e controles de tecnologia da informação. Os primeiros resultados ilustraram aspectos importantes sobre a exposição das instituições avaliadas aos principais fatores de risco relacionados ao uso da tecnologia. Além disso, foi possível identificar pontos de aprimoramento em relação aos controles de tecnologia e segurança da informação implementados por essas instituições. Os principais achados da análise desenvolvida foram compartilhados em quatro workshops realizados com representantes das instituições financeiras, alcançando aproximadamente 1.300 participantes.

O BC também se manteve focado nas medidas para resposta e recuperação de incidentes que possam causar impactos mais amplos sobre o setor financeiro. Ao final de 2024, realizou o primeiro exercício cibernético piloto para testar uma metodologia desenvolvida para validar os planos de crise e de continuidade de negócio das instituições. Essa metodologia subsidiará a execução dos exercícios cibernéticos planejados para os próximos anos. Isso possibilitará a troca de conhecimento e o treinamento das equipes de resposta e recuperação de incidentes cibernéticos, bem como o desenvolvimento de mecanismos, processos e protocolos para a coordenação do setor no enfrentamento de crises cibernéticas que possam ter implicações sistêmicas. [Saiba mais](#).

Os recursos do BC têm origem em duas fontes principais: o Orçamento Geral da União (OGU) e o Orçamento de Receitas e Encargos de Autoridade Monetária (OAM). O BC administra ainda o Fundo do Programa de Garantia da Atividade Agropecuária (Proagro) e as reservas internacionais.

3.1 ORÇAMENTO GERAL DA UNIÃO (OGU)

O Orçamento Geral da União (OGU) é destinado para o BC arcar com suas despesas obrigatórias (pessoal, encargos sociais e benefícios) e discricionárias (custeio e investimento), de modo a garantir o funcionamento da Autarquia.

A Lei Orçamentária Anual 14.822, de 22 de janeiro de 2024 (LOA 2024), combinada com os créditos adicionais autorizados no decorrer do exercício, designaram R\$4.100,5 milhões ao BC. Esse montante não inclui os valores relativos ao Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf).

Quanto à execução dos valores da LOA 2024, o BC liquidou o montante de R\$4.020,7 milhões, sendo que 93,6% desse valor foram relativos às despesas obrigatórias (pessoal, encargos sociais e benefícios) e o restante relativo às despesas discricionárias (custeio e investimento), conforme mostra o gráfico.

3 Recursos orçamentários e financeiros

Liquidado BC 2024
R\$4.020,7 milhões

Investimento • 0,8%

R\$32,8 milhões

Custeio • 5,6%

R\$224 milhões

**Pessoal,
encargos sociais e
benefícios • 93,6%**
R\$3.763,9 milhões



Fonte: Tesouro Nacional

Em relação ao orçamento discricionário, o BC utilizou 99,99% dos R\$297,3 milhões disponibilizados no exercício de 2024, incluindo R\$40,4 milhões inscritos em restos a pagar não processados.

Restos a pagar não processados são despesas orçamentárias que foram autorizadas em um exercício financeiro, mas que não foram totalmente liquidadas e pagas até o final desse ano, já que o pagamento depende da prestação do serviço ou da entrega do bem. Portanto, enquanto não houver comprovação de que a obrigação foi cumprida, a despesa permanece como “não processada.” Quando o bem ou serviço for efetivamente entregue e a despesa conferida e validada, o valor pode ser liquidado e pago.

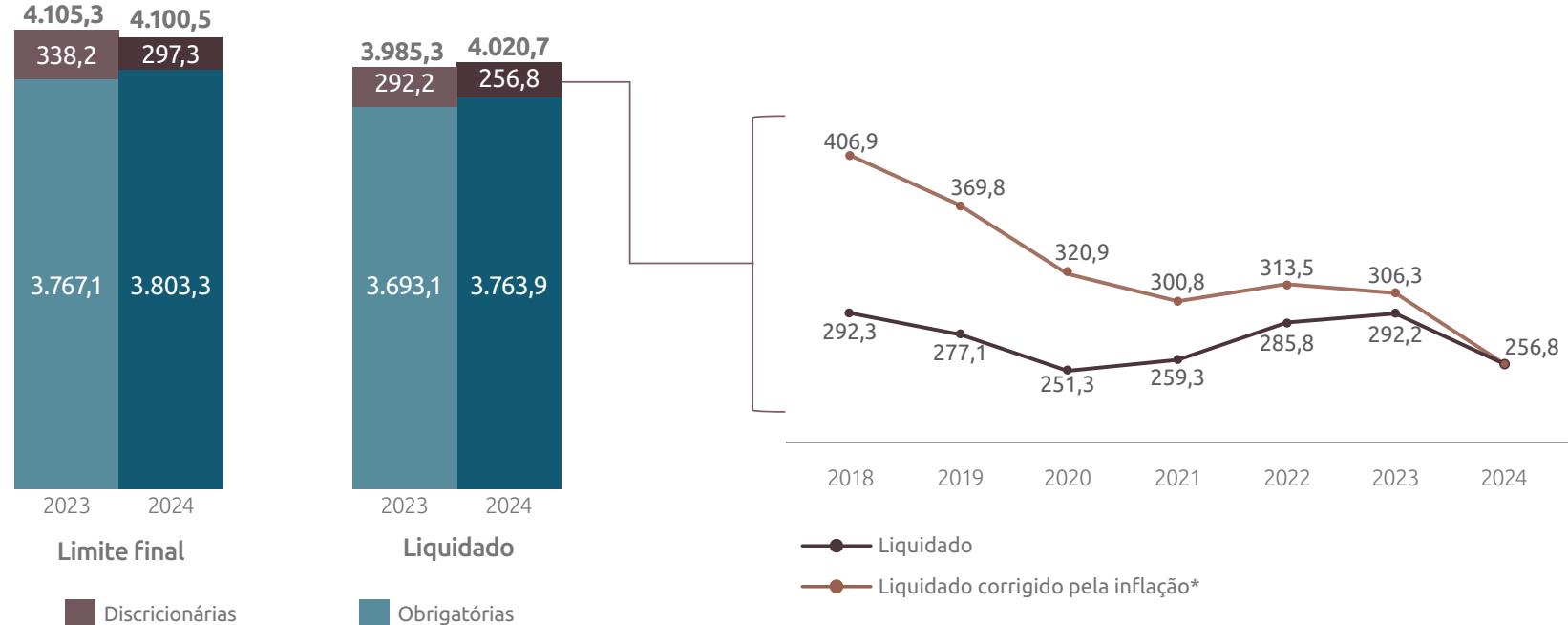
Foram liquidados R\$101,4 milhões em contratações de TIC utilizando OGU, com inscrição de R\$24,0 milhões em restos a pagar não processados. Parte significativa desse montante é direcionada para o aumento da capacidade computacional e da resiliência cibernética.

Uma despesa liquidada é aquela em que foi comprovada a entrega do bem ou serviço ao órgão público, e os documentos que atestam essa entrega foram devidamente conferidos e validados. Esse processo de liquidação ocorre após a execução orçamentária e antes do pagamento.

Na prática, a liquidação envolve verificar se a entrega foi feita conforme o que foi contratado (em quantidade, qualidade e valor).

Comparando com os valores liquidados em 2023, houve uma diminuição de 12% no grupo de despesas discricionárias (custeio e investimento) e um aumento de 1,9% no grupo de despesas obrigatórias (pessoal, encargos sociais e benefícios). Assim, o valor liquidado total de 2024 foi 0,7% maior que o de 2023.

Comparativo dos valores liquidados das despesas obrigatórias e discricionárias – em R\$ milhões



*Valor presente obtido pela correção do montante executado de cada ano utilizando o IPCA acumulado até dezembro de 2024.

Fonte: Tesouro Nacional



Para conhecer mais detalhes do OGU, acesse os Boletins de Execução Orçamentária no [Portal de Transparência e Prestação de Contas do BC](#).

a) Despesa de pessoal

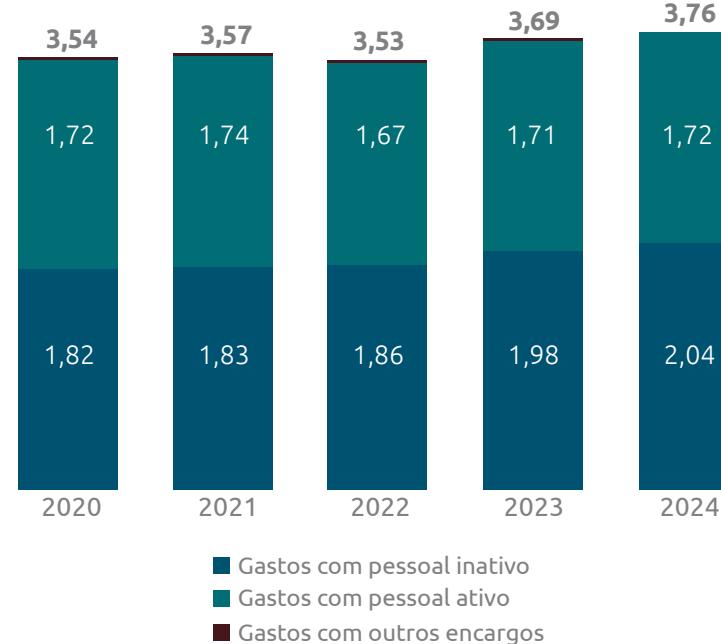
Em 2024, o BC teve um gasto total de R\$3,76 bilhões com despesa de pessoal. Desse valor, foi gasto R\$1,72 bilhão correspondente às despesas com pessoal ativo, isto é, remuneração e vantagens variáveis, como auxílio-alimentação, assistência médica, previdência etc. Adicionalmente, o gasto com pessoal inativo (aposentados e pensionistas) foi de R\$2,04 bilhões.

3.2 ORÇAMENTO DE RECEITAS E ENCARGOS DE AUTORIDADE MONETÁRIA (OAM)

O Orçamento de Receitas e Encargos de Autoridade Monetária (OAM), exclusivo do BC, é outra fonte de recursos, mas que tem destinação específica. Ele abrange receitas e gastos relacionados com atividades típicas do BC, como o gerenciamento das reservas internacionais do país, as operações financeiras realizadas no papel de banco dos bancos, o manejo das notas e das moedas de real que se encontram em circulação (meio circulante), entre outros. Portanto, o OAM compreende todas as receitas e as despesas da Instituição relativas a operações realizadas na execução das políticas monetária, cambial e creditícia do país.

A proposta orçamentária do OAM para o exercício de 2024 estabeleceu os montantes de receitas e encargos de Autoridade Monetária em R\$961,1 bilhões e R\$956,1 bilhões, respectivamente (Voto CMN 52/2023, de 24 de ago-

Despesas de pessoal (em R\$ bilhões)



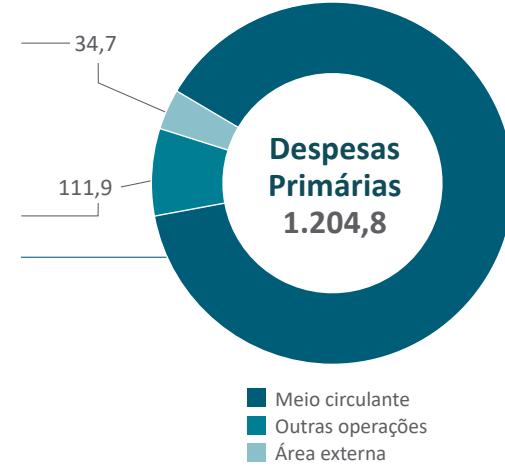
to de 2023). No decorrer do exercício, houve necessidade de reprogramação, o que elevou esses montantes para R\$1.115,4 bilhões e R\$1.053,0 bilhões, respectivamente.

Do valor de R\$1.053,0 bilhões orçados para despesas, R\$1,3 bilhão foi para as despesas primárias, o que equivale a 0,12% do total. As previsões de despesas com o meio circulante representavam R\$1,1 bilhão, cerca de 85,83% do total previsto para despesas primárias. A figura a seguir demonstra os valores efetivamente executados em 2024.

Para conhecer mais detalhes do OAM, acesse os **Boletins de Execução Orçamentária** no Portal de Transparência e Prestação de Contas do BC.

Execução do OAM – em R\$ milhões

	Receitas	Encargos
Área externa	734.187,5	238.799,0
Mercado aberto	277.644,5	286.994,8
Área bancária	0,02	75.422,0
Tesouro Nacional	12.240,8	152.622,2
Outras operações	6.032,3	140,5
Meio circulante	-	1.058,2
Total	1.030.105,1	755.036,7



- Meio circulante
- Outras operações
- Área externa

3.3 OUTROS RECURSOS ADMINISTRADOS

a) Programa de Garantia da Atividade Agropecuária (Proagro)

O Programa de Garantia da Atividade Agropecuária (Proagro) do governo federal garante o pagamento de financiamentos rurais de custeio agrícola quando a lavoura amparada tiver sua receita reduzida devido a eventos climáticos ou pragas e doenças sem controle.

Ele tem como foco, principalmente, os pequenos e os médios produtores, dentro do limite de cobertura estabelecido na regulamentação. É administrado pelo BC, regulamentado pelo CMN, e os agentes que disponibilizam os recursos são as instituições financeiras (bancos e cooperativas).

Mais informações sobre crédito rural e o Proagro podem ser acessadas no capítulo “Nossos Resultados” deste relatório e no [site do BC](#).

b) Reservas Internacionais

As reservas internacionais são os ativos do Brasil em moeda estrangeira e funcionam como uma espécie de seguro para o país fazer frente às suas obrigações no exterior e a choques de natureza externa, tais como crises cambiais e interrupções abruptas nos fluxos de capital.

No caso do Brasil, que adota o regime de câmbio flutuante, esse colchão de segurança ajuda a manter a funcionalidade do mercado de câmbio de forma a atenuar oscilações bruscas da moeda local – o real – perante o dólar americano, dando maior previsibilidade e segurança para os agentes do mercado.

As reservas internacionais são compostas principalmente por títulos, depósitos em moedas (dólar americano, euro, libra esterlina, iene, dólar canadense e dólar australiano), direitos especiais de saque junto ao FMI, depósitos no BIS, ouro, entre outros ativos. A alocação das reservas internacionais é feita de acordo com o tripé segurança, liquidez e rentabilidade, priorizados nessa ordem.

O BC divulga anualmente o [Relatório de Gestão das Reservas Internacionais](#), que aborda aspectos que vão desde a conjuntura econômica e a governança, passando pela política de investimento e a administração de riscos, até a demonstração dos resultados da gestão das reservas.

3.4 CONTRATAÇÕES

Os itens de maior destaque no Plano de Contratações Anual 2024 foram aqueles relacionados à prestação de serviços de desenvolvimento e sustentação de software, envolvendo sistemas que suportam a atividade fim do BC, como o Sistema de Transferência de Reservas (STR) e o Sistema de Administração de Reservas (SAR), sustentação da infraestrutura de TIC e contratação de licenças de softwares.

Destaca-se também a contratação de serviços para a preservação do patrimônio público e dos imóveis funcionais: vigilância ostensiva armada; serviços de meio circulante, como aquisição de cédulas e moedas e transporte de numerário; serviços de limpeza e conservação; manutenção predial; entre outros.

3.5 CUSTOS

Em harmonia com as melhores práticas de gestão e em observância aos requisitos legais, o BC apura em base regular os custos de suas atividades, serviços e processos. Cabe observar que o sistema de custos adota um modelo gerencial próprio de classificação dos custos, que difere das classificações contábeis e orçamentárias, e considera todos os recursos utilizados no BC, independentemente da fonte orçamentária. O principal objetivo consiste em contribuir de modo efetivo na tomada de decisão dos gestores, sobretudo no que se refere à melhor alocação dos recursos disponíveis para o funcionamento e a operação da Autarquia.

Os custos totais do BC em 2024 totalizaram R\$5,3 bilhões. Desse total, 71% referem-se aos custos com pessoal (ativo e inativo), encargos sociais e benefícios e 20% aos custos com o meio circulante (aquisição, distribuição, guarda, segurança e destruição de numerário). Os outros 9% referem-se aos custos operacionais e administrativos, detalhados no gráfico a seguir. Merece destaque o aumento de R\$24 milhões (11,8%) dos custos com TIC, em relação ao ano anterior. O

aumento dessas despesas decorre da crescente necessidade de aplicação de recursos na infraestrutura tecnológica relacionada ao sistema financeiro nacional, principalmente no desenvolvimento e sustentação de sistemas e na aquisição e manutenção de equipamentos, sobretudo para dar suporte a iniciativas como o PIX, o Open Finance e o Drex.



	Em R\$ milhões	
	Ano	
	2024	2023
Pessoal, encargos sociais e benefícios	3.764	3.693
Meio circulante	1.058	982
Operacionais e administrativos	504	471
Tecnologia da informação e comunicação	228	204
Manutenção, limpeza e conservação	70	73
Depreciação	37	35
Serviços técnicos	30	32
Água e energia	30	27
Apoio administrativo	30	32
Taxas e serviços de operações internacionais	30	25
Serviços de segurança e vigilância	14	14
Outras despesas	35	30
Custos totais	5.326	5.146

3.6 DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E AVALIAÇÃO DE RESULTADOS

As **demonstrações financeiras do BC** compreendem os seguintes relatórios: Balanço Patrimonial; Demonstração do Resultado; Demonstração do Resultado Abrangente; Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido; e Demonstração dos Fluxos de Caixa de Moedas Estrangeiras, que estão disponíveis no [site do BC](#). Elas são elaboradas de acordo com as Normas Internacionais de Informações Financeiras (International Financial Reporting Standards – IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), organização que define padrões internacionais de contabilidade com o objetivo de facilitar a análise e a comparação contábeis entre instituições de diferentes países.

a) Estrutura Patrimonial do BC

No Balanço Patrimonial, os saldos das contas representativas de ativos e de passivos estão segregados em moedas estrangeiras e moeda local, além do patrimônio líquido, no final do exercício.

Os ativos em moedas estrangeiras do BC são representados, basicamente, por instrumentos financeiros referentes à aplicação das reservas internacionais, sob a forma de títulos, depósitos a prazo em instituições financeiras, operações compromissadas, ouro, entre outros tipos de operações. As reservas internacionais são os valores que o BC possui em moeda estrangeira, ouro e outros ativos de alta liquidez.

No grupo de ativos em moeda local, parcela relevante (95%) corresponde à carteira de títulos públicos federais, mantida pelo BC como meio de viabilizar a execução da política monetária.

Em relação aos passivos, os lastreados em moedas estrangeiras são pouco representativos, enquanto os passivos em moeda local representam 94% do total. Dentre estes, cabe destacar:

- » as obrigações com o governo federal, referentes às disponibilidades do Tesouro Nacional depositadas no BC (Conta Única);
- » as operações compromissadas (compromissos de recompra), realizadas com fins de execução da política monetária; e
- » os depósitos de instituições financeiras, constituídos principalmente pelos recolhimentos compulsórios que representam tradicional instrumento de políticas monetária, desempenhando função de estabilizadores da liquidez da economia.

Para efeitos de posição patrimonial, também é tratado como obrigação do BC o meio circulante, que corresponde ao saldo de papel-moeda e moedas metálicas em circulação, em poder do público e das instituições financeiras, registrado pelo valor de emissão.

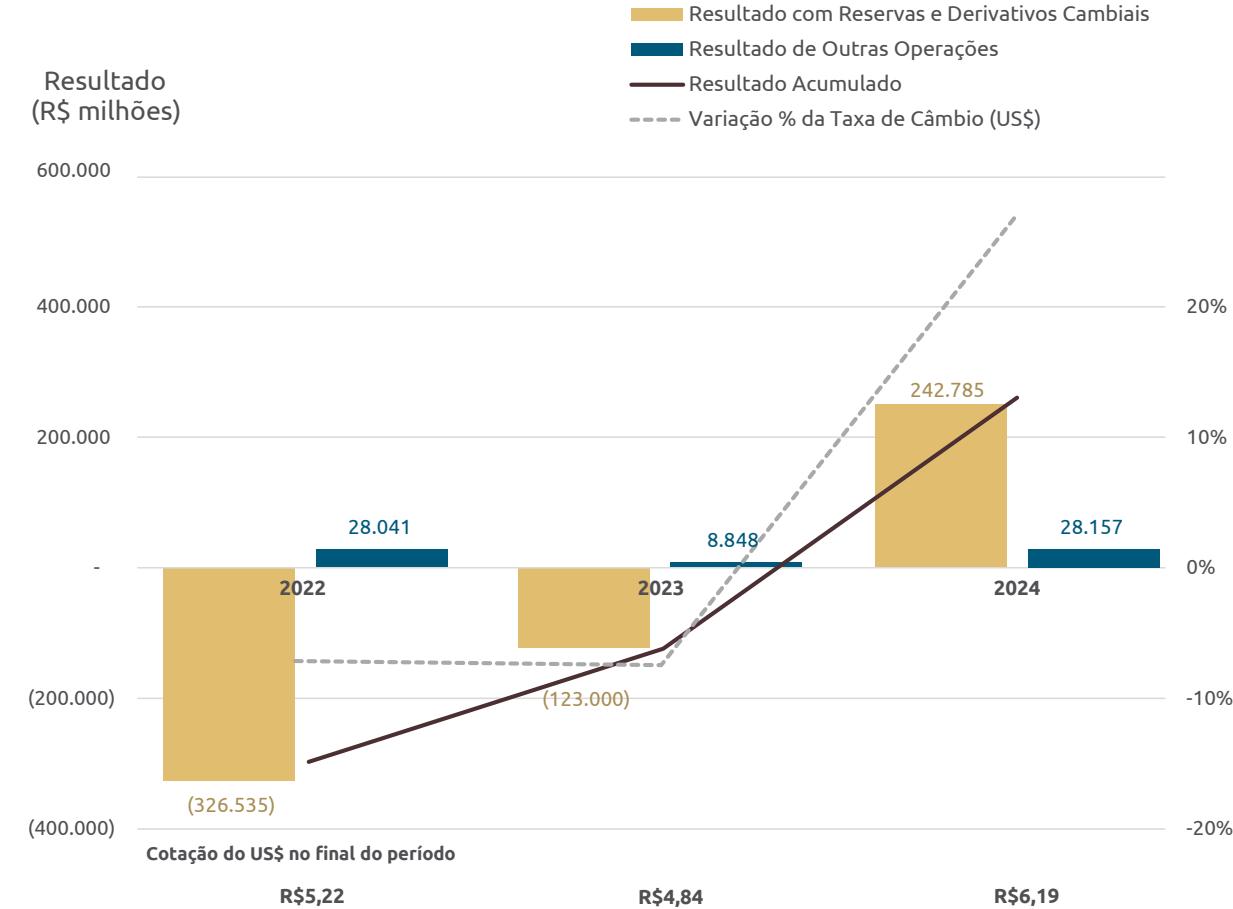
b) Resultado do BC em 2024

O resultado do BC, consideradas todas as suas receitas e despesas de qualquer natureza, é apurado anualmente pelo regime de competência e abrange o período de 1º de janeiro a 31 de dezembro. O resultado em 2024 foi de R\$270.942 milhões, conforme detalhado na tabela:

	Em R\$ milhões	
Exercícios findos em 31 de dezembro	2024	2023
Reservas e Derivativos Cambiários	242.785	(123.000)
Resultado com Reservas Cambiários	354.935	(194.913)
Rentabilidade	543.012	(36.158)
Custo de Captação	(188.077)	(158.755)
Resultado com Derivativos Cambiários	(112.150)	71.913
Resultado de Outras Operações	28.157	8.848
Resultado no Período	270.942	(114.152)

Nota: os valores negativos são mostrados entre parênteses, conforme padrão contábil adotado.

Em razão da composição do balanço patrimonial do BC, o seu resultado é fortemente impactado pelas oscilações na taxa de câmbio. Isso porque parte relevante dos ativos são em moeda estrangeira e o valor deles é convertido em reais para apuração do resultado. Contudo, essa correção é meramente contábil e não configura resultado realizado do ponto de vista financeiro. O gráfico apresenta a variação nos resultados em comparação à variação do dólar no período.



De acordo com a **Lei Complementar 101, de 4 de maio de 2000**, e a **Lei 13.820, de 2 de maio de 2019**, o resultado do BC tem o seguinte tratamento:

- » se positivo, é transferido ao Tesouro Nacional após a constituição ou reversão de reservas, até o décimo dia útil posterior à aprovação do balanço;
- » se negativo, será coberto pelo Tesouro Nacional, após utilização das reservas e do patrimônio institucional, observado o limite mínimo para o patrimônio líquido de 1,5% do ativo total, até o décimo dia útil do exercício subsequente ao da aprovação do balanço.

Adicionalmente, a Lei 13.820, de 2019 prevê que a parcela do resultado positivo do BC referente a operações com reservas e derivativos cambiais é destinada à constituição de reserva de resultado. O objetivo dessa reserva é absorver eventuais resultados negativos em exercícios futuros, podendo também ser utilizada para o pagamento da Dívida Pública Mobiliária Federal interna (DPMFi) por parte do Tesouro Nacional, quando severas restrições nas condições de liquidez afetam significativamente o seu refinanciamento, desde que autorizado pelo CMN.

No exercício de 2024, foi apurado o resultado positivo de R\$270.942 milhões. Após a realização de reserva de reavaliação (R\$6 milhões), foram constituídos R\$242.785 milhões como reserva de resultados e R\$28.163 milhões como obrigação do BC junto ao Tesouro Nacional, a ser

transferida em até dez dias úteis após a aprovação das demonstrações financeiras do BC pelo CMN.

Informações mais detalhadas estão disponíveis nas demonstrações financeiras no [site do BC](#).

c) Senhoriagem

Senhoriagem, do ponto de vista econômico, é a receita ou o lucro proveniente do monopólio de emissão de moeda. O quadro apresenta o resultado de senhoriagem pelo conceito monetário, medido pela variação da base monetária, descontada a inflação do período e o custo de produção e de remuneração da base monetária.

Senhoriagem (em R\$ milhões)	2024
Variação do meio circulante	14.241
Variação dos recolhimentos compulsórios e voluntários sobre recursos à vista e da Conta PI	14.254
= Variação da base monetária	28.495
IPCA	4,83%
Receita de senhoriagem	27.182
Despesas de produção e emissão de moedas	(1.058)
Despesas de juros da Conta PI	(2.552)
= Lucro de senhoriagem	23.572

O BC possui sedes regionais em dez capitais e um parque tecnológico de ponta, fundamental para o cumprimento da missão de garantir um sistema financeiro sólido, eficiente e competitivo.

Em 2024, teve prosseguimento a melhoria das instalações prediais, especialmente nos aspectos de acessibilidade, segurança e sustentabilidade. Houve uma particular atenção à melhor utilização dos espaços, permitindo o compartilhamento dos imóveis com outros órgãos da União.

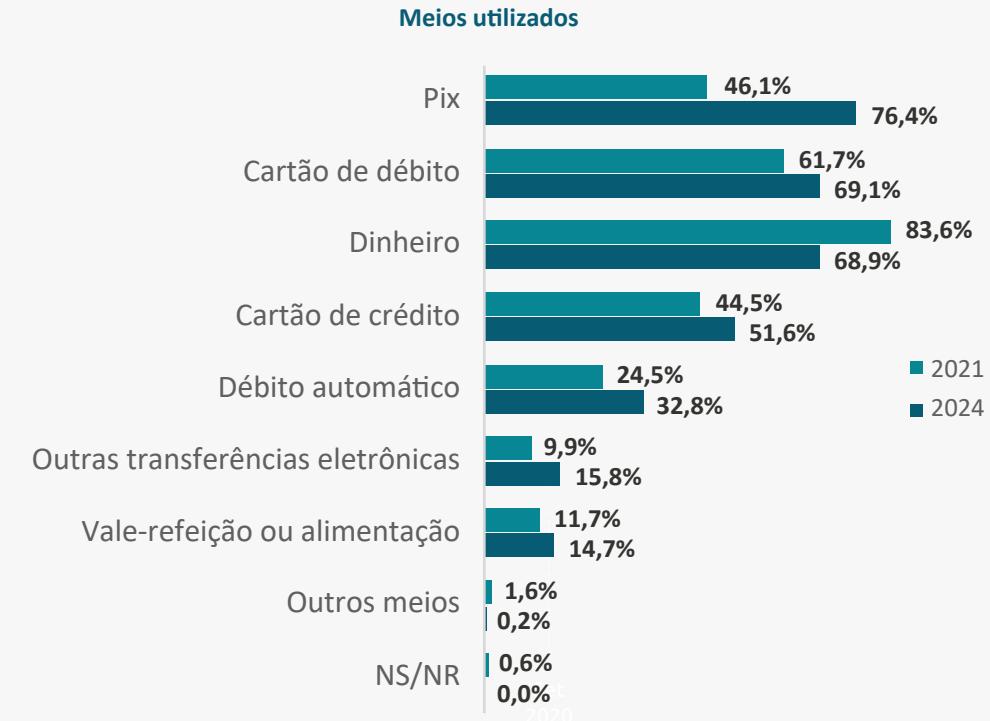
A ampla reforma na área do Museu de Valores em Brasília, concluída no último trimestre de 2024, seguiu práticas sustentáveis, como o uso de materiais energeticamente eficientes e o descarte sustentável dos resíduos da obra.

A reforma do sistema de ar-condicionado do edifício-sede, em Brasília, iniciada em outubro de 2023, tem como escopo a substituição das unidades resfriadoras (chillers) por equipamentos que permitem uma redução significativa no consumo de energia e que não utilizam gases com potencial de agressão à camada de ozônio. Em novembro de 2024 foram ativadas as duas primeiras unidades resfriadoras. A ativação das outras duas está prevista para meados de 2025.

4.1 EMISSÃO E DISTRIBUIÇÃO DE CÉDULAS E MOEDAS

a) Pesquisa “O brasileiro e sua relação com dinheiro – 2024”

Em 2024, o BC realizou uma nova edição da pesquisa “O brasileiro e sua relação com o dinheiro”. O levantamento mostrou que, quatro anos após o seu lançamento, o Pix superou o dinheiro como forma de pagamento mais utilizada pelos brasileiros. Contudo, mesmo com o Pix e toda a evolução tecnológica, o dinheiro em espécie ainda se faz bastante presente na vida dos brasileiros. As cédulas e as moedas de real permanecem um meio de pagamento importante para a população e essencial para a inclusão financeira de todos os grupos na sociedade. Dessa forma, é importante garantir que as cédulas e as moedas estejam amplamente disponíveis, e em bom estado, para que continuem sendo aceitas como meio de troca ou como reserva de valor.

PERCENTUAL DE UTILIZAÇÃO DOS MEIOS DE
PAGAMENTOS PELOS BRASILEIROS

Nota: essa questão da pesquisa permitia assinalar mais de um item.

Em comparação com a edição da pesquisa de 2021, o levantamento mostrou aumento na percepção da população quanto ao bom estado de conservação das cédulas de menor valor, que apresentam maior circulação. Por fim, observou-se que o conhecimento sobre os elementos de segurança das cédulas, assim como o hábito de verificá-los, ainda é baixo.

A realização periódica da pesquisa tem sido importante fonte de informações para o aprimoramento contínuo da gestão do meio circulante brasileiro. A pesquisa abrangeu todas as capitais do Brasil e municípios com mais de cem mil habitantes. O nível de confiança da pesquisa foi de 95% e margem de erro de 3,1%. [Saiba mais](#).

b) Parceria com a Casa da Moeda

A Casa da Moeda do Brasil (CMB) é uma empresa estatal que atua na fabricação de cédulas e moedas metálicas. A interlocução do BC com a CMB é constante e envolve desde as negociações para a compra de cédulas e moedas até a parceria no desenvolvimento de novas famílias do real e de moedas comemorativas.

Para 2024, foram encomendados 1.539.360 milheiros de cédulas e 942.464 milheiros de moedas à CMB.

c) Moeda comemorativa e exposição virtual dos duzentos anos da primeira Constituição

A primeira Constituição do Brasil, criada em 1824, completou duzentos anos e, para comemorar, o BC lançou uma **moeda especial de prata**. Essa moeda homenageia o Poder Legislativo e destaca a importância histórica da primeira Constituição para a democracia brasileira.

Na frente da moeda, está representado o livro da primeira Constituição em cor sépia, simbolizando a passagem do tempo. Foi a primeira vez que uma moeda de prata no Brasil recebeu cor. O verso traz a imagem do prédio do Congresso Nacional.

A moeda teve tiragem inicial de três mil unidades e valor de face de R\$5,00.

Junto ao lançamento da moeda comemorativa, foi realizada a exposição “Peças comemorativas da primeira Constituição do Brasil” na plataforma [Google Arts & Culture](#).

d) Moeda comemorativa e exposição virtual de trinta anos do real

O BC lançou uma moeda de um real para celebrar os trinta anos do Plano Real. Serão distribuídas 45 milhões dessas moedas por meio dos bancos. A moeda tem a mesma frente da versão comum, com a efígie da República, com as legen-

das “30 Anos do Real”, “Brasil” e “1994-2024”. O verso permanece igual ao da moeda tradicional. As moedas comemorativas são parte de uma tiragem maior de 137 milhões de moedas de 1 real previstas para 2024.

Já a exposição virtual “**30 anos do real**” apresenta dez perguntas e respostas curiosas para celebrar os trinta anos do real, com destaque para a moeda comemorativa lançada em 2024. Dentre as perguntas e as respostas, há explicações sobre os tipos de moedas comemorativas e os valores nominal, intrínseco e numismático de uma moeda; o motivo do nome real; informações sobre a fabricação das cédulas da primeira família; as imagens estampadas nas cédulas e nas moedas; e a história que cédulas e moedas contam, afinal, cédulas e moedas são registros de uma determinada época, por isso são considerados documentos históricos.

O Plano Real, implementado nos anos 1990, foi um marco na economia brasileira, substituindo o cruzeiro real pelo real e ajudando a controlar a hiperinflação.

e) Parceria com o Banco do Brasil

O Banco do Brasil S.A. (BB) é a instituição financeira custodiante que atua conjuntamente com o BC na distribuição de numerário (cédulas e moedas metálicas) em todo o território nacional. O BB possui uma ampla rede de agências, o que gera grande capilaridade.

Após receber o numerário do BC, o BB realiza operações de saque, depósito e troca de numerário com as instituições financeiras. Os custos operacionais de distribuição e custódia do numerário são resarcidos por essas instituições e o BB presta contas ao BC com relação a estes custos.

Além dessas operações, o BB efetua o saneamento das cédulas recebidas da rede bancária. As cédulas consideradas adequadas retornam à circulação e as inadequadas são encaminhadas ao BC para destruição.



4.2 AÇÕES PARA REDUÇÃO DO CONSUMO DE RECURSOS NATURAIS

O BC aplica princípios de sustentabilidade à gestão de suas instalações com o objetivo de qualificar suas edificações para melhor utilização e aproveitamento dos recursos naturais, promover a destinação sustentável de todos os resíduos gerados e o desfazimento adequado de seus bens móveis considerados inservíveis.

Para tanto, o BC possui uma Política de Responsabilidade Social Ambiental e Climática (PRSAC-BC) e duas estruturas de governança para sua implementação e monitoramento:

- » o Comitê de Responsabilidade Social, Ambiental e Climática Organizacional (CRSO), que cuida da temática da sustentabilidade dentro da Instituição; e
- » o Comitê de Economia Sustentável (Ecos), que busca harmonizar e disseminar a informação sobre iniciativas internas e externas ao BC para todas as áreas da Instituição, visto que a temática é ampla e crescente, e abrange assuntos de áreas diversas de forma transversal. O comitê também promove debates sobre o cenário nacional e internacional.

Dentre as ações realizadas para incentivar a consolidação de uma cultura de sustentabilidade, são apresentadas a seguir oito que se destacaram em 2024. Para mais ações

relacionadas ao tema, consulte o capítulo “Nossos Resultados”, seção “Sustentabilidade”.

a) Finalização do primeiro inventário de gases de efeito estufa (IGEE) dos prédios do BC

O IGEE do BC é uma entrega que compõe a Agenda BC#. Ele foi elaborado segundo a metodologia GHG Protocol, que é compatível com as normas da *International Organization for Standardization* (ISO), com as metodologias de quantificação do Painel Intergovernamental sobre Mudança Climática (IPCC) e da Norma Brasileira (NBR) 14064, abrangendo os onze edifícios distribuídos nas dez sedes regionais.

O ano base utilizado para a realização do inventário foi 2019, refletindo o funcionamento da Instituição com praticamente toda sua mão de obra trabalhando presencialmente. O trabalho foi finalizado em março de 2024 e identificou como principais fontes de emissão de gases de efeito estufa as seguintes:

- » distribuição de numerário pelo país (34%);
- » consumo de energia elétrica (17%);
- » destinação dos resíduos oriundos das cédulas de real que terminaram seu ciclo de vida e foram retiradas de circulação (16%);

» deslocamento de funcionários para trabalharem nos escritórios (15%);

» geração de resíduos pelo funcionamento dos prédios do BC (8%).

No que diz respeito às fontes (a), (b) e (c) já estão sendo estudadas estratégias para redução dessas emissões. Para a distribuição de numerário (a), foi identificada a possibilidade de troca dos caminhões que fazem o transporte, atualmente datados da década de 1980. No que tange ao consumo de energia (b), há a possibilidade de serem instaladas placas solares nos edifícios do BC distribuídos pelo Brasil. No caso de Salvador, o edifício já possui esse sistema de geração de energia, tendo sido, inclusive, reconhecido, em 2020, pela gestão sustentável de suas operações pela Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P) no 8º Prêmio A3P de Melhores Práticas de Sustentabilidade. Está em curso uma avaliação da ampliação do número de placas solares nesse edifício. Por fim, no que concerne à destinação dos resíduos de numerário (c), o BC terminou de implementar, em 2022, o envio de 100% desse material para o coprocessamento de cimento, considerada a prática mais sustentável de tratamento desse resíduo no momento. Portanto, ao serem obtidos os números dos inventários de 2022 e 2023, já será possível confirmar a redução das emissões de GEE advindas dessa fonte.

Em relação às fontes (d) e (e), ligadas ao deslocamento de funcionários para o trabalho e à geração de resíduos pelas

operações dos prédios, atualmente a maior parte dos servidores realiza suas atividades em teletrabalho, no âmbito do Programa de Gestão e Desempenho (PGD). Isso significa que essas emissões foram reduzidas e que se faz necessário conhecer sua dimensão exata previamente ao estudo de possíveis formas de mitigação. Para tanto, os números relativos a 2022 e 2023 são necessários.

É importante mencionar que o BC já adota em todos os seus prédios diversas práticas que visam à redução de suas emissões de gases de efeito estufa, ligadas à eficiência energética, à gestão de recursos naturais, aos processos de compras, ao desfazimento de bens móveis e ao tratamento de resíduos. Detalhes sobre essas práticas podem ser encontrados no [Plano de Gestão de Logística Sustentável – PGLS 2023/2024](#) do BC.

b) Consolidação do processo de coleta seletiva dentro da Instituição

A coleta seletiva tem como objetivo realizar a destinação correta dos resíduos e a geração de renda para muitas famílias dentro do conceito de economia circular – o que é resíduo para o BC é insumo para outras atividades econômicas.

Desde 2021, ano em que os edifícios da Instituição foram adaptados fisicamente para fazer a correta separação de resíduos, foram feitas campanhas de sensibilização, bem como treinamentos das equipes de limpeza para correta separação dos resíduos desde sua origem até o destino.

Em 2024, esse processo foi intensificado, e o oferecimento de treinamentos periódicos sobre o tema passaram a fazer parte dos contratos de limpeza. Além disso, foram feitas matérias, vídeos e diversas conversas com os funcionários para reforçar a importância da participação de todos na correta separação dos resíduos na fonte, ou seja, quando de sua geração.

O resultado é que foram enviadas cerca de 67 toneladas de resíduos recicláveis para as cooperativas de catadores somente em Brasília. Considerando que cada tonelada de resíduo dessa natureza enviada para o aterro gera cerca de três toneladas de CO₂e, somente em Brasília foi evitada a emissão de aproximadamente 160 toneladas de CO₂e em 2024.

c) Doação de 2.578 bens entre computadores e outros itens eletrônicos inservíveis

A doação será feita para três organizações não governamentais (ONGs) e uma pertencente ao Governo do Distrito Federal (GDF), de acordo com a Política de Desfazimento de Bens Eletrônicos, sob responsabilidade do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações. As três ONGs são do ramo educacional, voltadas para jovens e adultos. Estima-se que centenas de alunos serão beneficiados pelos equipamentos doados nos próximos anos.

d) Doação de livros da antiga biblioteca do BC para a Biblioteca Nacional

Três novas bibliotecas serão abertas no entorno de Brasília com o material doado. Além dos livros, está sendo doado também mobiliário para a montagem dos novos espaços de leitura. A Secretaria de Educação de Santo Antônio do Descoberto (GO) também recebeu doação de parte do acervo, focado em literatura nacional, para compor a biblioteca da escola. Outras obras estão em análise pela Secretaria de Cultura do Distrito Federal para doação.

e) Redução do impacto ambiental nos processos de meio circulante

Em novembro de 2023, o BC terminou a Avaliação do Ciclo de Vida do numerário (dinheiro brasileiro). O estudo envolveu todas as fases do ciclo de vida das notas do real, desde a produção de matérias-primas, passando pela produção de papel de algodão e de notas, pela distribuição, classificação, Trituração e o descarte final das notas inservíveis.

Por meio do estudo, identificou-se os dois maiores processos geradores de GEE ao longo do ciclo de vida do numerário:

» a fase de produção das notas, em especial de baixo valor devido ao desgaste mais rápido e maior necessidade de reposição. Para isso, o BC desenvolve estudos sobre opções de materiais mais duráveis para a con-

fecção de notas com o objetivo de ampliar seu tempo em circulação; e

» a distribuição do papel-moeda pelo território nacional. Conforme mencionado anteriormente, desde 2022, o BC envia todo papel-moeda inutilizado de seus prédios para ser reaproveitado na produção de cimento. No último ano, isso representou cerca de 1,5 mil toneladas de cédulas, evitando o descarte em aterros sanitários e a emissão de 1,97 mil toneladas de CO₂.

f) Compartilhamento e cessão de áreas

Outra prática de gestão eficiente de seus espaços e recursos utilizada pelo BC é a cessão e o compartilhamento de seus prédios com outros órgãos públicos. Em 2024, a Instituição economizou cerca de R\$18,6 milhões com a prática. Ao todo, 34 cessionários ocupam de 10% a 40% dos edifícios, a depender da região, à exceção de Brasília.

A cessão e o compartilhamento de imóveis proporcionaram melhor utilização dos espaços, otimização dos processos de contratações de serviços e aquisições, rateio das despesas (serviços de água e esgoto, energia elétrica, vigilância, manutenção e conservação de bens imóveis, entre outros) e redução de custos com locação de imóveis por parte dos cessionários.

g) Revisão e aprimoramento dos processos de compras e de contratações

O BC observa todos os critérios de sustentabilidade constantes dos modelos da Advocacia-Geral da União para a realização de suas compras e contratações. Além disso, a Instituição revisa periodicamente suas práticas, de forma a garantir sua adequação à legislação vigente e servir de referência para outras organizações.

Recentemente, etapas do processo de licitações e compras passaram por revisão, a fim de adequá-las aos novos parâmetros do Caderno de Logística Sustentável do Governo Federal. As adequações constam da versão revisada do PGLS 2023/2024.

h) Atuação junto ao WS Net Zero da NGFS

O BC participa ativamente das atividades do grupo de trabalho da NGFS, que tem por objetivo tornar mais verdes as operações dos bancos centrais, ou seja, reduzir a pegada de carbono dessas instituições.

Foram criados guias rápidos de descarbonização para diversos aspectos das operações dessas instituições, tais como consumo de energia e água, tratamento de resíduos, tecnologia da informação, meio circulante etc. A intenção é distribuir esse material para todos os bancos centrais que se interessarem pelo tema, de forma a servirem como plano de ação para que as melhores práticas possam ser implementadas.

Atualmente, o foco do grupo está no estudo de planos de transição para operações de baixo carbono. O resultado da nova etapa também consistirá no desenvolvimento de material de apoio sobre o tema.

NOSSOS RESULTADOS



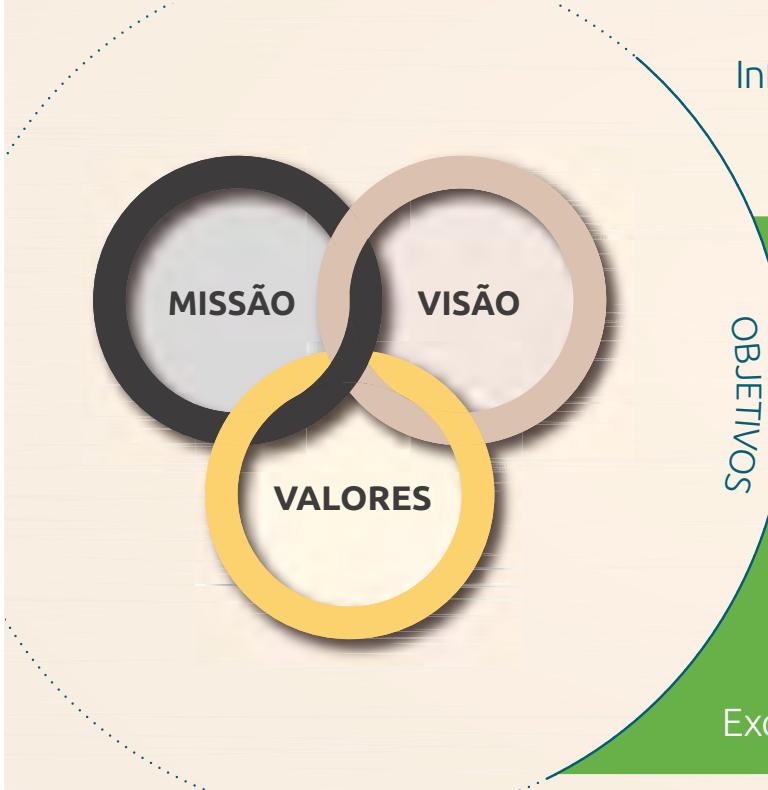
A missão do BC é garantir a estabilidade do poder de compra da moeda, zelar por um sistema financeiro sólido, eficiente e competitivo, e fomentar o bem-estar econômico da sociedade.

A estabilidade do poder de compra da moeda, ou seja, a estabilidade dos preços de produtos e serviços, é perseguida por meio do controle da inflação. Para isso, o BC conduz as políticas necessárias para cumprimento de metas fixadas pelo CMN.

Para cumprir sua missão, o BC busca continuamente promover aprimoramentos do SFN. Assim, a Agenda BC#, visa à democratização financeira, com redução do custo do crédito, serviços financeiros melhores e participação cada vez maior de diversos agentes no mercado financeiro. A Agenda BC# está organizada em seis dimensões temáticas: Inclusão, Competitividade, Transparência, Educação, Sustentabilidade e Excelência. Cada uma dessas dimensões abrange várias ações estratégicas, sendo que parte delas já foi concluída.

Dentre sessenta ações estratégicas que estiveram em execução ao longo de 2024, 21 foram concluídas. Para dar mais transparência e comunicar os resultados à sociedade ao longo do ano, há o portal **Transparência e prestação de contas** no site do BC, que reporta periodicamente o acompanhamento dessas ações.

AÇÕES ESTRATÉGICAS EM 2024



Executadas Concluídas

0 0

4 1

4 3

14 5

9 3

6 1

10 2

13 6

60 
ações executadas

21 
ações concluídas



Em relação aos indicadores de gestão, foram observados os seguintes resultados: dos 31 indicadores acompanhados, 27 alcançaram suas metas. Quatro indicadores não conseguiram cumprir a meta estabelecida, são eles:

- » meta para inflação, medida pelo IPCA e detalhada na seção “Estabilidade do poder de compra da moeda”;
- » execução das ações de supervisão do Departamento de Regulação e Supervisão das Operações de Crédito Rural e Proagro;
- » prazo médio de decisão de processo administrativo sancionador; e
- » Índice de Troco por habitante – moedas e cédulas de baixo valor.

Os indicadores de gestão, suas descrições, formas de cálculo, apurações, justificativas para metas não alcançadas e detalhamentos podem ser consultados no [site do BC](#).

As seções a seguir relatam os resultados que contribuíram, em 2024, para o alcance dos oito objetivos estratégicos do BC. Cada seção apresenta os resultados associados a cada um dos objetivos.

Com a prorrogação do atual ciclo estratégico até 2025, o BC continuará a implementar ações da Agenda BC# com pos-

tura proativa para promover benefícios à sociedade de forma coerente com o cumprimento de sua missão. Além disso, a valorização de seus servidores e o fortalecimento institucional tornaram-se aspectos prioritários de sua atuação.

1 Estabilidade do poder de compra da moeda

Esta seção relata os resultados do BC que visaram ao alcance do objetivo estratégico: “Cumprir as metas para a inflação estabelecidas pelo CMN e, sem prejuízo da estabilidade de preços, suavizar as flutuações do nível de atividade econômica e fomentar o pleno emprego”.

Ao atuar no sentido de garantir a estabilidade do poder de compra, o BC contribui para o crescimento sustentável da economia. A estabilidade de preços permite que os brasileiros tomem decisões mais fundamentadas de consumo, investimento e poupança, favorecendo o crescimento do país, reduzindo as incertezas e aumentando o bem-estar econômico da sociedade.

Manter a inflação sob controle é importante, porque preserva o valor do dinheiro, mantendo o poder de compra da moeda. Para alcançar esse objetivo, o BC conduz a política monetária, que se refere às ações da Autarquia que visam afetar o custo do dinheiro (taxas de juros) e a quantidade de dinheiro (condições de liquidez) na economia.

Controle da Inflação

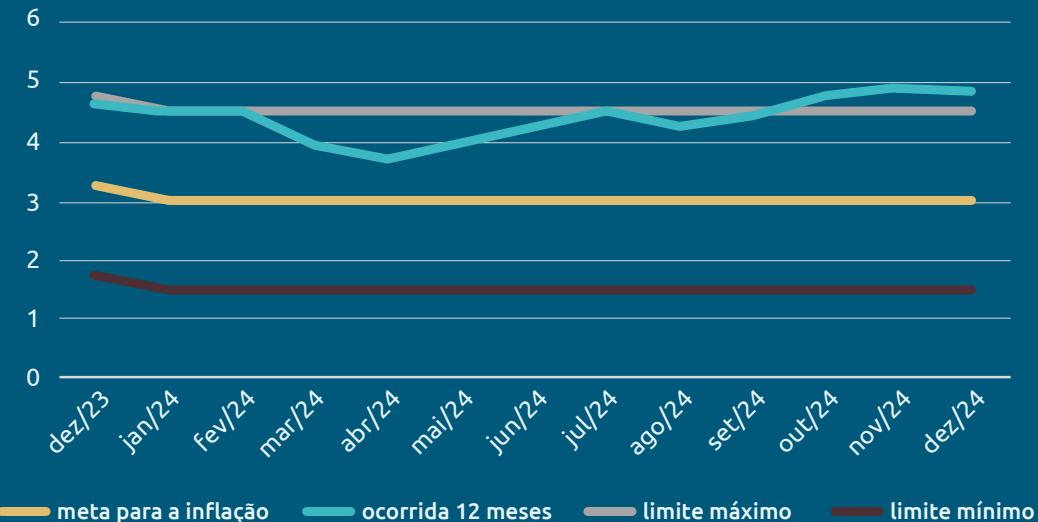
À medida que são identificados riscos de pressões sobre os preços de bens e serviços, o BC trabalha para adotar medidas tempestivas para combatê-los



Garantir a estabilidade do poder de compra do real é a missão principal do BC e a inflação controlada é o seu principal produto para a sociedade. O crescimento sustentável requer um ambiente econômico em que a inflação está controlada, pois isso gera mais organização e previsibilidade para cidadãos e empresas. Para cumprir seu compromisso com a sociedade, a Instituição utiliza instrumentos como a taxa Selic para entregar a inflação nas metas definidas pelo CMN. Em junho de 2021, o conselho estabeleceu para 2024 a meta em 3%, com intervalo de tolerância de 1,5 ponto percentual para mais ou menos. A partir de janeiro de 2025, o Brasil passa a adotar um sistema de metas contínuas para a inflação. Nesse novo regime, a meta se refere à inflação acumulada em doze meses, apurada mês a mês, permitindo uma verificação continuada ao longo do tempo. A meta contínua é de 3%, com intervalo de tolerância de 1,5 ponto percentual para mais ou menos.

O ano de 2024 foi desafiador para a condução da política monetária. Com o sucesso do processo de redução da inflação iniciado em 2023, o BC reduziu gradualmente a taxa Selic até junho, atingindo 10,5%, mas ainda mantendo-a em postura contracionista. Entretanto, em virtude da piora no cenário de inflação, o Copom entendeu que um novo ciclo de ajustes na Selic seria necessário, passando a aumentar os juros a partir da reunião de setembro. A taxa Selic encerrou 2024 com um aumento para 12,25% ao ano na reunião de dezembro.

Inflação acumulada em 12 meses



A inflação acumulada nos últimos doze meses, medida pelo IPCA, atingiu 4,83% em dezembro, acima da meta de 3% e do limite superior do intervalo de tolerância, de 4,5%, levando a que o Presidente do BC escrevesse carta aberta ao Ministro da Fazenda divulgando as razões do descumprimento da meta. A inflação em 2024 ficou acima do intervalo de tolerância em decorrência do ritmo forte de crescimento da atividade econômica, da depreciação cambial e de fatores climáticos, em contexto de expectativas de inflação des ancoradas e inércia da inflação do ano anterior. Portanto, a inflação envolveu uma gama ampla de fatores. No sentido contrário, destaca-se a queda do preço internacional do petróleo no segundo semestre do ano.

A pressão inflacionária envolveu os diferentes segmentos que compõem o IPCA, refletindo a diversidade dos fatores inflacionários. A inflação de alimentação no domicílio refletiu fatores climáticos, relacionados basicamente à seca que atingiu boa parte do país, o ciclo do boi e a depreciação cambial, combinados com as pressões da atividade econômica e de crescimento dos preços internacionais de algumas *commodities* agrícolas. Por sua vez, o aumento da inflação de bens industriais decorreu da depreciação cambial, da elevação do preço internacional das commodities metálicas e da atividade econômica. A inflação de serviços foi particularmente pressionada por fatores iniciais e atividade econômica. Por fim, no caso dos preços administrados, apesar da queda do preço internacional do petróleo, que favoreceria preços menores para a gasolina doméstica, houve depreciação cambial elevada, alta do etanol anidro e ele-

vação das alíquotas ad rem do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) sobre o combustível.



a) Reuniões com economistas passaram a ser distribuídas ao longo do trimestre

O BC realiza trimestralmente reuniões com economistas para discutir a economia e elaborar o Relatório de Inflação. Antes, esses encontros eram concentrados em poucos dias no trimestre, mas, agora, estão distribuídos de forma mais eficiente, permitindo captar projeções em diferentes momentos do período. Com a nova frequência, as reuniões são realizadas com grupos menores, permitindo discussões mais aprofundadas sobre temas relevantes como economia internacional, atividade econômica e inflação.

A mudança visa melhorar a qualidade das análises, beneficiando a condução da política monetária e a elaboração do Relatório de Inflação.

b) Sondagens do BC

O BC conduz sondagens por meio de questionários e sistemas com o objetivo de conhecer as percepções e expectativas de agentes econômicos quanto a variáveis relevantes para as decisões de política monetária e estabilidade financeira. As sondagens realizadas são: Focus – Relatório expectativas de mercado, Pesquisa Firmus, Pesquisa Trimestral de Condições de Crédito (PTC), Pesquisa de Estabilidade Financeira (PEF) e Questionário Pré-Copom (QPC). [Saiba mais](#).

c) Firmus: nova pesquisa do BC com o setor não financeiro

O BC concluiu a quinta rodada piloto da Pesquisa Firmus, que coleta percepções de empresas não financeiras sobre a economia e seus negócios. Iniciada em novembro de 2023, a pesquisa visa aumentar a fonte de informações econômicas à disposição da Autarquia com questionário que capta a percepção das empresas quanto à situação de seus negócios e às variáveis econômicas que podem influenciar suas decisões.

A pesquisa faz parte do empenho da Instituição em se aproximar do setor empresarial, mantendo esforço contínuo para ampliar o número de empresas participantes, para ouvir avaliações de diferentes setores e as expectativas quanto a variáveis econômicas. As respostas são divulgadas de forma agregada para garantir sigilo. Os primeiros dados públicos da pesquisa foram divulgados no segundo semestre de 2024. [Saiba mais](#).

d) Top 5 – BC premia as instituições com projeções mais precisas na economia

Anualmente, o BC premia as instituições que informam no Sistema Expectativas de Mercado as projeções mais precisas para indicadores econômicos, como inflação, taxa de câmbio e PIB, utilizadas na produção do Relatório Focus. Entre esses indicadores estão IPCA e seus componentes, IGP-M, taxa de câmbio, taxa Selic, PIB Total e taxa de desocupação.

Além da premiação anual, são organizados *rankings* mensais e trimestrais do Top 5 em várias categorias. Essas projeções são referência para o mercado e para o BC. Elas ajudam na formulação da política monetária e subsidiam as decisões do Copom, servindo como base para estudos e previsões econômicas. [Saiba mais](#).

e) Ampliação do acesso a dados econômicos regionais com IBCR

O Índice de Atividade Econômica Regional do BC (IBCR) mede a atividade econômica nas regiões brasileiras, incluindo três setores: agropecuária, indústria e serviços. Desde julho de 2024, A Autarquia passou a incluir o IBCR em sua publicação semanal de Indicadores Econômicos Selecionados.

O índice, agora, está disponível com séries históricas mais longas e oferece dados mensais para cinco regiões e treze estados do país. A inclusão do IBCR permite uma análise mais detalhada das economias de cada região, beneficiando tanto pesquisadores quanto gestores públicos.

f) Reformulação do Relatório de Inflação e aperfeiçoamento da página sobre Política Monetária

Em linha com o constante esforço de aperfeiçoar a comunicação da política monetária, o BC promoveu mudanças importantes em seu **Relatório de Inflação** (RI), que, a par-

tir de 2025, passa a ser denominado Relatório de Política Monetária. Dentre elas, destaca-se a utilização do sistema de tópico frasal, tornando a leitura e o entendimento do documento bem mais amigáveis.

Em termos de conteúdo, houve um aumento da transparência com a inclusão de mais análises e informações. Na edição de junho do relatório, por exemplo, ocorreu a inédita publicação de diferentes medidas de hiato do produto e a atualização de modelos semiestruturais e das medidas de taxa de juros real neutra. Adicionalmente, no RI de setembro, foi apresentada a definição da governança sobre o horizonte de projeções de inflação.

A seção sobre **Política Monetária** no site do BC também foi aprimorada, aumentando a transparência e facilitando a leitura. As melhorias incluem a adequação ao sistema de metas contínuas, a inclusão de uma página sobre o sistema de análise e projeções e de uma planilha com o histórico de votações das reuniões do Copom. Além disso, foi adicionado um texto explicativo sobre a hierarquia das normas vigentes e a página sobre o histórico das taxas de juros também foi aperfeiçoada. Alterações correspondentes foram feitas na versão em inglês, incluindo a tradução de documentos normativos do sistema de metas para a inflação.

g) Reformulação do Boletim Regional

O **Boletim Regional**, publicação do BC voltada à análise da conjuntura macroeconômica doméstica em nível regional, apresenta-se com um novo formato. Desde sua primeira edição em 2007 até o início de 2023, o boletim teve periodicidade trimestral e seu conteúdo estava estruturado privilegiando o recorte regional. A partir da edição publicada em 2024, o Boletim Regional passa a ter periodicidade anual e adota nova estrutura. Os capítulos estão divididos por temas: atividade econômica, mercado de trabalho, crédito, balança comercial e inflação, enfatizando a análise comparativa.

A nova estrutura facilita a identificação de movimentos comuns no país e de peculiaridades regionais em cada um dos temas analisados. Em geral, o texto trata das Grandes Regiões, mas o boletim, agora, conta com um apêndice com dezenas de tabelas com dados por unidade da federação para consulta pelo leitor interessado. No entanto, nem tudo mudou: a exemplo do Relatório de Inflação, o Boletim Regional continua a incluir boxes com análises mais detalhadas sobre temas específicos. A edição de 2024 aborda a economia brasileira e de suas regiões em 2023.

h) Leilões de títulos do Tesouro Nacional com propostas em termos de taxa

A pedido do Tesouro Nacional, foi criada uma configuração no sistema de leilões de títulos públicos federais. Ago-

ra, é possível enviar propostas com base na taxa de juros, além das opções já existentes de preços e cotações. Essa mudança traz mais transparência e eficiência no processo de leilões, o que beneficia tanto o Tesouro Nacional quanto os participantes do mercado. Desde a implementação, em junho de 2024, o Tesouro Nacional realiza leilões utilizando a nova funcionalidade.

i) Novas medidas para reforço de segurança e eficiência operacional no sistema Selic

Conforme as diretrizes de fortalecimento contínuo da segurança da informação, foi desenvolvida uma nova característica do módulo Logon do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (Selic). Essa funcionalidade permite a configuração de exigência de um segundo fator de autenticação, que consiste no envio de um código por e-mail, a ser informado pelo usuário a cada período de doze horas. Essa camada adicional de segurança torna os procedimentos de proteção de informações de participantes do Selic e de seus clientes mais robustos.

Além disso, foi desenvolvida uma nova plataforma para lançamento das operações do mercado aberto denominada Novo Supor (suporte da mesa de operações). A nova plataforma traz funcionalidades que facilitam a inserção das operações, permitem maior controle sobre elas e agilizam o processo de gestão dessas operações, constituindo-se em ferramenta essencial à correta e segura execução da política monetária pelo BC.

O sistema Selic é gerido pelo BC e constitui em uma infraestrutura de mercado financeiro integrante do SPB. Ele é o depositário central de títulos emitidos pelo Tesouro Nacional e onde são registradas operações com esses títulos. [Saiba mais](#).

reservas técnicas dos emissores de Depósitos a Prazo com Garantia Especial (DPGE), reduzindo riscos para os credores.

Além disso, o sistema Selic, agora, permite operações sem liquidação financeira no STR após o horário das 18h30. Essas operações incluem transferência de títulos ligados a câmaras, criação de gravames, transferências sem mudança de propriedade, entre outras, tornando os processos mais ágeis e eficientes para participantes e seus clientes.

j) Maior garantia para apostadores e credores

Segundo as regras da Secretaria de Prêmios e Apostas (SPA) do Ministério da Fazenda, foi criada uma conta de custódia no sistema Selic chamada “Reserva Financeira – Agente operador de apostas”. Essa conta é destinada a manter títulos que formam uma reserva financeira, garantindo o pagamento de prêmios e outros valores aos apostadores, mesmo em casos de insolvência ou falta de recursos.

Também foi criada a conta de custódia “Alocação VR Excedente – FGC”, que permite às instituições associadas ao Fundo Garantidor de Crédito (FGC) manter recursos exclusivamente em títulos públicos federais. Isso ajuda a fortalecer as

Esta seção relata as ações e os resultados que contribuíram, durante o ano, para o alcance do objetivo estratégico: “Manter a estabilidade financeira nacional”.

Nesse sentido, o BC monitora constantemente o SFN. As análises realizadas indicam que não houve risco relevante para a estabilidade financeira em 2024, e que o sistema financeiro estava preparado para enfrentar todos os choques macroeconômicos simulados.

Durante o ano, o SFN manteve níveis de capital e liquidez superiores aos requerimentos prudenciais, bem como provisões adequadas à cobertura dos riscos. Para as pessoas físicas, observou-se maior materialização do risco de crédito nas linhas de crédito rural, mas tendência de redução em outras linhas de maior risco. Com relação às empresas, essa materialização de risco ocorreu principalmente nas operações com micro, pequenas e médias empresas (MPMEs). Destaca-se, ainda, a crescente importância do crédito obtido por meio do mercado de capitais. A política macroprudencial se mantém em posição neutra, consistente com períodos sem acúmulo significativo de riscos financeiros.

Um indicador mensal que permite acompanhar a solidez do sistema financeiro é o NEEC-SFN. Ele é apurado mensalmente e manteve, ao longo de todo o ano, desempenho superior à meta estabelecida de 98,8%, alcançando média de 99,7%.

Nível de enquadramento às exigências de capitalização por parte das instituições do SFN

(mede a solidez do SFN)



A atuação do BC no monitoramento e na supervisão prudencial e de conduta continuou a contribuir decisivamente para o funcionamento adequado do SFN em 2024. A atuação proativa concorreu para a manutenção da solidez do SFN e para o adequado fluxo de crédito para a economia, bem como contribuiu positivamente na implementação da agenda de inovação do BC. Para tanto, a Instituição esteve em contato constante com dirigentes e representantes das entidades supervisionadas e realizou diversos tipos de

ações de supervisão sobre essas entidades, desde monitoramento remoto até ações de supervisão direta *in loco*.

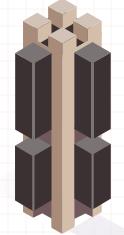
O BC também atuou na disponibilização de informações de interesse da sociedade acerca do desempenho do SFN. Houve intensificação do uso de sistemas de informação, aplicativos, ferramentas e algoritmos que já se encontravam em desenvolvimento nos últimos anos.

Em 2021, o BC supervisionava 1.645 instituições financeiras. Quatro anos depois, ao final de 2024, esse número passou para 1.850, um acréscimo de 12,5% no período. Além disso, as instituições supervisionadas variam muito em sua natureza e complexidade, incluindo conglomerados bancários e não bancários, bem como instituições independentes, como cooperativas de crédito, instituições de pagamento, instituidores de arranjos de pagamento, administradoras de consórcios, corretoras e distribuidoras de títulos e valores mobiliários, corretoras de câmbio, operadoras de infraestruturas do mercado financeiro, entre outras.

Dessa forma, a atuação crescentemente diversificada e competitiva do SFN demanda que o BC amplie a realização de avaliações prospectivas sobre a viabilidade de seus modelos de negócio e a qualidade das suas estruturas de governança corporativa, controles internos e gestão de riscos, aplicáveis tanto nos aspectos prudenciais quanto de conduta.

Assim, ao longo do ano, apesar de restrições nos recursos humanos disponíveis frente ao aumento na quantidade e complexidade das instituições supervisionadas, o BC concluiu 819 ações finalísticas de supervisão, contemplando monitoramento micro e macroprudencial, supervisão prudencial bancária, não bancária e de conduta, assim como ações de assessoria técnica, supervisão especializada, curadoria de dados e gestão estratégica. As ações de supervisão implementadas tiveram como diretriz o equilíbrio entre a preservação da saúde financeira das entidades que compõem o SFN, a continuidade da prestação de serviços

financeiros essenciais à sociedade e o desenvolvimento de novas soluções tecnológicas para aprimoramento dos processos de supervisão.



SISTEMA FINANCEIRO

O Banco Central considera que não há risco relevante para a estabilidade financeira.



CRÉDITO

Financiamento à economia real permaneceu desacelerando, em linha com o ciclo de política monetária e com a percepção de risco de crédito.

Mercado de capitais manteve-se como fonte relevante de financiamento para as grandes empresas.



RESILIÊNCIA

Provisões estão apropriadas quanto às perdas esperadas, e capitalização e liquidez estão confortáveis.

Resultados dos testes de estresse seguem indicando que o sistema bancário é capaz de absorver todos os choques simulados, tanto no capital quanto na liquidez.



RISCOS

Instituições financeiras reduziram o apetite ao risco, mas o cenário ainda requer cautela.

Capacidade de pagamento das famílias segue pressionada.



Um dos resultados do processo de supervisão sobre o SFN foi a celebração, em 2024, de onze TCs com entidades supervisionadas e/ou ocupantes de cargos estatutários, visando à cessação de práticas inadequadas, à correção de irregularidades e à indenização de prejuízos a clientes, gerando o recolhimento ao BC de R\$62,67 milhões a título de contribuição pecuniária. Dois desses TCs, que tratam da cobrança de tarifas e/ou de encargos financeiros em desacordo com a regulamentação vigente, estabeleceram a obrigação de devolução de valores a mais de três milhões de clientes.

Mais informações sobre o tema estão disponíveis no [Relatório de Estabilidade Financeira](#) e nos comunicados e atas das reuniões do [Comitê de Estabilidade Financeira](#).

a) 105 termos de compromisso (TCs) assinados com instituições financeiras

Quando um banco, cooperativa de crédito, corretora ou outra instituição supervisionada descumpre uma regra, o BC apura os fatos e pode aplicar penalidades por meio de um Processo Administrativo Sancionador (PAS). Contudo, desde 2017, com a criação dos TCs, a Autarquia pode optar por não instaurar ou suspender o PAS. Nesse caso, a instituição deve assinar um termo em que se compromete a cessar a prática irregular, corrigir os problemas, pagar a contribuição pecuniária e, se necessário, ressarcir os clientes por cobranças indevidas.

O processo de assinatura de um TC começa com a proposta feita pela instituição supervisionada. O BC analisa a proposta com cuidado antes de decidir se o termo será firmado. A assinatura do TC só é possível quando não há sinais de irregularidades graves.

Para cumprir o TC, a instituição precisa provar que fez o que foi acordado. Normalmente, elas devem apresentar um relatório de uma empresa de auditoria independente confirmado que tudo foi feito dentro do prazo. Até o momento, todos os termos assinados foram cumpridos corretamente. O sucesso desse instrumento demonstra a sua eficácia para promover a correção de irregularidades no setor financeiro.

O TC oferece uma solução rápida para cessar práticas inadequadas e compensar clientes prejudicados, economizando recursos públicos ao evitar longos processos administrativos e judiciais.

O BC atingiu a marca de 105 TCs assinados com instituições supervisionadas desde 2017. Até dezembro de 2024, as instituições envolvidas ressarciram mais de R\$683 milhões a clientes e recolheram R\$348,2 milhões em contribuições pecuniárias. Mais de 17 milhões de clientes foram beneficiados. [Saiba mais.](#)

b) Trabalhos de prevenção e combate a golpes e fraudes

Com o desenvolvimento dos meios de pagamentos eletrônicos, fraudes em transações digitais no SFN aumentaram. Houve aumento de contas laranja e da assimetria de informações sobre eventos fraudulentos, com necessidade de implementação de novas ações de conscientização do cliente financeiro.

Em 2024, o BC implementou a base de dados e informações sobre fraudes entre entidades supervisionadas, com compartilhamento obrigatório de dados, seguindo requisitos mínimos. Além disso, no ambiente Pix, o BC aprimorou o regulamento para garantir mais segurança nas operações, conforme detalhado na seção “Competitividade”. Paralelamente, foram realizadas ações de conscientização de clientes financeiros por meio de campanhas realizadas pelo BC, pelas instituições financeiras e suas associações representativas.

Na área de supervisão, foram realizadas ações para avaliação da suficiência e da efetividade de procedimentos das instituições financeiras contra indícios de golpes e fraudes nas contas de pagamento pós-pagas (cartão de crédito) e contas de depósitos e de pagamentos pré-pagas.

Como resultado, foram levantados pontos de atenção a serem regularizados com o intuito de fortalecer a governança das instituições no combate aos golpes e fraudes:

- » falta de integridade e segurança das transações realizadas;
- » falhas na identificação e qualificação dos titulares de contas de depósito, de pagamento pré-pagase/ou pós-pagas;
- » falhas na autenticidade das informações fornecidas pelo cliente e na concessão de limites de crédito de contas de pagamento pós-pagas;
- » falhas no tratamento justo e equitativo, na tempestividade, além de critérios ou procedimentos desarraizados para o atendimento, registro e tratamento de demandas e mediação de conflitos; e
- » falhas na classificação das demandas nas instituições financeiras para identificar e quantificar a ocorrência de fraudes e golpes, assim como diferenciá-las de contestações de outras naturezas.

Em 2025, os trabalhos de acompanhamento observarão se houve regularização das deficiências detectadas.

c) Novas regras das linhas de liquidez para aumentar eficiência no mercado

O BC ajustou a regulamentação das Linhas Financeiras de Liquidez (LFL) para tornar o sistema financeiro mais competitivo. A mudança incluiu as Cédulas de Crédito Bancário (CCB) como ativos aceitos como garantia, além de estabelecer um limite operacional permanente para a Linha de Liquidez a Termo (LLT).

Com as novas regras, as CCB passaram a ser aceitas gradualmente, começando com operações de crédito para empresas e, depois, para pessoas físicas.

O objetivo foi criar um limite adicional de até R\$100 bilhões em ativos garantidos, melhorando o suporte financeiro do mercado. A mudança também visou a fortalecer a estabilidade financeira com maior segurança e eficiência no setor.

Vale a ressalva de que, embora a possibilidade de aceitação das CCBs como garantia às operações LFL tenha entrado em vigor em julho de 2024, não houve efetividade de uso desse ativo por parte dos participantes. A necessidade de depósito centralizado desses ativos para fins de elegibilidade às LFL trouxe à tona uma série de questões relacionadas aos aspectos operacionais desse depósito que dificultam a efetividade do uso desses ativos nas LFL.

O BC iniciou conversas com as associações de bancos e com o depositário central objetivando identificar as dificuldades e encaminhar soluções.

Linhas Financeiras de Liquidez (LFL) são tipos de empréstimos que instituições financeiras podem obter junto ao BC para garantir que tenham dinheiro disponível quando precisam. Essas linhas de crédito servem como uma espécie de "reserva de emergência" para os bancos, ajudando-os a manter suas operações normais, mesmo em momentos de crise ou quando enfrentam falta de dinheiro.

Por exemplo, se um banco estiver com dificuldades para cobrir seus pagamentos diários, ele pode usar uma LFL para pegar dinheiro emprestado rapidamente, garantindo que tudo continue funcionando sem interrupções. Essas linhas de liquidez são uma maneira de evitar problemas maiores no sistema financeiro e manter a confiança no mercado.

As LFL incluem duas opções: uma para cobrir necessidades imediatas de caixa e outra para prazos maiores, permitindo às instituições financeiras maior flexibilidade em casos de desequilíbrio financeiro. Assim, elas são constituídas por duas modalidades operacionais: a Linha de Liquidez Imediata (LLI), abrangendo operações com até 45 dias úteis, mediante rito automático de solicitação, aprovação e concessão; e a Linha de Liquidez a Termo (LLT), abrangendo operações com prazo de até 359 dias corridos.

d) Avanços no Sistema de Informações de Crédito (SCR)

O Sistema de Informações de Crédito (SCR) tem por objetivo captar informações granulares sobre operações de crédito com vistas a atingir duas finalidades. A primeira delas é tornar mais eficiente a ação de supervisão do BC, pois o SCR é fonte de informação para o monitoramento e fiscalização do crédito no sistema financeiro. A segunda finalidade é propiciar o intercâmbio dessas informações entre instituições financeiras, função conhecida como "birô de crédito". À medida que a qualidade e o volume de informações são ampliados, o acesso dos brasileiros ao crédito é facilitado, pois há redução dos custos e dos riscos das operações.

Em 2024, o SCR foi ajustado para receber novas informações da gestão do risco de crédito pelas instituições financeiras. A mudança permitiu inovar a forma como as instituições constituem provisões para perdas esperadas para risco de crédito em instrumentos financeiros.

Além disso, as informações relativas aos eventos que implicam alteração do saldo devedor dos clientes, como concessões, liquidações e pagamentos parciais, passarão a ser apuradas diariamente a partir de 2025. Essa mudança beneficiará em torno 48 milhões de pessoas por ano. Atualmente, após a regularização das situações de crédito, é necessário esperar até 45 dias para que suas operações apareçam como pagas no SCR. A atualização diária facilitará o pleito de novas operações de crédito por essas pessoas. Essa

maior agilidade também trará benefícios para a supervisão do BC, para as instituições financeiras e para clientes devedores de operações de crédito, que terão acesso a informações atualizadas no birô de crédito e no sistema Registrato de forma mais tempestiva.

O SCR também foi preparado para inclusão no birô de crédito das operações de crédito dos Fundos de Investimento em Direitos Creditórios (FIDC), veículos importantes na concessão de crédito. Por fim, foram implementadas melhorias no âmbito dos processos que garantem a qualidade das informações do SCR, inclusive com uso de IA.

O Sistema de Informações de Crédito (SCR) registra operações de crédito de usuário cujo somatório de operações de crédito, repasses interfinanceiros, coobrigações e limites, e créditos a liberar é igual ou superior a R\$200,00.

O SCR é alimentado mensalmente pelas instituições financeiras. São registradas mais de um bilhão de operações de crédito de pessoas físicas e empresas. Por meio dele, o BC acessa informações individualizadas das operações e clientes, permitindo avaliar diversas características e dinâmicas do mercado de crédito, sempre com a preservação do sigilo bancário. Esse sistema também permite à supervisão bancária a adoção de medidas preventivas tempestivas, com o aumento da eficácia de avaliação dos riscos inerentes à atividade.

e) Sistema Integrado de Autorizações (SIA)

Em 2024, entraram no ambiente de produção do Sistema Integrado de Autorizações (SIA) os processos de autorização referentes à nomeação de membros estatutários ou contratuais de instituições supervisionadas pelo BC e à alteração de capital das instituições financeiras. Esses assuntos somados representam em torno de 47% do total de 3.220 processos decididos pelo BC no ano de 2024. Com o SIA, as informações relacionadas ao cumprimento de diversos requisitos regulatórios são obtidas sem a ação humana, conferindo maior agilidade de decisão e uniformidade de tratamento, com a redução de exigências formuladas aos interessados e, consequentemente, do tempo total de exame. A previsão para 2025 é de que o SIA esteja preparado para o trâmite de 75% dos processos de autorização, considerando a ampliação dos assuntos a serem tratados pelo sistema.

f) Mudanças de conceitos e critérios contábeis no SFN

A partir de janeiro de 2025, serão aplicáveis novos conceitos e os critérios contábeis para classificação, mensuração e reconhecimento de instrumentos financeiros. Para facilitar a transição, o BC acompanha os preparativos realizados pelas entidades supervisionadas do SFN, visando mapear aquelas que poderiam encontrar dificuldades na implementação dos novos critérios.

Para todas as 63 entidades dos segmentos prudenciais S1 a S3, foi realizada uma reavaliação prévia à mudança quanto à aderência aos conceitos e aos parâmetros de riscos aos requisitos a serem implementados, possibilitando seu acompanhamento em 2025. Adicionalmente, foram definidos procedimentos para proposição e análise de candidaturas de entidades do segmento prudencial S4 que optarem pela utilização de modelagem própria para cálculo de provisões para perdas esperadas, ao invés da metodologia simplificada prevista em norma.

Além disso, foi realizada pesquisa com um conjunto representativo de entidades sobre o impacto da nova regulamentação para o nível de provisionamento de perdas. Os resultados indicam que a adaptação às novas regras não representa risco à estabilidade do SFN, embora deva haver aumento de provisão em muitas entidades. Foram realizadas também reuniões com associações representativas de entidades bancárias, não bancárias e de auditores independentes com o propósito de esclarecer dúvidas trazidas pelos participantes e difundir expectativas do BC sobre a implementação da norma.

As instituições financeiras no Brasil são divididas em cinco segmentos (S1 a S5) de acordo com seu tamanho, importância e risco potencial para o SFN. Assim, por exemplo, instituições do S1 seguem regras mais rigorosas, enquanto as S5 seguem regulação mais leve. Essas categorias garantem que as regras sejam proporcionais ao tamanho e à importância de cada instituição, protegendo o sistema financeiro como um todo. São elas:

- » S1 – bancos maiores, com mais de R\$100 bilhões em ativos;
- » S2 – bancos médios, com ativos entre R\$15 bilhões e R\$100 bilhões;
- » S3 – bancos menores, com ativos entre R\$5 bilhões e R\$15 bilhões;
- » S4 – bancos e financeiras pequenos, com ativos abaixo de R\$5 bilhões;
- » S5 – instituições muito pequenas, como cooperativas de crédito e financeiras, com atuação limitada. [Saiba mais](#).

g) Aprimoramento do Modelo de Supervisão Prudencial

Em 2024, foi realizado um amplo processo interno de autoavaliação com o objetivo de promover diversos aprimoramentos no Modelo de Supervisão Prudencial sobre o SFN. As propostas, aprovadas em 2024 e implementadas a partir de 2025, visam a racionalização de processos e a revisão da alocação de recursos para garantir maior eficiência e eficácia da atuação da supervisão. Além disso, promovem um alinhamento metodológico, ou seja, a aplicação da mesma metodologia de supervisão em instituições semelhantes ou comparáveis, independentemente de ser bancária ou não bancária, com ganhos internos de sinergia e melhoria do processo de comunicação com as entidades supervisionadas.

A supervisão do risco operacional das instituições financeiras, que inclui o risco cibernético, foi reforçada com a criação de equipes especializadas dedicadas a esse que tem sido um dos principais focos de atuação da supervisão prudencial.

h) Estudo sobre cultura e comportamento no SFN

Em 2024, o BC mapeou e analisou comparativamente a estrutura de gerenciamento da cultura organizacional nas entidades supervisionadas do S1. O estudo buscou aferir o nível de preparo dessas entidades para desempenhar suas funções relacionadas ao entendimento e à disseminação de sua cultura organizacional. Utilizando metodologias do *Supervisors Roundtable for Governance Effectiveness*, orga-

nização vinculada ao Fed, e melhores práticas nacionais e internacionais, a análise incluiu a aplicação de questionários, reuniões com as entidades supervisionadas e a coleta de informações adicionais, quando necessário.

Os resultados obtidos auxiliaram na avaliação da eficácia das práticas de governança e cultura organizacional das principais instituições financeiras do país. Ele também promove uma cultura de ética, transparência e responsabilidade, que contribui para o fortalecimento da estabilidade e da integridade do SFN. Além disso, a análise comparativa entre as entidades supervisionadas oferece informações valiosas para a oportuna implementação de melhores práticas e o desenvolvimento de normas que incentivem um ambiente financeiro mais seguro e eficiente.

i) Estimativa de impacto das enchentes no Rio Grande do Sul no SFN

Em razão das enchentes no Rio Grande do Sul, o BC avaliou as exposições e as possíveis perdas para as instituições financeiras com atuação na região. Foi estimado o possível impacto direto sobre essas instituições expostas aos tomadores de crédito da região, tanto empresas quanto famílias localizadas nos municípios afetados pelas inundações. Foram avaliados também os efeitos indiretos sobre a cadeia de fornecedores das empresas localizadas nessas áreas.

Os resultados mostraram que exposições e possíveis impactos no capital das entidades supervisionadas seriam limitados, a despeito das graves consequências sociais e econômicas das enchentes. Segundo as estimativas, cerca de 54 mil empresas, empregando 663 mil pessoas, estariam em um raio de 1 km das áreas inundadas, sendo que o total das exposições diretas e indiretas seria de cerca de R\$53 bilhões.

Em caso de materialização das perdas estimadas, a necessidade de recursos para reenquadrar as instituições financeiras com índice de capital inferior ao regulamentar seria de R\$8 bilhões, o que representava apenas 0,6% do Patrimônio de Referência do sistema financeiro. Os resultados mostraram que as instituições teriam capital suficiente para absorver as perdas em caso de materialização do cenário simulado. Dadas a resiliência da sociedade e da atividade econômica e as medidas adotadas pelo poder público, o impacto observado mostrou-se mais moderado do que o simulado. [Saiba mais.](#)

j) Supitech – Novas ferramentas tecnológicas para a supervisão

Em 2024, o BC criou o Comitê de Governança de Tecnologia e Inovação (CGIn) com o objetivo de coordenar a agenda tecnológica e de inovação em supervisão, patrocinando o desenvolvimento de novas ferramentas e o compartilhamento de conhecimentos em tecnologia, além da capacitação de pessoas para a cultura digital.

Para apoiar o CGIn, foram criados o Escritório de Tecnologia e Inovação (EsTI) e os hubs (centros) de inovação. O EsTI coordena os desenvolvimentos operacionais da agenda do CGIn. Já os hubs de inovação, formados por pessoas com formação em TI e experiência em automação e ciência de dados, são os times matriciais responsáveis pela criação de novas aplicações.

k) BC participa de evento global sobre inovação e segurança no setor financeiro

O BC participou do *Finance of Tomorrow*, evento realizado no Rio de Janeiro com a presença de líderes internacionais do setor financeiro. O evento teve como objetivo promover um ecossistema financeiro digital mais inclusivo e sustentável na América Latina. Os principais temas abordados foram o Open Finance, a tokenização, a digitalização dos sistemas de pagamento, a segurança e a inclusão financeira.

O BC destacou a importância da inovação para aumentar a concorrência entre instituições financeiras, reduzir custos, tornar o sistema financeiro mais seguro e eficiente, e facilitar o acesso a produtos e serviços financeiros. Além disso, reforçou seu compromisso com a inclusão financeira, buscando promover o uso de produtos financeiros de forma consciente e eficiente.



SUMÁRIO

QUEM
SOMOSNOSSA
FORÇA
E
NOSSOS
RECURSOSNOSSOS
RESULTADOS

I) Basileia III – Terceira fase do novo arcabouço prudencial para risco de mercado

Em 2024, foi realizada consulta pública sobre normativos relacionados à nova metodologia padronizada para o cálculo dos ativos ponderados pelo risco relativos às exposições sujeitas ao risco de mercado (RWAMPAD).

As mudanças relacionam-se à terceira fase da adoção do novo arcabouço regulatório de risco de mercado, também conhecido como *Fundamental Review of the Trading Book* (FRTB). Ele faz parte do conjunto de medidas prudenciais chamado Basileia III. A Fase 1 passou a ter efeitos em janeiro de 2023, enquanto a Fase 2 passou a ter efeitos em julho de 2024.

A nova regra vai exigir menos capital de instituições que gerenciarem o risco de mercado adequadamente por meio de operações de diversificação e de proteção.

m) Requerimentos prudenciais individuais e melhorias na Razão de Alavancagem

Novas regras para melhorar a liquidez e a solvência de instituições financeiras e de pagamento estão sendo discutidas. As regras tratam dos chamados requerimentos prudenciais, que são exigências para promover a segurança dessas instituições. Atualmente, as exigências são aplicadas de forma consolidada a conglomerados, mas a proposta é aplicar também, em certos casos, de forma individua-

lizada para determinadas partes que formam o conglomerado. A proposta de norma resultou de relatório de Análise de Impacto Regulatório (AIR).

A ideia é que instituições maiores, que fazem parte dos maiores grupos financeiros, tenham que seguir regras mais rígidas ao aplicar os recursos captados do público e distribuir sua liquidez e seu capital entre as instituições do grupo. Além disso, o BC quer melhorar como se calcula a Razão de Alavancagem, que mede a solvência das instituições sem levar em conta o risco das operações.

Essas mudanças seguem padrões internacionais e visam a tornar o SFN mais estável e resiliente. A proposta traz novas exigências para garantir que o capital e a liquidez sejam distribuídos de forma equilibrada dentro dos grupos financeiros. Isso ajuda a prevenir problemas em eventuais momentos de dificuldade.

A Razão de Alavancagem é uma medida que mostra quanto uma instituição financeira está usando de recursos em relação ao capital que ela tem, isto é, mostra o quanto da fonte de recursos é devida a recursos próprios, dos acionistas. Se a Razão de Alavancagem é baixa, significa que a instituição está mais endividada, usando muito dinheiro de terceiros. Isso pode ser arriscado em momentos difíceis. Se a razão é alta, quer dizer que a instituição está mais segura, com menos risco de não conseguir pagar suas dívidas.

n) BC moderniza cálculo de risco de crédito para instituições menores

O BC atualizou as regras para o cálculo de capital das instituições menores e menos complexas, ajustando o método simplificado para medir o risco de crédito (RWARCSimp). Esse modelo é baseado na contabilidade e busca reduzir custos para essas instituições.

O objetivo foi proporcionar maior alinhamento entre esse procedimento simplificado e os critérios de mensuração e a terminologia do Padrão Contábil das Instituições Reguladas pelo BC (Cosif), bem como incorporar inovações de mensuração de risco de crédito já aplicáveis às demais instituições desde 2022.

Com essas mudanças, é esperado que haja ganho de eficiência em relação à sensibilidade ao risco e aos custos regulatórios, tendo em vista as características das instituições que se sujeitam a esse requerimento. Algumas mudanças também foram feitas no sentido de aumentar a estabilidade da sistemática de apuração, o que traz ganhos tanto para as instituições quanto para o BC.

o) BC avalia impactos de medidas macroprudenciais adotadas durante a pandemia de covid-19

Em 2024, o BC realizou avaliação sobre os impactos das medidas macroprudenciais adotadas durante a pandemia

de covid-19. As ações tinham como objetivo preservar a solidez do SFN e manter o fluxo de crédito disponível para a economia.

Naquele contexto, o Adicional Contracíclico de Capital Principal relativo ao Brasil (ACCPBrasil) estava calibrado em seu valor neutro de zero, o que restringia o espaço para a atuação da política macroprudencial e não deixava espaço para se estimular os bancos a concederem crédito justamente no momento que a economia mais precisava de apoio. As restrições à distribuição de resultados e as preocupações com eventuais reações negativas dos agentes econômicos contribuíam para a reticência dos bancos em usar os colchões de capital (*buffers*) para manter o fluxo de crédito.

Por isso, o BC adotou medidas específicas e inovadoras que foram aplicadas a todas as instituições, como a liberação parcial do Adicional de Capital de Conservação (ACPConservação) e restrições temporárias na distribuição de resultados para o ano fiscal de 2020. As ações combinadas buscaram superar o estigma do uso dos *buffers*, promover a manutenção do crédito e, ao mesmo tempo, preservar o capital regulatório, garantindo equilíbrio entre resiliência e apoio à economia.

O estudo mostrou que essas medidas foram eficazes. A liberação parcial do ACPConservação, combinada com restrições na distribuição de dividendos, ajudou a garantir a oferta de crédito e a preservar a estabilidade do SFN durante e após a pandemia. Esses resultados mostram que as medidas adotadas no Brasil foram um caso inovador de sucesso e apresentam alinhamento com estudos internacionais sobre o tema.

O Adicional de Capital Contracíclico para o Brasil (ACCPBrasil) é uma ferramenta regulatória usada pelo BC para fortalecer a resiliência do SFN em períodos de instabilidade econômica. O ACCPBrasil é uma parcela do capital a ser acumulada na expansão do ciclo de crédito e consumida na sua contração. Esse instrumento trata o risco sistêmico cíclico do crédito e dos preços dos ativos. Ele faz parte do conjunto de regras prudenciais alinhadas ao Acordo de Basileia III.

O ACPConservação é uma exigência regulatória estabelecida pelo BC, também em conformidade com o Acordo de Basileia III, que determina que as instituições financeiras mantenham uma reserva extra de capital. Essa reserva serve para absorver perdas em momentos de estresse econômico ou financeiro, garantindo a estabilidade do SFN. Seu uso implica em restrições à distribuição de resultados aos acionistas.

p) Automação de decisões de processo administrativo sancionador relativo a Capitais Brasileiros no Exterior (CBE)

Em 2023, foi iniciado o processo de automatização das decisões nos Processos Administrativos Sancionadores (PAS) relacionados às declarações de Capitais Brasileiros no Exterior (CBE).

Em 2024, a automatização foi aplicada aos processos em que o acusado apresentou defesa, sendo que, em 2023, a automação havia sido implementada apenas nos processos sem defesa apresentada.

Em 2024, foram decididos 441 PAS relacionados a CBE fora do prazo. Desses, em 319 casos, não houve apresentação de defesa, dos quais 312 (98%) foram decididos integralmente com o uso da ferramenta. Dentre os 122 processos em que foram apresentadas defesas, 98 (80%) tiveram decisões automatizadas.

q) Encerramento do Programa de Estímulo à Reestruturação e ao Fortalecimento do Sistema Financeiro (PROER)

Em 2024, o Banco Nacional S.A., em liquidação extrajudicial, efetuou a quitação da última dívida dessa liquidanda junto ao BC referente ao contrato do Programa de Estímulo à Reestruturação e ao Fortalecimento do Sistema Financeiro Nacional (PROER) celebrado em 1995.

Esse evento conclui o recebimento de todos os créditos concedidos no âmbito do PROER, em meados da década de 1990. O PROER viabilizou a reestruturação organizacional de instituições em dificuldades e a continuidade operacional do acesso dos clientes às suas contas, assegurando a confiança do público no sistema financeiro, evitando corridas aos bancos e o risco de contaminação sistêmica.

r) Regulamentação do planejamento da recuperação e da resolução de instituições financeiras e de instituições de pagamento

Em 2024, o CMN e o BC regulamentaram o processo de planejamento da recuperação e da resolução de instituições financeiras e de instituições de pagamento e disciplinou o Plano de Recuperação e de Saída Organizada (PRSO).

As propostas normativas foram submetidas à consulta pública no período de janeiro a abril. Durante o processo, o BC recebeu diversas contribuições oriundas de instituições e entidades de classe do SFN e da sociedade em geral.

Os normativos incorporam à regulação brasileira as recomendações internacionais consolidadas pelo FSB nos "Atributos-Chave de um Regime de Resolução Efetivo para Instituições Financeiras" (*Key Attributes of Effective Resolution Regimes for Financial Institutions* – KAs), colocando em prática um processo contínuo de planejamento de recuperação e de resolução em instituições de importância sistêmica. Nesse sentido, observa-se avanço na forma como as instituições financeiras sistemicamente importantes se preparam para enfrentar situações de crise.

A primeira remessa do PRSO a ser efetuada pelas instituições pertencentes ao segmento S1 deve ocorrer em 2025 e, a partir de então, essas instituições deverão remeter planos atualizados a cada dois anos ao BC.

s) Aumento de eficiência do SFN com otimização de recursos

O BC analisou a eficiência de 232 instituições financeiras no Brasil entre junho de 2004 e junho de 2024. O estudo mediou o quanto essas instituições conseguem otimizar custos e gerar lucro de forma sustentável, sem comprometer a solidez do sistema financeiro.

Verificou-se a manutenção da tendência observada após 2020, com leve redução da eficiência custo e relativa estabilidade na eficiência lucro. Avaliando-se o comportamento dos diferentes segmentos prudenciais, nota-se que o segmento S5 apresenta comportamento destoante dos demais, apresentando forte elevação de sua eficiência custo devido, principalmente, à elevação da participação dos depósitos no passivo total. A dívida pública apresenta um efeito redutor da eficiência lucro em todos os segmentos. [Saiba mais](#).

t) Crescimento no mercado de consórcios

O Sistema de Consórcios é uma forma de poupança para aquisição de bens e serviços. Em 2024, o BC divulgou o Panorama do Sistema de Consórcios, referente ao ano de 2023, mostrando alta nos principais indicadores do setor. O volume de recursos coletados aumentou 17,8% em relação ao ano anterior enquanto o número de cotas ativas aumentou 9,7%.

O destaque foi para consórcios de imóveis, que mantiveram a tendência de crescimento. Outro ponto relevante foi a devolução aos consorciados de R\$1,45 bilhão em Recursos Não Procurados (RNP) pelas administradoras.

O BC também realizou ações de saneamento no setor, reduzindo o número de administradoras ativas para 136, das quais 130 possuíam grupos ativos. O BC espera que o setor continue a crescer e contribuir para o acesso a bens e serviços.

A Agenda BC# reúne ações que são o foco da atuação estratégica do BC. Seus resultados buscam modernizar o SFN e contribuir para o crescimento sustentável da economia, além de contar com importantes iniciativas de inclusão por meio de tecnologia. A seguir, são apresentados os resultados da Agenda BC# distribuídos pelas seis dimensões: Inclusão, Competitividade, Transparência, Educação, Sustentabilidade e Excelência.

3.1 INCLUSÃO

Esta seção relata as ações e os resultados que contribuíram para o alcance do objetivo estratégico: “Facilitar acesso aos mercados financeiros”.

A inclusão financeira é o processo por meio do qual indivíduos têm acesso efetivo a serviços financeiros providos por instituições financeiras, tais como crédito, poupança, pagamentos, seguros, previdência e investimentos. Nesta dimensão, as iniciativas visam facilitar o acesso de todos ao mercado financeiro, abrangendo pequenos e grandes usuários, investidores e tomadores de recursos, brasileiros e estrangeiros. Elas têm por objetivo simplificar e desburocratizar procedimentos para facilitar a entrada de novos participantes no SFN. [Saiba mais.](#)

a) Expansão do número de usuários ativos de serviços financeiros

Estudo publicado em 2024 mostra que houve aumento expressivo de usuários no sistema financeiro. Entre 2018 e 2023, o número de pessoas que realizam transações financeiras mais que dobrou, impulsionado pela digitalização, lançamento do Pix e novos serviços de crédito digital.



Nesse período, a quantidade de clientes pessoas físicas passou de 77,2 milhões para 152 milhões. Entre as pessoas jurídicas, o número saltou de 3,4 milhões para 11,6 milhões, um crescimento significativo para micro e pequenos empreendedores.

Em 2023, aproximadamente 63 milhões de pessoas físicas e mais de um milhão de pessoas jurídicas realizaram operações de crédito, com destaque para o crescimento das instituições de crédito digital e cooperativas.

A tendência é de que esse crescimento continue com o fortalecimento dos serviços digitais e maior acesso ao crédito no Brasil. [Saiba mais](#).

b) Expansão do microcrédito para inclusão e acessibilidade de pessoas com deficiência

Em 2024, o percentual de recursos que as instituições financeiras podem destinar ao microcrédito produtivo orientado visando a beneficiar as pessoas com deficiência na aquisição de equipamentos para facilitar o seu dia a dia foi ampliado de 20% para 30% do valor total obrigatório destinado ao microcrédito. Com essa mudança, o montante disponível para essas operações subiu de R\$1,6 bilhão para R\$2,4 bilhões. Esse aumento fortalece a oferta de recursos para a aquisição de equipamentos que ajudam pessoas com deficiência a superar limitações físicas, sensoriais ou cognitivas.

A medida apoia a inclusão de pessoas com deficiência (PcD),

ampliando o acesso a recursos essenciais e promovendo maior inclusão social e econômica.

Microcrédito é um tipo de empréstimo destinado a financiar atividades de pequenos empreendedores e comerciantes. Além disso, ele pode ser usado para a compra de equipamentos que auxiliam pessoas com deficiência (PcD) em suas atividades diárias.

c) Conferência para debater ampliação de financiamento de micro e pequenas empresas

O BC, o Sebrae e a *International Finance Corporation (IFC)/SME Finance Forum* realizaram a conferência para discutir o financiamento de MPMEs. O evento, realizado às margens das reuniões do G20 e intitulado *Powering Growth: Unlocking MSME Finance Through Policies, Innovation and Partnerships*, ocorreu em Brasília em março de 2024 e foi transmitido ao vivo pelo [YouTube](#).

A conferência reuniu representantes de governos, bancos, fintechs e organizações internacionais para abordar a lacuna de financiamento global que afeta as MPMEs. O objetivo foi discutir novas estratégias, inovações e parcerias para apoiar o setor. Entre os temas estavam os desafios enfrentados por mulheres, jovens e pequenos produtores, além de soluções inovadoras do comércio eletrônico.

d) Cooperativas de crédito se expandem e já estão em 58% dos municípios brasileiros

As cooperativas de crédito continuam crescendo no Brasil, atingindo 58% dos municípios. Elas oferecem serviços financeiros em locais menos atendidos pelo sistema bancário tradicional, ajudando a ampliar a inclusão financeira. O número de cooperados, que são donos e clientes das cooperativas, chegou a 18,8 milhões em 2024.

O setor alcançou R\$774 bilhões em ativos, com um crescimento de 5,9%, reforçando sua importância para a economia, especialmente nas áreas rurais. Houve aumento da inadimplência, mas as cooperativas mantiveram reservas adequadas para cobrir possíveis perdas, garantindo segurança aos cooperados.

A expansão das cooperativas fortalece a concorrência no mercado financeiro e oferece mais opções para pessoas e empresas em regiões menos assistidas. O BC continuará monitorando e apoiando o crescimento sustentável desse setor. [Saiba mais](#).

Cooperativa de crédito é uma instituição financeira formada por associação de pessoas para prestar serviços financeiros exclusivamente aos seus associados. Os cooperados são, ao mesmo tempo, donos e usuários da cooperativa, participando de sua gestão e usufruindo de seus produtos e serviços.

Nas cooperativas de crédito, os associados encontram os principais serviços disponíveis nos bancos, como conta corrente, aplicações financeiras, cartão de crédito, empréstimos e financiamentos. O cooperativismo não visa a lucros; os direitos e os deveres de todos os cooperados são iguais; e a adesão é livre e voluntária. As cooperativas podem estar presentes em locais onde outras instituições financeiras não atuam e oferecer serviços a cidadãos que não possuem conta bancária.

e) Aperfeiçoamento da supervisão do Sistema Nacional de Cooperativas de Crédito (SNCC)

O cooperativismo de crédito e seu crescimento nos últimos anos motivaram o desenvolvimento do Projeto SuperCoop. O projeto organizou as informações das auditorias cooperativas e facilitou seu uso pelas equipes de supervisão. Em média, 780 cooperativas de crédito são auditadas anualmente em temas como prudência financeira, conduta de Prevenção à Lavagem de Dinheiro e Financiamento ao Terrorismo (PLD/FT) e crédito rural.

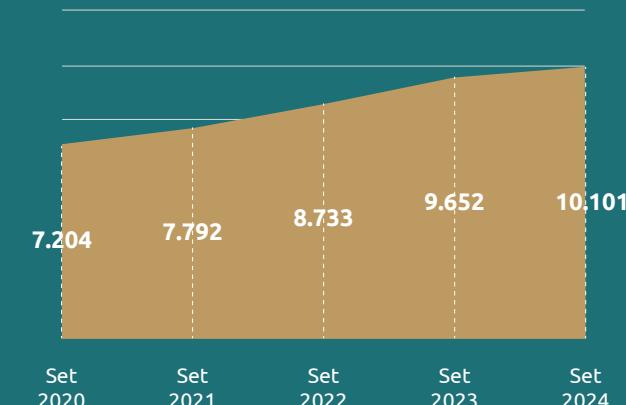
+ 60,68%

milhões de associados



+ 40,21%

unidades de atendimento



O SuperCoop desenvolveu ferramentas tecnológicas para tornar a supervisão mais eficiente, com possibilidade de aplicação em outros setores. Além disso, o projeto melhorou o tratamento de dados qualitativos e quantitativos e a comunicação com as cooperativas. As mudanças possibilitaram a tomada de decisões de forma mais rápida e ações

de supervisão mais precisas. O projeto também criou metodologias de supervisão das auditorias cooperativas, aplicadas em dezenas de verificações especiais, com o intuito de assegurar a qualidade dessas auditorias.

Como resultados dos esforços, observaram-se os seguintes avanços:

- » fortalecimento da governança das cooperativas com foco na política de relacionamento com clientes e usuários de produtos e serviços;
- » busca por padronização de tarifas e taxas dentro dos sistemas cooperativos, eliminando discrepâncias e respeitando a regulação vigente;
- » aprimoramento dos procedimentos de PLD/FT, com ênfase no princípio “Conheça o seu cliente”.

O SuperCoop também desenvolveu quatro cursos disponíveis na Escola Virtual de Governo, na Enap, com temas sobre o cooperativismo de crédito e o crédito rural.

f) Novas regras para cooperativas de crédito, ampliando governança e acesso ao crédito

O BC aprovou novas regras para melhorar a organização e o funcionamento das cooperativas de crédito, fortalecendo a governança e facilitando o acesso ao crédito para os cooperados.

Cooperativas de um mesmo sistema podem, agora, compartilhar recursos e dividir riscos, ampliando as opções de crédito para mais de dezoito milhões de cooperados.

Uma cooperativa central, ou uma confederação constituída por cooperativas centrais de crédito, poderá assumir temporariamente a gestão de cooperativa filiada para preservar sua continuidade e proteger os interesses dos associados. Essa medida depende de autorização do BC e será aplicada em casos que ameacem a estabilidade financeira da cooperativa.

A partir de 2026, as mudanças abrangerão também a governança e a representatividade dos cooperados. As cooperativas deverão estabelecer regras para ocupação e renovação do seu conselho, com um limite máximo de doze anos para permanência de um membro nele. Além disso, os cooperados passarão a ser representados por delegados eleitos.

Essas atualizações procuram fortalecer as cooperativas de crédito e aumentar a segurança e a transparência no setor.
[Saiba mais.](#)

g) Autorização auxiliar de cooperativas de crédito filiadas a cooperativas centrais

Em 2024, o BC publicou normativo que facilitou os processos de eleição, alteração do estatuto, mudança de nome e troca de sede das cooperativas de crédito ligadas a cooperativas centrais. A responsabilidade primária pela qualidade da documentação processual, das declarações e das autorizações de eleitos passou a ser da respectiva cooperativa central. Com isso, o tempo de análise e de decisão dos res-

pectivos pleitos foi sensivelmente reduzido, mantendo a qualidade das informações e racionalizando procedimentos. A iniciativa impactou positivamente 557 cooperativas de crédito singulares, que representam 70,7% do segmento de cooperativas de crédito em 2024.

h) BC UNEVozes cria canal de diálogo com cooperativas de crédito

O BC UNEVozes é um canal de diálogo entre a Instituição e as cooperativas de crédito independentes. A iniciativa tem como objetivo facilitar a troca de conhecimentos sobre educação financeira, sustentabilidade, regulação e supervisão. Para isso, foram organizados quatro encontros online com especialistas do BC ao longo de 2024.

Os encontros buscam fortalecer a comunicação e promover um espaço de diálogo entre o BC e as cooperativas. O fortalecimento do cooperativismo de crédito é uma ação que tem como objetivo facilitar o acesso ao mercado financeiro para todos.

i) BC comemora quinhentos dias do novo Marco de Câmbio e Capitais Internacionais

O BC organizou seminário para marcar os quinhentos dias da Lei 14.286, de 29 de dezembro de 2021, destacando os avanços e os próximos passos na área. O evento também

contou com uma mesa-redonda em que especialistas do setor privado discutiram novas oportunidades para investimentos estrangeiros.

Além disso, um painel técnico apresentou estudos feitos por servidores do BC sobre a lei, abordando áreas como regulação, prevenção à lavagem de dinheiro e estatísticas. O registro do evento está disponível no [YouTube](#).

Anova Lei de Câmbio e Capitais Internacionais entrou em vigor em 2022 para simplificar e modernizar operações de câmbio no Brasil, operações de capital estrangeiro no país e operações de capital brasileiro no exterior, proporcionando maiores eficiência, segurança e rapidez, além de menor custo.

Essa lei viabiliza novos modelos de negócios e amplia o uso internacional do real. Pesquisa envolvendo 87% do mercado brasileiro de câmbio e capitais internacionais mostrou que 84% dos participantes perceberam mais agilidade nas operações de câmbio e 76% consideraram a regulação mais alinhada às práticas internacionais.

A lei eliminou restrições dos tempos de controle de capitais, facilitando os investimentos estrangeiros e promovendo maior integração econômica internacional do país. Possibilitou, ainda, melhorias no Sistema de Prestações de Informações de Capital Estrangeiro (SCE), com mais de 90% dos entrevistados indicando avanços nas operações de crédito externo e investimentos diretos.

j) BC apresenta consulta pública sobre operações de câmbio interbancárias

A atualização regulatória e dos sistemas de informações referentes às operações de câmbio interbancárias foram temas de edital de consulta pública (ECP) divulgado pelo BC. A proposta está em linha com a nova lei de Câmbio e Capitais Internacionais.

Entre os benefícios esperados está o envio para o BC de informações sobre as operações de câmbio interbancárias de forma mais racionalizada e eficiente. O ECP, adicionalmente, propõe a ampliação dos horários para envio das informações diárias sobre essas operações para o BC e prevê a alteração, o cancelamento e a liquidação antecipada dessas operações, observada a concordância das partes.

A previsão é de que a proposta final seja editada em 2025 e entre em vigor em 2026.

As operações de câmbio interbancárias são transações realizadas diretamente entre bancos no mercado de câmbio. Essas operações têm como objetivo a compra e venda de moedas estrangeiras entre instituições financeiras, sem a participação de clientes finais (como empresas ou indivíduos).

k) Ampliação do limite para operações de câmbio

Em 2024, o BC aumentou o limite para operações individuais de câmbio em instituições não bancárias de US\$300 mil para US\$500 mil. Essas instituições abrangem sociedades corretoras de títulos e valores mobiliários, sociedades distribuidoras de títulos e valores mobiliários, e sociedades corretoras de câmbio autorizadas a operar no mercado de câmbio. Essa mudança visa a tornar o mercado de câmbio mais eficiente e competitivo.

A medida favorece pequenas e médias empresas que atuam no comércio exterior, oferecendo mais opções para a realização de operações de câmbio para exportação e importação.

O BC espera que o novo limite amplie a concorrência no setor por meio de mais opções de serviços cambiais para empresas.

l) Novas regras facilitam investimentos estrangeiros no Brasil

O BC e a CVM atualizaram as regras para investimentos de estrangeiros nos mercados financeiro e de valores mobiliários. A mudança segue diretrizes legislativas e reflete o desenvolvimento e a internacionalização da economia brasileira.

A nova regra foi criada com base em estudos detalhados e em contribuições da sociedade, reunidas durante consulta pública. O BC e a CVM receberam 168 sugestões de dezeno-

ve participantes, incluindo associações, entidades de mercado e escritórios de advocacia.

Os principais destaques da regulamentação incluem:

- » simplificação para investidores estrangeiros pessoas físicas;
- » facilidade de investimentos via contas de não residentes e pré-pagas, com exigências específicas apenas para empresas que investem em valores mobiliários;
- » extinção do Registro Declaratório Eletrônico (RDE-Portfólio);
- » fim da obrigatoriedade de operações simultâneas de câmbio e transferências internacionais em reais;
- » ampliação dos ativos elegíveis como garantia para emissão de *Depositary Receipts* (DRs) no exterior.

A nova norma busca aumentar a atratividade do Brasil para investidores estrangeiros, reduzindo custos e tornando o ambiente de negócios mais favorável e competitivo.

m) Regulamentação de operações com ativos virtuais no mercado de câmbio

Foi publicado edital de consulta pública para receber sugestões a respeito de regras para informar ao BC sobre pagamentos e transferências internacionais usando ativos virtuais. As novas regras propostas também incluem a obrigatoriedade de comunicar operações com ativos virtuais em moeda estrangeira e sobre a troca ou custódia de ativos virtuais em reais pertencentes a não residentes.

Além disso, o edital sugere que atividades e operações realizadas por prestadores de serviços de ativos virtuais, quando feitas com finalidade de investimento, sigam as regras de capitais brasileiros no exterior e de capitais estrangeiros no Brasil.

A regulamentação em estudo tem como principais benefícios melhorar os serviços relacionados a ativos virtuais no mercado de câmbio e capitais internacionais, tornando as operações com o exterior mais eficientes e seguras.

n) Regulamentação do *Banking as a Service* (BaaS)

O BC lançou consulta pública sobre proposta de regulamentação dos modelos de parceria para prestação de serviços financeiros ou de pagamento, atualmente conhecidos genericamente como Banking as a Service (BaaS). Atualmente, essas parcerias são regidas por meio de contratos privados celebrados entre instituições autorizadas a funcionar pelo BC (prestadoras do serviço) e outras entidades (tomadoras do serviço), na maioria das vezes empresas comerciais.

A regulação resultante disciplinará a prestação desses serviços, tendo como objetivo principal mitigar os riscos dos clientes dos serviços financeiros contratados, dado que será conferida adequada transparência na prestação de tais serviços, assim como a segurança de que estes ocorrerão em ambiente regulado. A regulação conferirá maior segurança a todas as contrapartes ao definir claramente as responsabilidades das empresas envolvidas e a compatibilidade dos modelos de negócio ao arcabouço normativo aplicável.

Nesse contexto, a proposta abrange um conjunto de conceitos, responsabilidades, regras e condições para a prestação do serviço de BaaS. Essa estrutura normativa poderá implicar aprimoramento dos atuais modelos de negócio, a exemplo da necessidade de contas individualizadas dos clientes e de informações claras a estes sobre o efetivo prestador dos serviços.

3.2 COMPETITIVIDADE

Esta seção relata as ações desenvolvidas e os principais resultados alinhados ao objetivo estratégico: “Incentivar a concorrência nos Sistemas Financeiro e de Pagamentos”.

A dimensão de Competitividade busca fomentar a concorrência dentro do SFN com a ampliação no número de participantes e de soluções. O desenvolvimento de novos produtos e serviços, principalmente digitais, favorece o aumento da qualidade e a diversificação do mercado. Meios de pagamentos mais ágeis e baratos, em um ambiente de crescen-

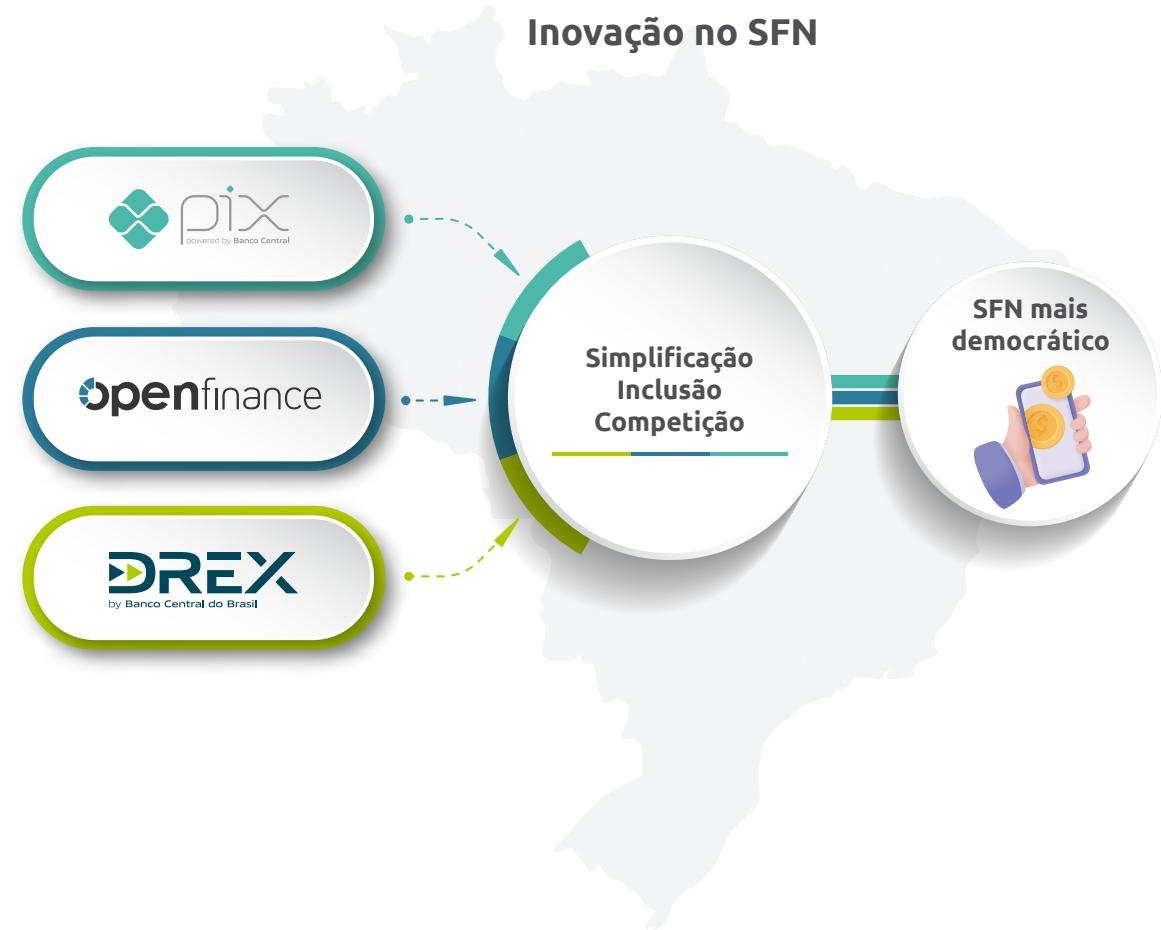
te aperfeiçoamento dos sistemas financeiro e de pagamentos, favorecem a formação de preços mais baixos para os cidadãos. Além disso, a concorrência promove a inovação, a redução de custos de manutenção dos negócios e o aprimoramento do mercado.

Busca-se ainda o aumento da eficiência do SFN e do SPB com o objetivo de criar condições mais favoráveis para que cidadãos e prestadores de serviço tenham acesso mais facilitado ao SFN. Algumas ações da dimensão Competitividade também têm o objetivo de proporcionar acesso a linhas de crédito e financiamentos internacionais para o governo e as empresas em melhores condições.

a) Novas regras de segurança do Pix visam combater fraudes

Desde novembro de 2024, as instituições participantes do Pix passaram a adotar novas medidas para combater fraudes e golpes. Uma das principais mudanças é que transações acima de R\$200,00 só poderão ser feitas por dispositivos, como celular e computador pessoal, que o cliente tenha cadastrado previamente. Além disso, o limite diário para transações iniciadas a partir de dispositivos não cadastrados foi estabelecido em R\$1.000,00. De modo a não causar inconvenientes a usuários que já utilizam um dispositivo específico, essa exigência de cadastro se aplica apenas para dispositivos de acesso que nunca tenham sido utilizados para iniciar uma transação Pix antes de novembro de 2024.

Inovação no SFN



Essa medida minimiza a probabilidade de fraudadores usarem dispositivos diferentes daqueles utilizados pelo cliente para iniciar transações Pix. Isso dificultará a fraude em que o agente malicioso consegue, por meio de roubo ou de engenharia social, as credenciais, como login e senha, das pessoas.

As instituições também passaram a ter que, obrigatoriamente, usar solução de gerenciamento de risco de fraude que conte com informações de segurança armazenadas no BC e que seja capaz de identificar transações Pix atípicas ou não compatíveis com o perfil do cliente; e disponibilizar para seus clientes informações sobre os cuidados que eles devem ter para evitar fraudes. Além disso, as instituições, agora, precisam verificar regularmente se seus clientes estão marcados como suspeitos de envolvimento em fraudes na base de dados do BC para que eles tenham um tratamento diferenciado ou mesmo o relacionamento encerrado.

Esses aperfeiçoamentos nos mecanismos de segurança têm como objetivo continuar desenvolvendo soluções para combater as fraudes e os golpes, garantindo um meio de pagamento cada vez mais seguro para a população.

b) Lançamento do Pix Automático

O Pix Automático, que será disponibilizado para a população em junho de 2025, facilitará cobranças recorrentes, podendo ser utilizado como forma de recebimento por empresas de diversos tamanhos e setores. Com o

novo recurso, há expectativa de redução de custos, pois a operação independe de convênios bilaterais, como ocorre atualmente no débito em conta. Além disso, será utilizada a infraestrutura já existente de funcionamento do Pix. Os procedimentos operacionais serão padronizados pelo BC, o que facilitará a implantação da funcionalidade.

O Pix Automático tem o potencial de aumentar a eficiência, diminuir os custos dos procedimentos de cobrança e reduzir a inadimplência no pagamento de produtos e serviços.

c) FGTS Digital traz pagamentos rápidos e redução de custos

Em 1º de março de 2024, entrou em operação o FGTS Digital, um novo sistema de gestão integrada que aperfeiçoou a arrecadação, a prestação de informações aos trabalhadores e aos empregadores, a fiscalização, a apuração, o lançamento e a cobrança dos valores devidos, com o recolhimento do Fundo de Garantia do Tempo de Trabalho (FGTS) passando a ser feito exclusivamente pelo Pix.

O uso do Pix traz mais segurança, economia e facilidade. Com ele, os pagamentos podem ser feitos a qualquer momento, diretamente pelo aplicativo do banco. A liquidação é imediata, e tanto empregadores quanto trabalhadores recebem a confirmação na hora. Para empresas, o controle é maior, evitando pagamentos duplicados, prevendo o recolhimento de débitos já quitados e impossibi-

litando o pagamento de guias vencidas. Para trabalhadores, há mais agilidade e transparência, permitindo que eles acompanhem o cumprimento desse direito em tempo real.

d) Novos relatórios do Pix disponíveis para os usuários

Para facilitar o acesso dos usuários ao histórico de suas chaves Pix, o BC, agora, oferece dois relatórios no Registro. Antes, os usuários podiam consultar um relatório simples com a relação de suas chaves Pix atuais. Em 2024, o BC passou a oferecer um relatório mais completo, que traz o histórico de todas as chaves já usadas e excluídas. Essa mudança também melhorou o relatório de chaves atuais, que agora inclui a data e a hora de criação da chave e uma coluna que indica a situação de cada uma delas: ativa, bloqueada judicialmente, ou em processo de reivindicação de posse ou portabilidade.

Com as mudanças, o cidadão pode verificar quando cada chave foi criada e excluída, o que aumenta a segurança e transparência, permitindo identificar possíveis fraudes ou tentativas de uso indevido de suas chaves.

e) Instituições passam a oferecer obrigatoriamente a funcionalidade de recorrência para Pix Agendado

A partir outubro de 2024, as instituições participantes do Pix passaram a disponibilizar para seus clientes, de forma obrigatória, a funcionalidade de recorrência para o Pix Agendado. A iniciativa permite que o cliente agende uma única vez transferências de valor fixo que ele faz periodicamente.

O Pix Agendado traz mais comodidade para os clientes que, por exemplo, precisam transferir mensalmente recursos para o pagamento de serviços ou para aqueles que periodicamente enviam recursos para ajudar familiares.

f) BC amplia as exigências para participação no Pix

A partir de 1º de janeiro de 2025, apenas instituições autorizadas a funcionar pelo BC poderão solicitar adesão ao Pix. Os atuais participantes que não sejam autorizados poderão continuar ofertando o meio de pagamento, desde que protocolem pedido de autorização dentro dos prazos estabelecidos pela nova regulação.

Ao serem autorizadas, as instituições passam a estar sujeitas, integralmente, à regulação aplicável às instituições de pagamento. Enquanto a autorização não é concedida, os participantes com processo de autorização em curso, bem como aqueles que ainda não tenham apresentado o pedido, passam a se sujeitar, a partir de 1º de julho de 2025: à regulação contábil e

de auditoria, inclusive no que se refere à elaboração, à remessa de documentos contábeis para o BC e à divulgação de demonstrações financeiras; e ao envio de informações relativas a clientes, a saldos contábeis diários e a operações de crédito.

Além disso, todos os participantes do Pix, à exceção das cooperativas de crédito, estarão sujeitos, a partir de 1º de janeiro de 2026, ao requerimento de integralização e de manutenção de capital social e de patrimônio líquido de pelo menos R\$5 milhões.

Essas medidas têm como objetivo compatibilizar os requirementos regulatórios ao nível de exigência operacional requerido para a oferta de pagamentos instantâneos aos clientes, além de tornar mais efetiva a atividade de supervisão exercida pelo BC.

Crescimento do Pix

156 milhões de pessoas
e **15,2 milhões** de empresas usam o Pix.

817 milhões é o
número de chaves registradas.



6,4 bilhões de transações em dez/24,
contra **4,8 bilhões** em dez/23,
aumento de 35%.

Fontes: BC, BIS, dez. 2024.

g) Drex – A moeda digital do BC

A discussão sobre a emissão de moedas digitais pelos bancos centrais (*Central Bank Digital Currencies – CBDCs*) surgiu em razão da necessidade das autoridades monetárias promoverem a inovação nos meios de pagamentos, requerida pela acelerada transformação digital em andamento na economia global.

A emissão do real em formato digital, o Drex, tem como objetivos:

- » acompanhar o dinamismo da evolução tecnológica da economia brasileira;
- » aumentar a eficiência do sistema de pagamentos de varejo;
- » contribuir para o surgimento de novos modelos de negócio e de outras inovações baseadas nos avanços tecnológicos;
- » favorecer a participação do Brasil nos cenários econômicos regional e global, aumentando a eficiência nas transações transfronteiriças.

O que é o DREX?

- ▶ É o **real**, a moeda brasileira oficial, **em formato digital**
- ▶ Tem o **mesmo valor** e a **mesma aceitação** do real tradicional
- ▶ **Regulado pelo Banco Central** e emitido somente **em sua plataforma**
- ▶ Tem as **mesmas garantias e segurança** do real tradicional
- ▶ **Depende de um banco** ou de **outra instituição** para seu uso pelo cidadão



O que é igual

- ▶ São expressões da única moeda soberana do Brasil: o real
- ▶ Terão o mesmo valor e poderão ser convertidos livremente entre si
- ▶ Poderão ser movimentados da mesma forma
- ▶ Ambos formarão o agregado monetário
- ▶ Ambos serão igualmente seguros e garantidos pelo BC

O que é diferente

Emissão e distribuição

Custódia

Aplicação em novos modelos de negócios

Real em papel-moeda



- ▶ Impressão física
- ▶ Logística de distribuição onerosa

- ▶ Instituições financeiras são responsáveis pelo dinheiro depositado

- ▶ Utiliza arranjos de pagamento existentes
- ▶ Custo de intermediação mais alto

X

Drex



- ▶ Emissão e distribuição digitais, instantâneas e quase sem custo

- ▶ Ficará sob responsabilidade do BC

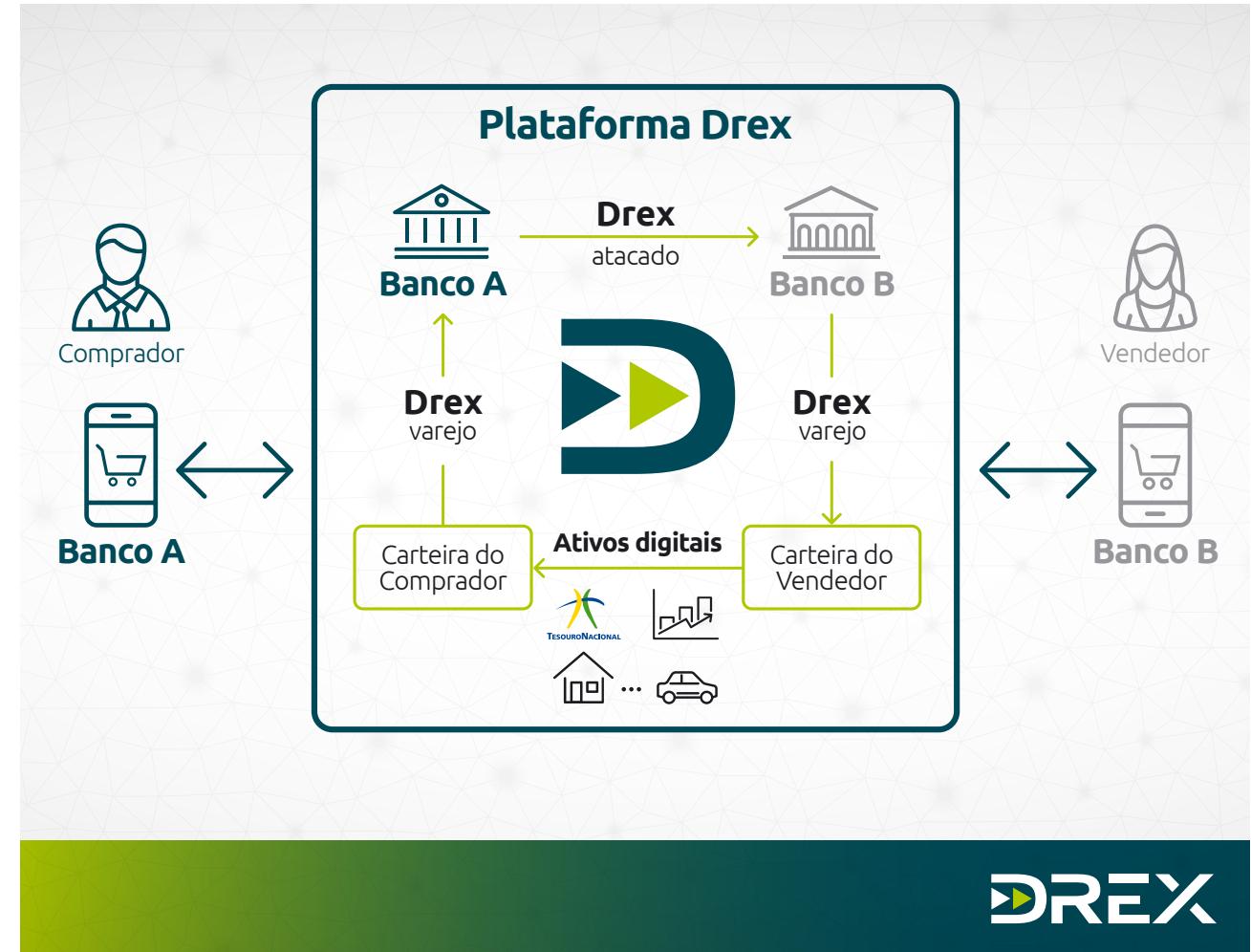
- ▶ Mais versátil
- ▶ Menor custo de intermediação
- ▶ Mais adequado às inovações tecnológicas

O Drex pode contribuir para a inclusão financeira no Brasil, democratizando o acesso da população a serviços como investimentos, financiamentos e seguros. A plataforma irá operar com ativos digitais e contratos inteligentes, entre outras funcionalidades, facilitando a provisão de serviços e produtos financeiros mais eficientes e seguros.

O BC tem mantido diálogo permanente com acadêmicos, especialistas do setor privado e representantes de bancos centrais e instituições multilaterais em iniciativas tais como workshops, seminários virtuais e o [Fórum Drex](#). Essas ações têm como objetivo conferir transparência sobre a implementação da moeda digital do BC e favorecer a participação da sociedade no processo.

Em 2023, foi lançado o Projeto-Piloto da Plataforma Drex, o [Piloto Drex](#), uma fase de testes para operações com a moeda digital brasileira. Nessa etapa, são avaliados os benefícios da programabilidade e as garantias de privacidade que podem ser trazidas pela Plataforma Drex. Em 2024, foi finalizada a primeira etapa do projeto e foi feita a chamada de participantes para segunda etapa.

Nessa fase, participantes poderão criar e gerenciar seus próprios serviços e modelos de negócios usando contratos inteligentes, sem depender exclusivamente de soluções do BC. A plataforma testará, ainda, ativos que não são regulados pela Autarquia, com acompanhamento de outros órgãos, como a CVM, para garantir privacidade e conformidade com a legislação.



Até novembro de 2024, treze temas já haviam sido selecionados, incluindo cessão de recebíveis, crédito colateralizado e transações com debêntures. Essas iniciativas visam facilitar o acesso ao crédito, reduzir custos de empréstimos e modernizar transações financeiras.

A nova fase também explorará o uso de contratos inteligentes para melhorar serviços financeiros. Além disso, serão testados mecanismos para transações com imóveis, automóveis e ativos do agronegócio, oferecendo mais segurança e transparência.

Com esses avanços, o Drex espera amadurecer suas tecnologias, criar oportunidades de inovação para o mercado e fortalecer a segurança e privacidade dos usuários.

Ainda não há uma data específica para o lançamento do Drex.

Mais informações estão disponíveis na [página do Drex no site do BC](#) e nos vídeos #[87](#) e #[88](#) da série “BC te Explica” no YouTube.

h) Negociações com títulos públicos federais no âmbito do projeto Drex

Em 2023, o Selic deu início a sua participação no piloto Drex. Nesse piloto, o Selic realizou testes de operações que envolvem títulos públicos federais “tokenizados”, que foi o tipo de ativo escolhido para exercitar as transações básicas na

rede *Distributed Ledger Technology* (DLT) e, com isso, possibilitar a avaliação mais abrangente da tecnologia e dos pilares de componibilidade, descentralização e privacidade. Foram efetuados testes com operações de emissão de títulos, colocação direta, liquidação de oferta pública, compra e venda definitiva, transferência de títulos sem fiador, resgate e baixa de títulos.

Componibilidade é a capacidade de se combinar vários contratos eletrônicos e protocolos para formar um só elemento capaz de ser negociado em uma plataforma digital.

i) Open Finance

O Open Finance é um sistema de compartilhamento padronizado de dados e serviços dos clientes entre instituições participantes desse arranjo criado e regulado pelo BC. Por meio desse sistema, um cliente de uma instituição pode autorizar que seus dados sejam compartilhados com outras instituições participantes para receber ofertas de produtos e serviços financeiros. Uma das possibilidades é o usuário obter crédito em determinada instituição e solicitar que o débito das parcelas seja realizado em conta de depósitos mantida em outro banco.

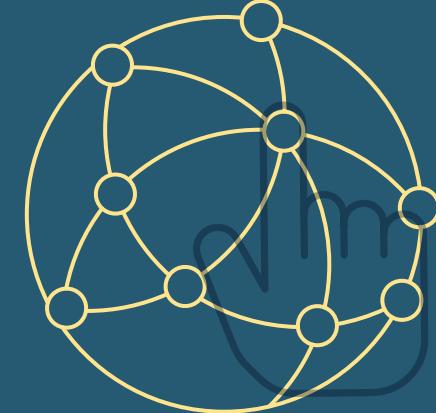
O Open Finance é resultado da ampliação do Open Banking, que evoluiu para abranger mais dados e possibilidades de operações. [Saiba mais](#).

Inovações Regulatórias

EXEMPLOS DE BENEFÍCIOS E SOLUÇÕES JÁ DESENVOLVIDAS

- Agregadores e gerenciadores financeiros para PF e PJ
- Alertas de vencimento de contas, recursos “parados”, uso de cheque especial
- Soluções de educação financeira
- Crédito:
 1. Avaliação mais rápida e completa
 2. Inclusão: ampliação na concessão a clientes sem renda formal
 3. Melhores linhas, limites e produtos oferecidos
- Portabilidade de crédito:
 1. Identificação de operações em outras instituições para oferecer melhores condições
 2. Eliminação da necessidade de o cliente informar dados da operação
- Portabilidade de salário:
 1. Identificação dos dados do empregador possibilita oferta ao cliente em fluxo simplificado
- Investimentos:
 1. Ofertas de aplicações mais vantajosas

openfinance



- Jornadas de pagamentos simplificadas em aplicativos, carteiras digitais, mídias sociais, e-commerce, marketplaces
- Transferências inteligentes: cobertura de cheque especial; programação de investimentos etc.
- Onboarding de clientes e atualização cadastral facilitados
- Processos de PLD e KYC mais eficientes



SOLUÇÕES QUE PODERÃO SER DESENVOLVIDAS

Inovações Regulatórias

Em implementação

1. Jornada sem redirecionamento: Pix por aproximação e Pix no e-commerce
2. Pix Automático
3. Portabilidade de crédito

Planejadas

1. Pagamentos em lote
2. Portabilidade de salário
3. Portabilidade de investimentos

j) Jornada Sem Redirecionamento no Open Finance

A Jornada Sem Redirecionamento (JSR) no Open Finance é uma nova funcionalidade que permite aos consumidores realizarem pagamentos de forma mais fluida e direta, sem precisar serem redirecionados para o aplicativo do banco onde possuem conta. Esse recurso refere-se a uma experiência digital ou de navegação em que o usuário realiza todas as ações ou interações em uma única página ou plataforma, sem ser enviado a outras páginas ou sites.

A jornada de pagamento do cliente foi simplificada com a diminuição das etapas nos pagamentos on-line e com o pagamento via Pix por aproximação. A JSR busca tornar o atendimento ao cliente mais rápido e prático, eliminando dificuldades ao evitar que o cliente precise ser redirecionado para outra instituição. O Pix por aproximação, por exemplo, permitirá a oferta do pagamento instantâneo nas carteiras digitais (*wallets*), sem necessidade de acesso ao aplicativo da instituição financeira.

O cliente poderá escolher sua instituição, vincular sua conta na carteira digital de preferência e passar a efetuar pagamentos presenciais com o Pix apenas aproximando seu smartphone, como já é feito com cartões.

Além disso, com a JSR, os clientes não precisarão mais sair do ambiente de compras *on-line* (*e-commerce*) para realizar pagamentos. O cliente poderá vincular sua conta previamente na plataforma de compra on-line (*marketplace*) dese-

jada e efetuar o pagamento diretamente nesse ambiente, sem necessidade de abrir o aplicativo de seu banco ou de ser redirecionado para outra aba do navegador.

O requisito central do Open Finance é preservar a segurança e o sigilo do processo. As novas funcionalidades proporcionadas pela JSR estarão disponíveis em 2025.

k) Nova estrutura de governança do Open Finance

Em 2025, o Open Finance passará a ser gerido por uma nova estrutura de governança baseada em regras definidas pelo BC de modo a garantir a sustentabilidade do ecossistema, a representatividade e o acesso não discriminatórios das instituições participantes, e a mitigar eventuais conflitos de interesse.

A medida decorre do natural processo evolutivo do Open Finance e tem por objetivo prover condições para a maior profissionalização dessa estrutura que, entre outros aspectos, é responsável pela proposição dos padrões técnicos que guiam a implementação das instituições participantes. A intenção foi gerar uma governança corporativa mais sólida, com objetivos, práticas e padrões éticos bem definidos, além de prover maior transparência na atuação e na prestação de contas.

Entre as principais premissas da nova estrutura ressaltam-se: maior interdependência entre custeio das despesas da estrutura de governança e poder decisório; maior representatividade, com o acréscimo de dois assentos para novas catego-

rias representativas das instituições participantes no órgão de direção superior e o aumento de um para dois conselheiros independentes; e definição de atribuições técnicas e operacionais para a diretoria da nova Estrutura de Governança.

O BC continuará acompanhando todas as discussões no âmbito dessa estrutura e as decisões que deverão ser aprovadas pela Autarquia, de forma a assegurar que sejam cumpridos os princípios, objetivos e diretrizes estabelecidos.

l) Supervisão do Open Finance

Em 2024, o BC demandou das entidades supervisionadas a resolução de falhas de implementações, principalmente relacionadas à interoperabilidade e à qualidade dos dados compartilhados, assim como melhorias nas jornadas de consentimento. Houve monitoramento e cobrança da implementação do novo perfil de segurança, bem como das novas APIs que incluíram funcionalidades como o compartilhamento de dados de câmbio, agendamentos recorrentes de transações Pix, transações inteligentes e a possibilidade de efetuar transações em jornadas sem redirecionamento.

Atualmente o BC monitora a implantação da API que permitirá a oferta de Pix Automático no Open Finance a partir do primeiro semestre de 2025. Além disso, foram conduzidos processos de penalização por descumprimento do cronograma e atuação junto à estrutura do Open Finance para fortalecer seu papel de monitoramento e cobrança dos participantes.

Atualmente, o ecossistema do Open Finance chegou a cerca de sessenta milhões de consentimentos ativos para consumo de dados e aproximadamente 2,5 bilhões de chamadas (requisições de acesso a dados) por semana. Na frente de pagamentos, alcançou aproximadamente um milhão de operações com sucesso no mês.

m) Aumento da concorrência e da inclusão no mercado de cartões

Cartões de pagamento, como crédito e débito, são amplamente usados por consumidores e lojistas. O BC adotou medidas para reduzir a concentração no mercado de cartões, criando um ambiente mais competitivo e acessível.

A partir de 2010, ações regulatórias do BC abriram espaço para novos competidores no setor de credenciamento e emissão de cartões, permitindo que novos participantes ofertassem produtos antes restritos. Com isso, o número de empresas credenciadoras aumentou de duas para mais de 25, incluindo novos serviços para pequenos lojistas e microempreendedores.

Entre 2018 e 2023, o índice de concentração no credenciamento de cartões caiu de alto para moderado, e os quatro maiores emissores perderam participação de mercado. Emissões de cartões de crédito por empresas independentes cresceram de 0,78% para 13,7% no mesmo período, ampliando a oferta de serviços.

Essas mudanças aumentaram a competição e diminuíram barreiras de entrada, permitindo que lojistas e consumidores tivessem acesso a serviços mais eficientes e menos custosos. A expectativa é que o mercado de cartões continue a se tornar mais acessível, trazendo benefícios diretos para a economia e a inclusão financeira.

Concentração de mercado significa que poucas empresas dominam ou controlam a maior parte de um setor ou mercado. Quando a concentração é alta, apenas algumas empresas oferecem os produtos ou serviços, o que pode limitar as opções e ampliar os preços para os consumidores.

n) Nova Letra de Crédito do Desenvolvimento ampliará fontes de financiamento

O CMN e o BC editaram normas estabelecendo as condições para emissão da Letra de Crédito do Desenvolvimento (LCD). As normas têm por objetivo aumentar a oferta de crédito e fortalecer o financiamento de projetos que apoiam o crescimento econômico.

Entre os aspectos para a emissão do título, estão as condições de recompra ou resgate antecipado. Além disso, foram definidos limites de emissão, que variam de acordo com o tamanho e o perfil de risco do banco emissor. As instituições deverão fornecer informações aos investidores

para a correta decisão de investimento, observando critérios de transparência e adequação na distribuição, colocação ou negociação do título.

A LCD é um título de crédito criado com o propósito de auxiliar o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e os bancos de desenvolvimento estaduais na captação de recursos para financiar projetos de longo prazo. Esses financiamentos podem abranger projetos nas áreas de infraestrutura, de pesquisa e em outros segmentos importantes para o desenvolvimento do país.

o) Novas regras para certificados de operações estruturadas e derivativos de crédito

O BC atualizou as normas para emissão de Certificados de Operações Estruturadas (COE) e para derivativos de crédito. O objetivo é melhorar a segurança e a transparência desses produtos financeiros, contribuindo para a melhor gestão de riscos pelos bancos, especialmente do risco de crédito.

As novas regras ampliam a gama de referenciais permitidos na emissão do COE, criam a modalidade COE de risco de crédito e definem para quem esses certificados podem ser oferecidos, com base no conhecimento e na capacidade de gerenciamento de riscos do investidor. A ideia é apr-

morar a gestão de risco de crédito pelos bancos e desenvolver o mercado dos ativos utilizados como referenciais, ao mesmo tempo garantindo que os investidores compreendam os riscos envolvidos.

Além disso, foi ampliada a lista de eventos de crédito que podem ser protegidos pelos derivativos de crédito. Isso alinha o mercado brasileiro aos padrões internacionais e facilita a gestão de riscos no sistema financeiro.

Essas mudanças buscam melhorar a liquidez e a segurança do mercado financeiro, contribuindo para a redução de riscos na concessão de crédito e fortalecendo a economia.

Os Certificados de Operações Estruturadas (COE) são investimentos que combinam características de renda fixa e de renda variável. Eles oferecem ao investidor a possibilidade de ganhar com a valorização de ativos, como ações ou moedas estrangeiras, sem o risco de perder o valor inicial investido, dependendo da estrutura do produto.

O COE é como um “pacote” que junta diferentes tipos de ativos em um único investimento, permitindo ao investidor diversificar sua carteira de forma simples. Ele tem prazo definido, ao final do qual o investidor recebe um retorno que depende do desempenho dos ativos escolhidos. É uma opção para quem quer tentar maiores ganhos do que a

renda fixa comum, mas ainda busca alguma proteção contra perdas.

Os derivativos de crédito são instrumentos financeiros usados para proteger ou transferir o risco de crédito de um ativo. Eles permitem que uma instituição financeira ou um investidor faça um “seguro” contra ou uma “aposta” no risco de que um empréstimo ou dívida não seja pago.

Imagine que um banco empresta dinheiro a uma empresa. Se a empresa não pagar a dívida, o banco enfrentará prejuízos. Para se proteger, o banco pode comprar um derivativo de crédito. Nesse contrato, a instituição que vende o derivativo promete compensar o banco se a empresa não pagar o empréstimo. Em troca, o banco paga uma taxa regular ao vendedor do derivativo, semelhante a um “seguro” contra a inadimplência.

Se a empresa paga o empréstimo corretamente, o banco apenas pagou as taxas e não teve prejuízo. Mas se a empresa não pagar, o vendedor do derivativo cobre as perdas do banco, protegendo-o do risco de crédito. Dessa forma, o banco transfere o risco de inadimplência para a instituição que vendeu o derivativo de crédito, garantindo maior segurança na concessão de empréstimos e demais operações de crédito.

p) Mudanças nas regras para fintechs facilitam financiamentos e reduzem custos

O BCprovou novas regras para fintechs de crédito, que são empresas especializadas em oferecer empréstimos *on-line*. A ideia é melhorar os modelos de negócio e facilitar o acesso ao crédito.

Uma das mudanças é que as fintechs, agora, podem emitir Certificados de Cédula de Crédito Bancário (CCCBs), permitindo que essas empresas ofereçam crédito de forma mais simples e transparente. Além disso, elas adquiriram mais liberdade para operar, especialmente em operações que envolvem financiamento de bens e serviços.

As novas regras devem reduzir custos e ampliar as opções de financiamento para consumidores e pequenas empresas. A expectativa é que essas mudanças incentivem o crescimento do setor e melhorem as condições de crédito no país.

As fintechs de crédito são empresas que usam tecnologia para oferecer empréstimos de forma rápida e simples, sem a burocracia dos bancos tradicionais. Elas operam *on-line*, facilitam o acesso a crédito com condições personalizadas e utilizam tecnologias como IA para avaliar o risco dos clientes.

q) Reforço na segurança e transparência nos pagamentos

O BC realizou uma consulta pública para aprimorar a gestão de riscos em arranjos de pagamento, como cartões e sistemas digitais. O objetivo é promover mais segurança e competitividade nos serviços de pagamento, fortalecendo também a prevenção de fraudes e lavagem de dinheiro.

A proposta inclui regras para garantir que todas as transações sejam pagas integralmente ao usuário final, mesmo em operações parceladas, e proíbe tratamentos discriminatórios entre participantes.

A nova norma também buscará aprimorar os mecanismos de PLD/FT.

A proposta se insere na agenda do BC ao adotar medidas para assegurar a solidez, a eficiência e o regular funcionamento dos arranjos. Com isso, incentiva-se a competição, a inclusão financeira e a transparência na prestação de serviços de pagamentos.

r) Individualização e gravames sobre títulos dos investidores do Programa Tesouro Direto

Houve um esforço conjunto entre o BC, a B3 – Brasil, Bolsa, Balcão S.A. e o Tesouro Nacional para que o Selic passasse a receber da B3, diariamente, informações detalhadas sobre operações e saldos de cada investidor.

Com esses dados individualizados, foi possível permitir que os títulos dos investidores do Programa Tesouro Direto (TD) fossem usados como garantia, oferecendo opções de alta qualidade e liquidez assegurada pelo Tesouro Nacional, conforme as regras do Programa.

Como parte dessa inovação, foi criado o produto TD Garantia, promovido pelo Tesouro Nacional e pela B3, inicialmente voltado para usar os títulos como garantia em contratos de aluguel de imóveis. As mudanças trazem vantagens como melhores condições para financiamentos e maior incentivo ao investimento no programa. Com a popularização, espera-se também avanços na educação financeira da população.

s) Aperfeiçoamento da metodologia de apuração da Taxa Referencial (TR)

A metodologia de cálculo da TR foi aperfeiçoada por determinação do CMN para reduzir a amplitude de variações em relação ao valor da Taxa Básica Financeira (TBF). Entre as alterações estão o aumento das casas decimais de parâmetros usados no seu cálculo e a utilização da TBF mensal em substituição à taxa anual.

O aperfeiçoamento da metodologia de cálculo da TR é importante, porque auxilia no gerenciamento de riscos das pessoas expostas à taxa, o que contribui para a viabilidade e a atratividade da contratação de *hedge* (proteção) para ativos ou passivos com cláusula de atualização pela TR.

A TR é uma taxa de juros de referência e compõe a rentabilidade da caderneta de poupança, do FGTS, de fundos imobiliários e de títulos de capitalização, entre outros. É calculada mensalmente a partir da TBF, que por sua vez é obtida a partir das taxas de juros praticadas no mercado de Letras de Tesouro Nacional.

3.3 TRANSPARÊNCIA

Esta seção relata as ações e os resultados que contribuíram para o alcance do objetivo estratégico de “Melhorar a transparência, a qualidade e o fluxo das informações de mercado e do BC”. Nesta dimensão, as iniciativas objetivam melhorar a transparência das informações do BC, do mercado financeiro e do processo de formação de preços, dando oportunidade a toda a população de entender o que o BC faz e como o SFN funciona.

As iniciativas dessa dimensão buscam o aperfeiçoamento das ações de comunicação do BC, a ampliação do contato com a sociedade e a promoção de um SFN cada vez mais transparente em sua relação com os clientes e usuários.

Em razão da complexidade que envolve os temas relacionados ao SFN, muitas vezes as pessoas têm dificuldade para entender os serviços e produtos oferecidos. Uma parte do problema é tratada por meio da Educação, dimensão da

Agenda BC# apresentada mais à frente neste documento. Contudo, além de ensinar a população sobre temas relacionados a finanças, é importante diminuir a assimetria de informações entre os clientes e as instituições financeiras. O SVR, o Fale Conosco e o Registrato são exemplos de iniciativas nesse sentido.

Outra iniciativa importante para fortalecer a Transparência do BC é a promoção de consultas públicas. Elas são um importante instrumento de participação social sobre temas que impactam toda a sociedade. Assim, antes da tomada de decisão e da implementação de medidas regulatórias, a sociedade tem a oportunidade de contribuir para as mudanças em discussão. Em 2024, foram realizadas quinze consultas públicas. [Saiba mais.](#)

A transparência na relação entre cliente, instituição financeira e BC também favorece o fortalecimento de todo o SFN e o melhor uso dos recursos públicos e privados. O uso de tecnologias ou a integração de sistemas de informação facilitam a supervisão das operações pelas instituições financeiras e pelo BC. A redução de custos e a simplificação operacional podem significar desconto nas tarifas e nos juros, além da maior compreensão de todo o processo pelos cidadãos. A clareza das informações favorece a tomada de decisão e o exercício da cidadania financeira.

#Transparência

Cidadania
digital



Ampliação do
contato com
a sociedade



Valores a
Receber



Aperfeiçoamento das
ações de comunicação
do BC



Transparência na
comunicação da
política monetária



Intensificação de uso
de mídias sociais



a) Regulamentação de criptoativos

O BC, no mês de novembro de 2024, colocou em consulta pública três propostas de regulação para o mercado de ativos virtuais, todas com encerramento previsto para 28 de fevereiro de 2025.

A primeira, constante da Consulta Pública 109/2024, apresentou proposta de regulamentação da prestação de serviços de ativos virtuais. Segundo a proposta, as atividades nesse mercado serão desempenhadas pelas sociedades prestadoras de serviços de ativos virtuais, a serem autorizadas pelo BC, que são categorizadas entre as modalidades de intermediárias, custodiantes e corretoras de ativos virtuais. As sociedades corretoras e as sociedades distribuidoras de títulos e valores mobiliários, assim como os bancos, podem atuar nas modalidades de intermediárias e custodian tes de ativos virtuais, observada a disciplina estabelecida.

A segunda proposta, constante da Consulta Pública 110/2024, trata da disciplina sobre os processos de autorizações das sociedades prestadoras de serviços de ativos virtuais, bem como das sociedades que atuam nos mercados de câmbio e de títulos e valores mobiliários. A concepção da proposta se baseou tanto na similaridade das atividades e nos respectivos mercados como em determinações legais definidas para o BC.

Por fim, a terceira, constante na Consulta Pública 111/2024, propõe a regulamentação da inclusão de serviços de ativos

virtuais no mercado de câmbio, completando as atribuições determinadas legalmente ao BC em relação ao mercado de ativos virtuais no país.

Criptoativos são ativos digitais que representam valor e que podem ser comprados, vendidos ou transferidos *on-line*. Eles são criados e registrados usando tecnologia *blockchain*, que é uma espécie de livro digital público e seguro. Criptoativos são usados para diversos fins, como investimento ou pagamentos, e funcionam de maneira descentralizada, sem depender de um governo ou autoridade central para controle.

Por outro lado, moedas digitais, como o Drex, são emitidas e controladas por um governo ou autoridade financeira oficial, como o BC. Diferentemente dos criptoativos, que são geralmente descentralizados e não possuem uma regulamentação formal, as moedas digitais têm um valor estável, são regulamentadas e funcionam como uma extensão digital da moeda oficial de um país. Assim, elas têm a confiança e o respaldo do governo que as emite, enquanto os criptoativos dependem principalmente da confiança dos usuários na tecnologia.

b) Estatísticas de criptoativos

O BC iniciou e vem aperfeiçoando, de forma inovadora, o tratamento dos criptoativos nas estatísticas do setor externo. Na condição de regulador de mercado, o BC está organizando coleta de novas informações sobre criptoativos, incluindo transações líquidas sem contratos de câmbio.

Estão sendo publicadas estatísticas mensais de aquisições e vendas de criptoativos, obtidas a partir de informações dos contratos de câmbio. Os dados disponíveis mostram que os fluxos transnacionais de criptoativos vêm crescendo de forma expressiva desde 2017, tendo alcançado US\$16,7 bilhões em compras líquidas nos doze meses encerrados em outubro de 2024.

O rápido incremento das transações envolvendo criptoativos tem motivado importantes debates nos principais fóruns internacionais sobre como refletir adequadamente esses fluxos nas estatísticas macroeconômicas. O BC tem tido participação destacada nesses fóruns, com apresentações sobre a metodologia utilizada e os resultados alcançados. Em julho de 2024, refletindo o estágio evolutivo dessas estatísticas, o BC passou a adotar novo tratamento metodológico recomendado pelo FMI, reclassificando os criptoativos da balança comercial para a conta de capital do balanço de pagamentos.

O aperfeiçoamento dessa estatística segue em andamento, tendo como próximo passo, apartar entre os fluxos de criptoativos, aqueles relativos a criptoativos sem emissor

(Bitcoin, por exemplo), que seguirão classificados na conta de capital do balanço de pagamentos, e aqueles relativos a criptoativos com emissor (tais como as moedas digitais de bancos centrais e as stablecoins), que deverão ser reclassificados na conta financeira.

c) Novas regras para “financeiras”

As sociedades de crédito, financiamento e investimento (SCFI), conhecidas como “financeiras”, são empresas que oferecem empréstimos e financiamentos para compra de bens e serviços e para capital de giro. O BC abriu uma consulta pública para revisar e atualizar as regras que regem essas instituições. Essa ação faz parte do esforço da Autarquia para ouvir a sociedade e promover transparência.

A proposta de atualização busca consolidar as normas atuais, facilitando a atuação das SCFI de forma alinhada com o restante do sistema financeiro. O BC espera que a atualização traga melhorias para o setor, beneficiando consumidores e ampliando o acesso a crédito no futuro.

d) Revisão de norma sobre crédito imobiliário

O BC realizou uma pesquisa de opinião para revisar as regras que tratam de hipoteca e alienação fiduciária em contratos de crédito imobiliário. Essa revisão é necessária após a aprovação de legislação que trouxe mudanças sobre

os direitos relacionados a imóveis e que permitiu que um mesmo imóvel seja usado como garantia em mais de um empréstimo ou financiamento.

A revisão normativa busca garantir mais segurança e eficácia às operações de crédito garantidas por hipoteca ou por alienação fiduciária. Além disso, os participantes da pesquisa puderam opinar sobre novas regras para a amortização de operações de crédito imobiliário com o objetivo de estabilizar o valor das prestações. Também puderam avaliar a exigência de seguro nas operações de empréstimos a pessoas físicas garantidas por imóveis residenciais, incluindo cobertura para riscos de morte, invalidez permanente do devedor e danos físicos ao imóvel.

Essa ação inédita amplia a participação da sociedade na criação de normas que afetam o crédito imobiliário. O BC espera também que as mudanças facilitem o acesso ao crédito garantido por imóveis.

e) Catálogo de Ativos Financeiros (CAF) – facilidade no registro e depósito de ativos financeiros

O BC lançou o Catálogo de Ativos Financeiros (CAF) para padronizar informações e simplificar o registro e o depósito desses ativos. O CAF uniformizou a nomenclatura, os códigos e as informações mínimas de cada ativo, ajudando a padronizar o tratamento entre as entidades registrado-

ras e depositários centrais. Essa padronização facilitará o processo de autorização, normatização e supervisão dessas operações financeiras.

Além disso, as informações do CAF passarão a ser acessíveis ao público nos sites das entidades autorizadas, aumentando a transparência. O catálogo também fomenta a concorrência entre instituições operadoras de sistemas do mercado financeiro (IOSMF) e facilita a portabilidade de ativos entre elas.

Essas melhorias buscam diminuir barreiras de entrada nesse segmento do mercado financeiro, promovendo um ambiente mais competitivo e inclusivo entre os agentes econômicos.

Ativos financeiros são títulos e instrumentos, passíveis de registro ou de depósito centralizado, que representam direitos ou contratos que dão ao proprietário expectativa de obter ganhos futuros. São exemplos de ativos financeiros: Certificado de Depósitos Bancários (CDB), letras financeiras, duplicatas escriturais, recebíveis de arranjos de pagamentos e objetos de desconto em operação de crédito ou escriturados.

f) Duplo fator de autenticação para maior segurança no SVR

O SVR permite que cidadãos verifiquem e resgatem valores disponíveis em suas contas. Para aumentar a segurança, o BC implementou um duplo fator de autenticação (2FA) para solicitações acima de R\$100.

Quem deseja resgatar valores superiores a essa quantia precisa acessar o sistema usando um código adicional, gerado pelo aplicativo gov.br. Esse código, chamado 2FA, é uma etapa a mais para garantir a segurança dos usuários em suas solicitações de devolução no SVR.

Para valores até R\$100, o acesso segue sendo feito por meio do uso de uma conta gov.br nível prata ou ouro, sem o 2FA.

Por meio do SVR, os cidadãos podem verificar se têm dinheiro esquecido em algum banco ou outra entidade do SFN, referente a saldo em contas-correntes ou poupança encerradas; recursos de grupos de consórcio encerrados; cotas de capital e rateio de sobras líquidas de beneficiários e participantes de cooperativas de crédito; saldo em contas de registro mantidas por corretoras e distribuidoras de títulos e valores mobiliários; tarifas cobradas indevidamente; parcelas ou obrigações relativas a operações de crédito cobradas indevidamente; e outras situações que ensejam valores a devolver reconhecidas pelas instituições.

g) Consulta de valores a receber de empresas encerradas no SVR

Agora, o representante legal de uma empresa encerrada pode consultar valores esquecidos usando o SVR. O acesso é feito pela conta gov.br, e é necessário assinar um termo de responsabilidade. Essa nova funcionalidade facilita a recuperação de valores de empresas que estão com Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) inativo.

O processo inclui a verificação do valor disponível e dados de contato com a instituição financeira para resgate. É necessário entrar em contato com a instituição financeira para apresentar os documentos que comprovem ser o representante legal da empresa e realizar o resgate.

Essa ação do BC visa simplificar o acesso a recursos esquecidos, promovendo transparência e segurança. [Saiba mais.](#)

Total de valores esquecidos (R\$)

Data-base: 11/2024

Valores a receber + Valores devolvidos

17.633.719.461,77

Valores a receber (R\$)			Valores devolvidos		
Natureza	Valores a receber (R\$)	Quantidade de beneficiários	Natureza	Valores devolvidos	Quantidade de beneficiários
Pessoa física	8.699.502.142,25	44.546.559	Pessoa física	8.934.217.319,52	25.279.680
Pessoa jurídica	1.973.459.049,42	3.874.333	Pessoa jurídica	2.348.433.895,14	2.131.867



SUMÁRIO

QUEM
SOMOSNOSSA
FORÇA
E
NOSSOS
RECURSOSNOSSOS
RESULTADOS

h) Avaliação da Política de Relacionamento com Clientes e Usuários (PRC) em novas instituições

Foi realizada ação de supervisão em novas instituições de pagamento (IP), sociedade de crédito direto (SCD) e sociedade de empréstimo entre pessoas (SEP) para avaliar a aderência aos seguintes aspectos:

- » existência de governança, estruturas organizacionais, sistemas, processos, controles e modelo de gestão da PRC; e
- » adequação e suficiência da PRC quanto à gestão do risco de relacionamento com clientes e usuários.

A atividade de supervisão foi executada em 69 novas instituições, responsáveis por 80% dos clientes do sistema financeiro nacional. As inconformidades foram encaminhadas às instituições para regularização, resultando em um sistema financeiro mais preparado para oferecer produtos e serviços aos clientes e usuários.

Para 2025, está previsto o acompanhamento das irregularidades apresentadas, além do desenvolvimento de novos trabalhos.

i) Cálculo e divulgação da Taxa Legal e das taxas prefixadas remuneratórias do FAT e do FMM

A Taxa Legal foi criada para uniformizar a aplicação de juros na correção de valores de obrigações, em situações em que não estão estabelecidos os critérios de correção dos valores. São exemplos dessas situações: indenizações por perdas e danos, indenizações a serem pagas por seguradoras, correção de pagamentos atrasados ou quitação de débitos de contratos sem taxa previamente acordada.

Desde agosto de 2024, o BC calcula e divulga mensalmente essa taxa por meio de comunicados em seu site e no Diário Oficial da União (DOU). A metodologia usa a taxa Selic diária e a variação do IPCA-15 no cálculo. Se o resultado for negativo, a taxa será zero. O regime de juros utilizado é o simples, seguindo o padrão aplicado em condenações judiciais.

É possível utilizar a [Calculadora do Cidadão](#) para simular correções pela Taxa Legal. Essa ferramenta está disponível gratuitamente no site do BC e em lojas de aplicativos. A série histórica das taxas está disponível ao público no Sistema Gerenciador de Séries Temporais do BC (SGS).

Por determinação do CMN, o BC passou a calcular e a divulgar igualmente as taxas de juros prefixadas específicas para remuneração do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) e do Fundo da Marinha Mercante (FMM), quando utilizados por instituições públicas federais em financiamentos.

j) Pesquisadores do BC

O BC lançou a plataforma [Pesquisadores do BC](#), onde é possível acessar o perfil individual de cada pesquisador. Nos perfis, encontram-se informações sobre formação acadêmica, áreas de interesse, trabalhos em desenvolvimento e publicações, tanto internas quanto externas. Muitos desses trabalhos são divulgados na Série de Trabalhos para Discussão do BC, na Revista da Procuradoria do Banco Central ou utilizados em relatórios institucionais, como o Relatório de Inflação, o Relatório de Estabilidade Financeira e o Relatório de Economia Bancária. Nas publicações externas, encontram-se inúmeros artigos publicados em periódicos nacionais e internacionais de renome.

A página tem como objetivo aumentar a transparência e facilitar a colaboração entre pesquisadores do BC e de outras instituições, como bancos centrais e instituições multilaterais, que atuam em temas similares. Assim, promove-se maior interação e troca de conhecimento, o que contribui para estudos mais aprofundados nas áreas de interesse do BC.

k) BC Blog

O [BC Blog](#), canal de comunicação entre servidores do BC e a sociedade para apresentação de análises e estudos desenvolvidos na Instituição, foi criado em dezembro de 2023. Ao longo de 2024, foram publicadas dezessete postagens, de autoria de 25 servidores oriundos de seis departamen-

tos do BC, que também contaram com a colaboração de pesquisadores de outras instituições, como Banco Mundial, Insper e Universidade Federal Fluminense. As publicações abordaram uma variedade de temas relevantes para a economia e para o sistema financeiro brasileiro, incluindo meios de pagamento como PIX, tributação e política fiscal, projeção de variáveis macroeconômicas usando métodos avançados, criptoativos, notícias falsas, sustentabilidade, educação financeira e o papel do banco central.

Em conjunto, as postagens do BC Blog em seu primeiro ano demonstram o compromisso da Instituição em promover o debate público sobre temas econômicos relevantes, com base em análises rigorosas e dados atualizados. A diversidade de temas abordados reflete a amplitude da atuação da Autarquia e a importância de seus estudos e análises para a discussão sobre o desenvolvimento econômico e social do país.

I) Procedimentos para seleção de projetos de pesquisa de iniciativa de pesquisadores externos

No intuito de atender à crescente necessidade de estudos e potencializar as sinergias existentes com o meio acadêmico, o BC tem realizado uma série de trabalhos conjuntos com pesquisadores externos à Autarquia. Com o objetivo de aperfeiçoar esse relacionamento, foram aprovados modelos de acordos a serem firmados com instituições e com pesquisadores, bem como procedimentos para a seleção de projetos de pesquisa de iniciativa de pesquisadores externos. [Saiba mais](#).

3.4 EDUCAÇÃO

Esta seção relata as ações e os resultados que contribuíram para o alcance do objetivo estratégico de “Estimular a poupança e a participação consciente no mercado”. Nesta dimensão da Agenda BC#, são desenvolvidas iniciativas que favorecem a compreensão sobre produtos, conceitos e riscos financeiros.

As iniciativas buscam levar mais conhecimento aos cidadãos sobre os riscos e as oportunidades financeiras, e ainda sobre onde procurar informações ou ajuda para a tomada de decisão. Por meio de informação precisa e em linguagem simples, consumidores e investidores financeiros desenvolvem conhecimento e habilidades para fazerem escolhas que melhorem o seu bem-estar financeiro. As iniciativas da dimensão Educação também buscam incentivar o hábito de poupar e a redução do endividamento. [Saiba mais](#).

a) Nova plataforma do Aprender Valor

O Aprender Valor é um programa do BC que oferece educação financeira gratuita para estudantes do ensino fundamental. A nova plataforma do programa está mais simples e acessível, reunindo materiais e ferramentas em um só lugar para facilitar o aprendizado. Agora, além das escolas públicas, escolas particulares e cidadãos em geral têm acesso.

Em 2024, oito novos projetos foram disponibilizados na plataforma, incluindo três para Educação de Jovens e Adultos. Também foram lançados, em 2024, um novo curso *on-line* sobre Elaboração de Projetos Escolares com Educação Financeira, quatro podcasts sobre Educação Financeira Pessoal e cinco vídeos curtos sobre temas emergentes de educação financeira, como golpes e fraudes.

Hoje, o Aprender Valor já está presente em mais de 25 mil escolas, alcançando 62% dos municípios brasileiros. O BC planeja expandir o programa para o ensino médio e adaptar o conteúdo para comunidades indígenas, quilombolas e estudantes com necessidades educacionais específicas.

[Saiba mais](#).

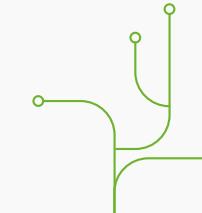
O programa Aprender Valor leva educação financeira, de forma gratuita, para alunos do ensino fundamental de escolas públicas de todo o país. A ação busca transformar a relação das crianças e dos adolescentes com o dinheiro, promovendo consciência, responsabilidade e autonomia no uso de recursos financeiros.

Idealizado pelo BC, o Aprender Valor foi financiado, de junho de 2019 a junho de 2024, com recursos do Fundo de Defesa de Direitos Difusos (FDD), do Ministério da Justiça e Segurança Pública, e desenvolvido em parceria com o Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Educação da Universidade Federal de Juiz de Fora (CAEd/UFJF). Desde julho de 2024, a sustentabilidade do programa cabe ao BC e a patrocinadores que querem contribuir com a evolução do serviço disponível.

Os recursos educacionais do programa estão disponíveis em plataforma *on-line*, criada pelo CAEd/UFJF, onde é possível acessar projetos escolares, cursos de formação e avaliações de aprendizagem. Os projetos escolares com educação financeira, que seguem as diretrizes da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), são aplicados por meio do conteúdo das disciplinas de Língua Portuguesa, Matemática e Ciências Humanas.



**Imagine aprender
a cuidar do seu
dinheiro
desde pequeno?**



135 mil

usuários cadastrados na
plataforma do programa

25 mil

escolas em 3,4 mil
municípios

18 mil

formações do programa
concluídas

90 mil

alunos em
letramento financeiro

Em 2024,
foram mais de
16 mil projetos
escolares acessados

Em 2024,
foram avaliados
mais de

b) Projeto Start – Endiv-IA

O projeto Endiv-IA, que explorou técnicas de *machine learning* na predição do superendividamento, foi um dos projetos inovadores escolhidos para participar da Start, aceleradora de inovações que se propõe a utilizar IA aplicada a casos reais de interesse do BC. O projeto foi desenvolvido em colaboração com pesquisadores associados à Uni-

versidade Federal de Pernambuco (UFPE) e teve seis meses de duração, entre setembro de 2023 e fevereiro de 2024.

Utilizando-se uma amostra representativa de cidadãos tomadores de crédito, composta por diversas variáveis cadastrais e comportamentais de crédito, foi produzido um relatório que apresenta os resultados encontrados. O Endiv-IA possibilitou um melhor entendimento do superendivi-

damento e a visualização dos principais indicadores preditivos à sua ocorrência, como o uso do limite de crédito e a frequência de utilização do rotativo do cartão de crédito.

Como próximos passos, pretende-se aprimorar a previsão e confirmar os resultados preliminares encontrados no projeto. As principais variáveis explicativas poderão ser monitoradas para acompanhamento da situação financeira da população, auxiliando nas políticas e nas ações de prevenção ao superendividamento e potencial aprimoramento da metodologia de cálculo do endividamento de risco.

c) Mutirão para ajudar cidadãos a renegociar dívidas e melhorar a saúde financeira

O BC realizou, em conjunto com a Federação Brasileira de Bancos (Febraban), a Secretaria Nacional do Consumidor (Senacon) e dos departamentos de defesa do consumidor (Procons) de todo o país, um novo Mutirão de Negociação e Orientação Financeira para incentivar a redução da inadimplência. O evento tem como objetivo facilitar a renegociação de dívidas em atraso e fornecer orientação financeira aos participantes.

Dívidas como as de cartão de crédito, cheque especial, empréstimos pessoais e outros créditos em atraso puderam ser renegociadas. A renegociação ocorreu diretamente com as instituições financeiras por meio do site [consumidor.gov](#) ou em Procons parceiros.

Endividamento, inadimplência e superendividamento: entenda a diferença



Endividado



Quando se assume uma prestação ou um compromisso financeiro para pagar no futuro.



Inadimplente



Quando há atraso ou deixa-se de pagar parcelas ou compromissos financeiros assumidos.



Superendividado



Quando o endividamento se torna tão elevado a ponto de comprometer o suprimento das necessidades básicas, como alimentação e moradia.

d) Semana ENEF – Edição especial Rio Grande do Sul

A Semana Nacional de Educação Financeira (Semana ENEF) é uma campanha anual do Fórum Brasileiro de Educação Financeira (FBEF) para promover a educação financeira no Brasil de forma gratuita.

Em maio, foi realizada a edição regular da Semana ENEF com o tema “Proteção financeira contra fraudes e golpes”. A participação do BC se deu por meio da publicação

de postagens nas redes sociais com orientações sobre esse tema. Durante as semanas seguintes, o BC realizou campanha informativa com apoio de influenciadores digitais com o tema “Antes de confiar, melhor verificar”.

Devido às chuvas e enchentes no Rio Grande do Sul em abril e maio, foi lançada uma edição especial da Semana ENEF no estado, no mês de setembro. O tema central foi o mesmo da edição regular: “Proteção financeira contra fraudes e golpes”.

O BC apoiou a iniciativa “Recupera, tchê!”, liderada pela Nossa Escola para Planejadores Financeiros e lançada durante a edição especial da Semana ENEF. O objetivo era levar informações, via redes sociais e [site próprio](#), para ajudar a população gaúcha a se reorganizar financeiramente.

Cooperativas de crédito, que têm forte presença no Sul, são parceiras importantes nessa mobilização, promovendo iniciativas importantes de educação financeira. A edição especial trouxe palestras, cursos e oficinas com foco em organização financeira, crédito e investimentos.

e) Meu Bolso em Dia ajuda cidadãos a melhorar suas finanças

A Febraban, em parceria com o BC, oferece uma plataforma em seu website chamada Meu Bolso em Dia. Ela ajuda as pessoas a organizar suas finanças de forma simples e personalizada. A plataforma analisa a situação financeira de cada usuário e cria um plano personalizado para ajudar a melhorar suas finanças.

Há mais de 250 mil pessoas cadastradas na plataforma, sendo que a maioria dos usuários foi classificada nas faixas mais baixas de saúde financeira segundo o índice, o que demonstra a importância da educação financeira.

A plataforma Meu Bolso em Dia é gratuita e utiliza um sistema de aprendizado interativo, onde o usuário acumula pontos ao cumprir metas. Esses pontos podem ser trocados por prêmios em instituições financeiras parceiras. O diagnóstico é feito com base no Índice de Saúde Financeira do Brasileiro (I-SFB), que ajuda a entender as necessidades de cada usuário.

A plataforma oferece trilhas de aprendizagem, que ensinam como sair das dívidas ou planejar a compra de um imóvel. O conteúdo é variado, incluindo vídeos e infográficos, para atender a diferentes preferências de aprendizado.

f) BC discute avanços e qualidade da inclusão financeira global

A inclusão financeira significa garantir que todos tenham acesso a serviços como crédito, poupança, pagamentos, seguros, previdência e investimentos. Ela ajuda pessoas a empreender e impulsiona a economia.

Em março, julho e setembro, o BC coordenou as reuniões do G20 específicas para tratar desse assunto. Nesses encontros, o BC e outros países discutiram formas de aumentar a qualidade desse acesso no mundo. Destacou-se que, embora mais pessoas tenham acesso a esses serviços, ainda

faltam qualidade e segurança, especialmente em regiões mais carentes. A falta de conhecimento e o uso inadequado dos serviços podem levar ao endividamento elevado. Atualmente, aproximadamente 85% da população brasileira acessa e utiliza serviços bancários ou similares.

No encontro de setembro, o BC, em parceria com a Gates Foundation e com a Fundação Getúlio Vargas (FGV), promoveu o simpósio internacional *The Journey of Financial Inclusion: from Access to Financial Well-Being*, realizado às margens do G20. O evento, com transmissão pelo [YouTube](#), buscou debater a jornada de inclusão financeira dos cidadãos, incluindo análises e estudos de caso sobre políticas de acesso, questões relacionadas ao uso dos produtos e serviços financeiros, até os desafios para se promover o bem-estar financeiro dos indivíduos e famílias.

g) Limite máximo para juros do cartão de crédito entra em vigor

O cartão de crédito permite compras com pagamento posterior, mas quando a fatura não é quitada na data de vencimento, os juros do crédito rotativo podem gerar dívidas altas. Desde janeiro de 2024, os juros sobre essas dívidas e no parcelamento das faturas ficaram limitados a um teto. Assim, o valor total de uma dívida de cartão de crédito não pode ultrapassar o dobro do valor inicial. Ou seja, se uma dívida começa em R\$100, o máximo que ela pode alcançar, com juros e encargos, é R\$200.

A medida busca reduzir a inadimplência e o endividamento das famílias. Ela também faz parte de uma série de ações voltadas para o uso consciente do cartão de crédito e o fortalecimento da educação financeira. Outras medidas recentes incluem novas regras para facilitar o entendimento das faturas e incentivar práticas de crédito mais responsáveis, ajudando a prevenir o superendividamento.

h) Indicador de juros acumulados no cartão de crédito

Para garantir que o limite de juros do cartão de crédito esteja sendo respeitado, o BC começou, em fevereiro, a divulgar indicadores sobre o cumprimento da regra. O objetivo da divulgação é permitir que o público acompanhe se as instituições financeiras estão cumprindo o novo limite. Para isso, o BC utiliza dados de uma amostra de quinze instituições que possuem grande volume de operações com cartão de crédito. A escolha desse grupo inicial permitiu que o indicador fosse disponibilizado rapidamente, viabilizando o monitoramento dos efeitos da lei desde sua implementação.

A partir de 2025, o levantamento será ampliado para incluir um número maior de instituições, oferecendo uma visão ainda mais abrangente sobre o impacto da nova regra no mercado de crédito.

3.5 SUSTENTABILIDADE

Esta seção relata as ações e os resultados que contribuíram para o alcance do objetivo estratégico de “Promover finanças sustentáveis e contribuir para redução de riscos sociais, ambientais e climáticos na economia e no Sistema Financeiro”.

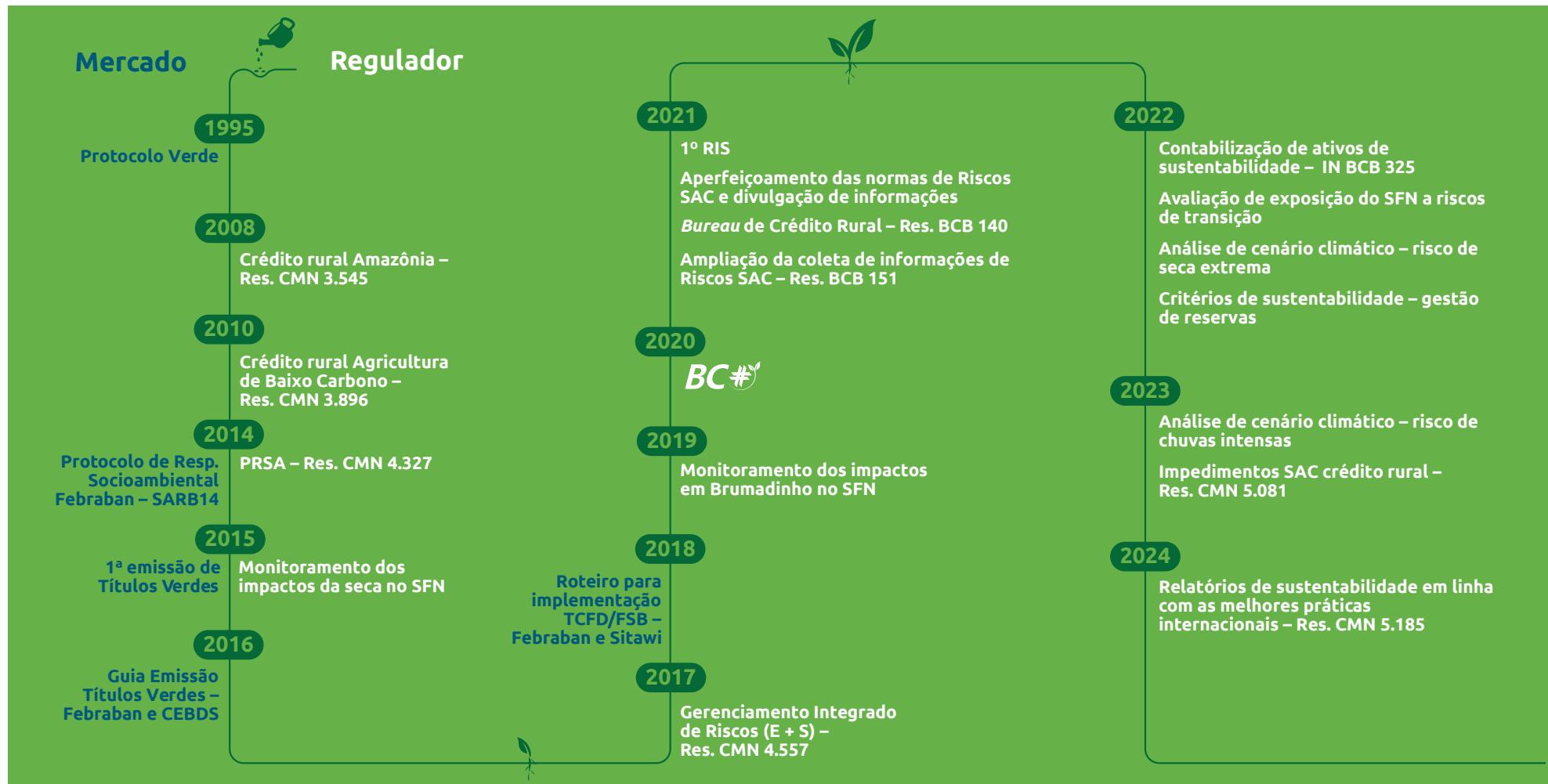
As iniciativas visam a promover finanças sustentáveis, gerenciar riscos e responsabilidades socioambientais e climáticos na economia e no SFN. A intervenção foca nos cenários de atuação do BC e inclui os diversos agentes do sistema econômico-financeiro. Também busca ampliar recursos do SFN para projetos sustentáveis, incentivar a troca de experiências, adotar melhores práticas internacionais e promover alinhamento à agenda global de sustentabilidade.

Eventos climáticos, como secas e inundações, podem impactar os preços e a inflação, além de desafiar a estabilidade financeira. Para enfrentar esses desafios, o BC tem trabalhado em várias frentes, sendo uma delas o Comitê Ecos, iniciativa citada no capítulo “Nossas Forças Nossos Recursos”, na seção “Ações para redução do consumo de recursos naturais”, deste relatório. Outra frente de atuação foi a atualização da PRSAC-BC, conforme detalhado mais à frente.

O BC também publica o Relatório de Riscos e Oportunidades Sociais, Ambientais e Climáticos (RIS), que apresenta as ações adotadas para lidar com os riscos e oportunidades ambientais, sociais e climáticos, tanto internamente quanto no SFN e na sociedade. Em 2024, o BC publicou a quarta

edição do relatório, referente ao período de julho de 2023 a junho de 2024. O RIS 2024 inovou com um novo capítulo chamado “Perspectivas”, que destaca iniciativas em andamento com projeção de conclusão em 2025. [Saiba mais](#).

Essas medidas fortalecem a posição do BC como referência em finanças sustentáveis, contribuindo para um sistema financeiro mais seguro e preparado para os desafios climáticos.



a) Regulação ESG

Em 2024, o BC avançou em sua agenda regulatória relacionada à ESG. A partir de 2026, as instituições financeiras de maior porte terão de elaborar e divulgar, juntamente com suas demonstrações financeiras, o relatório de informações financeiras relacionadas à sustentabilidade. A obrigatoriedade está em conformidade com os pronunciamentos IFRS S1 – *General Requirements for Disclosure of Sustainability-related Financial Information* e IFRS S2 – *Climate-related Disclosures*, emitidos pelo International Sustainability Standards Board (ISSB) e aprovados pelo Comitê Brasileiro de Pronunciamentos de Sustentabilidade (CBPS).

b) Atualização de regras de divulgação de relatório de riscos climáticos no setor financeiro

O BC lançou consulta pública para atualizar as regras de divulgação do Relatório de Riscos e Oportunidades Sociais, Ambientais e Climáticos (GRSAC) produzido pelas instituições financeiras.

Seis temas principais foram objeto da consulta, incluindo padrões internacionais e indicadores de risco climático, com o objetivo de alinhar o setor financeiro a práticas globais. Uma das principais mudanças é que o relatório passará a apresentar dados quantitativos, pois, atualmente, apenas informações qualitativas são obrigatórias.

O relatório atualizado permitirá que os investidores e o público em geral tenham melhor acesso às informações de sustentabilidade, possibilitando comparar a exposição aos riscos social, ambiental e climático entre instituições.

c) Redução de custos e simplificação de normas do Proagro

O BC aprovou novas regras para reduzir custos e simplificar processos no Proagro, com previsão de economia de R\$871 milhões no segundo semestre de 2024 e R\$1,8 bilhão em 2025.

Entre as principais mudanças, o BC reduziu o limite obrigatório para adesão ao Proagro, focando no apoio a agricultores familiares e pequenos produtores. Também ajustou os valores das indenizações em áreas de maior risco climático, incentivando o uso de boas práticas agrícolas. Outra medida simplificou o cálculo do valor máximo para a Garantia de Renda Mínima, reduzindo o teto anual para R\$9.000,00.

A simplificação do processo de pagamento de indenizações também é uma medida importante. Com isso, o processo ficou mais rápido e previsível, além de diminuir conflitos e facilitar o acesso de pequenos produtores ao programa.

Essas mudanças visam a tornar o Proagro mais eficiente e acessível, beneficiando pequenos agricultores e aumentando a confiança no programa.

O Proagro é um programa de apoio financeiro aos produtores rurais, cobrindo perdas causadas por eventos meteorológicos adversos e pragas e doenças sem controle. A Garantia de Renda Mínima é um mecanismo que visa a proteger agricultores familiares contra perdas significativas de renda decorrentes de eventos meteorológicos adversos como secas e enchentes, além de pragas e doenças sem controle. Dessa forma, em situações de crise, os agricultores familiares não ficam desassistidos.

d) Perspectivas de avanços no crédito rural

Na agenda evolutiva do crédito rural, o BC trabalha em projeto de aprimoramento do *Bureau de Crédito Rural* com dois pilares: a) um sistema de monitoramento das operações de crédito rural pós-contratação; e b) um sistema de consultas a informações creditícias e ambientais dos mutuários.

O sistema de monitoramento permitirá acompanhar de forma automatizada a conformidade das operações contratadas, durante toda a sua vigência, com as normas do crédito rural, inclusive as ambientais. As operações de crédito rural enquadradas no Proagro farão parte do primeiro piloto de monitoramento com uso intensivo de imagens de satélite a ser desenvolvido.

Já o sistema de consultas permitirá, mediante autorização do mutuário, que terceiros consultem seus dados de crédito tanto no sistema bancário quanto no mercado de capitais. O sistema de consultas também disponibilizará o acesso a dados ambientais relativos aos imóveis, tais como o Cadastro Ambiental Rural e embargos.

e) G20 TechSprint – competição global para inovação em finanças sustentáveis

Sob a presidência brasileira do G20, o BC e o Centro de Inovação do Banco de Compensações Internacionais (BISIH) lançaram, em 2024, a quinta edição do G20 TechSprint. O evento é um concurso internacional que busca soluções baseadas em tecnologias inovadoras para endereçar desafios comuns e prioridades da comunidade de bancos centrais e reguladores globais. O objetivo dessa edição foi estimular o desenvolvimento das finanças sustentáveis, com desafios alinhados às prioridades do G20 em 2024, que incluíram alterações climáticas, degradação ambiental e redução da pobreza.

Foram abertos três desafios. No primeiro, buscou-se soluções tecnológicas inovadoras que possam ser utilizadas para incentivar e atrair investimentos sustentáveis e inclusivos orientados à biodiversidade e à preservação da natureza. No segundo, soluções tecnológicas inovadoras que melhorem a coleta, a agregação e a análise de dados ESG para facilitar a devida diligência, a divulgação e a gestão de riscos e oportunidades ESG por diversos agentes. Finalmente, no terceiro desafio, buscou-se soluções orientadas a dados de código

aberto que possam ser utilizadas para apoiar decisões financeiras e a alocação de capital alinhadas com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), incluindo preservação da biodiversidade, alterações climáticas, educação e inclusão financeiras, energia limpa, redução da pobreza.

O G20 TechSprint atraiu inovadores, empresários, *startups*, agentes de mudança, criadores, programadores, cientistas de dados e especialistas em finanças sustentáveis do mundo todo para participar dos desafios. Houve um recorde de submissões com 110 propostas recebidas, sendo que quinze foram selecionadas como finalistas. As propostas vieram de 21 países diferentes, dos mais diversos continentes. Um painel independente de especialistas apontou os três vencedores, além de três menções honrosas. [Saiba mais](#).

f) Brasil avançou como referência em finanças sustentáveis

O relatório *Global Progress Brief 2024*, é organizado pelo Sustainable Banking and Finance Network (SBFN), e destaca o Brasil como referência entre 66 economias emergentes. O relatório avalia a agenda de finanças sustentáveis, em que são consideradas as políticas, regulações e iniciativas voluntárias dos países, como a autorregulação.

A agenda das finanças sustentáveis brasileira encontra-se em estágio “consolidado” ao lado de China, Indonésia, Colômbia, México e Geórgia. O Brasil tem avançado no tema, reforçando o compromisso com o desenvolvimento

sustentável com o objetivo de preparar o setor financeiro para desafios futuros e incentivar práticas que beneficiem a economia e o meio ambiente.

g) Nova Política de Responsabilidade Social, Ambiental e Climática do BC (PRSAC-BC)

A Política de Responsabilidade Socioambiental do BC, criada em 2017, foi atualizada em 2024 com a inclusão da dimensão climática. Como regulador, cabe ao BC refletir sobre suas próprias políticas, que tendem a ser um importante instrumento de orientação estratégica e de transformação interna e no âmbito do SBN. Trata-se também de um elemento reputacional relevante.

A PRSAC-BC consiste em conjunto de princípios e diretrizes de natureza social, ambiental e climática a ser observado pelo BC na condução das suas atividades e dos seus processos, bem como na sua relação com as partes interessadas.

Entre os objetivos específicos da PRSAC-BC estão: contribuir para o desenvolvimento sustentável do país em suas três dimensões, social, ambiental e econômica; estimular a cultura de sustentabilidade na Instituição; e estimular as instituições integrantes do SBN a participarem do processo de desenvolvimento equilibrado do país, promovendo as finanças sustentáveis, a responsabilidade e o gerenciamento adequado dos riscos sociais, ambientais e climáticos do sistema.

A PRSAC-BC, agora, possui dez diretrizes estratégicas, cinco delas adicionadas em 2024. Três focam a atuação interna do BC: integrar critérios sociais, ambientais e climáticos na governança e decisões internas; adotar práticas sustentáveis em suas instalações e atividades; e criar ferramentas para monitorar os impactos sociais, ambientais e climáticos de suas ações.

As outras duas diretrizes têm foco externo: apoiar políticas do BC que incorporem critérios de sustentabilidade e promovam o desenvolvimento sustentável; e estabelecer parcerias para incentivar responsabilidade socioambiental, diálogo com partes interessadas e participação cidadã.

[Saiba mais.](#)

h) Pesquisa de Estabilidade Financeira – Riscos Climáticos

A Pesquisa de Estabilidade Financeira – Riscos Climáticos tem por objetivo identificar as percepções das instituições financeiras sobre como os riscos climáticos podem afetar a estabilidade financeira. De acordo com pesquisa realizada pelo BC junto a 83 instituições financeiras, embora o impacto relatado de eventos climáticos em 2023 tenha sido muito baixo nas instituições, os riscos físicos devem ganhar relevância em horizontes mais longos.

Os principais destaques são os efeitos decorrentes de secas, escassez de recursos naturais e desertificação. Eventos climáticos físicos afetariam o SFN principalmente por meio de

danos aos ativos e processos produtivos, perdas e aumentos de custos para os tomadores, e aumento da inadimplência. Menos da metade dos respondentes gerenciam riscos de transição, os quais seriam transmitidos ao SFN principalmente via mudanças na regulação climática, custos de atendimento à regulação e aumento da inadimplência. Destaca-se ainda o aumento da abrangência de ações que as instituições estão adotando para mitigar os efeitos de riscos climáticos, mas com grande heterogeneidade dentro do grupo pesquisado.

i) Risco climático de transição: estimativa de impacto no SFN

Para avaliar os impactos econômicos e as possíveis perdas para as instituições financeiras em um cenário de transição climática, foi usado um modelo computacional chamado equilíbrio geral computável (CGE – *computable general equilibrium*), associado a um modelo econométrico de avaliação de variáveis macroeconômicas. O objetivo é simular os custos adicionais envolvidos na transição para uma economia com menor emissão de carbono.

No modelo, o custo adicional das emissões é representado por uma taxa aplicada aos setores que emitem gases de efeito estufa. Foram simulados dois cenários em que esses custos aumentariam gradualmente entre 2025 e 2030, chegando a US\$50 e US\$100 por tonelada emitida. Os setores de agricultura, pecuária e transportes apresentam as maiores reduções no valor adicionado quando comparados a um

cenário sem a taxa de carbono. As perdas das instituições financeiras concentram-se principalmente nos setores de indústrias de transformação, construção e transporte devido ao aumento dos ativos problemáticos nessas áreas.

O risco climático de transição refere-se aos impactos econômicos, financeiros e sociais associados ao processo de adaptação da economia para reduzir ou compensar as emissões de gases de efeito estufa e alcançar metas climáticas. Esses riscos surgem das mudanças nas políticas, regulamentações, tecnologias e preferências de mercado que visam combater as mudanças climáticas.

O modelo de equilíbrio geral computável (CGE) é uma ferramenta de análise econômica que simula o funcionamento de uma economia inteira, levando em conta as interações entre diferentes setores, agentes econômicos (como consumidores, empresas e governo) e mercados. Ele é baseado em um sistema de equações matemáticas que descreve como os agentes econômicos tomam decisões e como essas decisões afetam a oferta e a demanda de bens, serviços e fatores de produção.

3.6 EXCELÊNCIA

A Agenda BC# tem evoluído, desde sua criação, para agrupar novas dimensões e fortalecer as já existentes. Com o intuito de dar transparência ao encaminhamento de questões relacionadas aos servidores e à melhoria de processos internos e de governança administrativa, foi criada a dimensão Excelência.

Essa dimensão foi implementada em 2023 e está vinculada ao objetivo estratégico “Aprimorar o BC por meio de inovações, tecnologia, uso eficiente de recursos e alinhamento às melhores práticas internacionais”.

A dimensão Excelência possui três temas que agrupam as principais frentes de atuação na modernização da gestão de pessoas, da carreira dos servidores e da gestão administrativa.

O primeiro tema é o Valor ao Servidor, que contém as principais frentes de atuação para implementar iniciativas visando a modernização da carreira de especialista do BC. Esse tema inclui ações como programas de desenvolvimento profissional, políticas de remuneração, assim como benefícios que facilitem o equilíbrio entre vida pessoal e trabalho.

O segundo tema é o Fortalecimento Institucional, que congrega ações que visam aperfeiçoar a capacidade do BC no tratamento de assuntos administrativos e na resolução de questões de gestão de pessoas que necessitam de uma atenção maior.

O terceiro tema é a Gestão de Riscos, que busca promover maior aderência da gestão de riscos das exposições do balanço patrimonial do BC a melhores práticas observadas em bancos centrais considerados como autônomos.

a) Programa de Diversidade e Inclusão (PDI)

No âmbito do Programa de Diversidade e Inclusão (PDI), o BC realizou pesquisa sobre o tema com o objetivo de diagnosticar como o assunto tem sido tratado internamente. A partir dos dados coletados, a Instituição visa promover ações para fortalecer uma cultura inclusiva e plural, contribuindo para um ambiente de trabalho mais inovador e criativo.

Em 2024, foram criados dois grupos de afinidade com os temas gênero e pessoas com deficiência. O objetivo dos grupos é propor ações para aumentar a diversidade e a inclusão em cada recorte temático. Em 2025, serão formados novos grupos sobre os temas Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais/Transgêneros/Travestis, Queer, Intersexual, Assexual, Pansexual entre outros (LGBTQIAP+), e cor/raça e etnia.

b) Trilha de aprendizagem em inovação no sistema financeiro

Como parte de um esforço contínuo para capacitar os servidores do BC e prepará-los para as mudanças tecnológicas no setor financeiro, a UniBC lançou a Trilha de Aprendizagem Inovação no SFN.

A trilha inclui módulos que abordam desde conceitos básicos às tecnologias emergentes, além dos comportamentos necessários para enfrentar os desafios atuais e futuros, alinhando a Instituição às melhores práticas internacionais. Em relação ao conteúdo técnico, são oito temas: DLT/Blockchain e Ativos Virtuais; Moedas Digitais de Bancos Centrais; Inteligência Artificial e Machine Learning; Open Finance; Uso e Tratamento de Dados; Mineração de Dados; Compartilhamento de Tecnologias e Sistemas do BC; e Segurança Cibernética e Fraudes.

Como parte da Trilha Inovação no SFN, foram realizadas oficinas em que os gestores – estratégicos, táticos e operacionais – puderam discutir de que forma a sua atuação pode fomentar ou inibir as iniciativas de inovação por parte tanto da equipe quanto dos líderes.

c) Jubileu do Programa de Pós-Graduação

Em 2024, o BC celebrou os cinquenta anos de seu Programa de Pós-Graduação (PPG). Desde sua criação, o programa capacitou 752 servidores, oferecendo licenças remuneradas para cursar mestrado, doutorado e pós-doutorado. Realizada no Auditório Dênio Nogueira, em Brasília, em junho de 2024, a cerimônia destacou a evolução do PPG e sua importância na formação técnica especializada dos servidores, bem como os resultados institucionais alcançados por intermédio desse programa.



A celebração dos cinquenta anos do PPG reforça o compromisso continuado do BC com a educação e o desenvolvimento de seus profissionais.

d) Centro de excelência para ciência de dados e inteligência artificial

O BCB criou o Centro de Excelência de Ciência de Dados e Inteligência Artificial (CdE IA) com o objetivo de contribuir para a evolução e o uso da ciência de dados e da IA na Instituição. O CdE IA tem caráter consultivo e propositivo, e é uma comunidade de práticas composta por especialistas na área.

A iniciativa se alinha ao objetivo estratégico de aprimorar o BC por meio de inovações, tecnologia, uso eficiente de recursos e alinhamento às melhores práticas internacionais e ao Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação 2020-2025 da Autarquia. Além disso, o CdE IA contribui para a mitigação parcial desses riscos relacionados a recursos humanos, conforme mencionado no capítulo “Quem Somos”.

O CdE IA tem a atribuição de propor ao BC diretrizes de governança para o uso e o desenvolvimento, seguros e éticos, de serviços de *software* que utilizam ciência de dados e IA, bem como sugerir requisitos para produtos e serviços de IA generativa para uso na Instituição. Além disso, deve propor programa permanente com ações de capacitação em ciência de dados e IA.

e) Concurso 2024

Em 2023, por meio da Portaria MGI 3.620, foi autorizada a realização de concurso público pelo BC. Após dez anos de reiteradas solicitações, a norma citada autorizou o provimento de apenas cem vagas para o cargo de Analista do Banco Central, que foram distribuídas em duas áreas: Economia e Finanças, e Tecnologia da Informação. O concurso visa recompor pequena parte do quadro de servidores, que sofreu significativa redução nos últimos anos. Além disso, busca evitar maiores riscos operacionais no cumprimento de sua missão e de sua agenda estratégica.

Com edital publicado em janeiro de 2024, a primeira etapa do concurso foi realizada em agosto, com a aplicação das provas de conhecimentos gerais e específicos.

A previsão é que os novos servidores tomem posse e entrem em exercício no primeiro semestre de 2025, após a realização da segunda fase do concurso.

f) Semana do Conhecimento

Com os objetivos de intensificar a construção de pontes entre conhecimento e inovação, criar uma cultura de aprendizagem contínua e incentivar o compartilhamento de conhecimentos, o BC realizou, em outubro de 2024, a primeira edição da Semana do Conhecimento, oportunidade na qual celebrou o vigésimo aniversário da sua universidade corporativa.

Mais de um terço dos servidores do BC participou das atividades da Semana do Conhecimento, seja em palestras, painéis de casos internos e externos, mesas-redondas, apresentações individuais e oficinas práticas.

4.1 PROJETOS E PROGRAMAS CORPORATIVOS

Os programas e os projetos corporativos são ferramentais essenciais para a concretização das diretrizes estratégicas do BC. Por meio dessas iniciativas, promovem-se inovações e melhorias contínuas nos serviços oferecidos à sociedade, buscando a excelência nos processos de trabalho e a geração de benefícios tangíveis para a população.

Em 2024, celebraram-se os vinte anos do Escritório de Projetos do BC, um marco que reflete sua contribuição como catalisador de mudanças e inovações. Desde a sua criação, cerca de 350 projetos corporativos foram conduzidos, promovendo transformações fundamentais.

No início de 2024, o portfólio corporativo contava com 23 projetos em execução. Durante o primeiro trimestre, foram aprovados nove novos projetos para integrar esse portfólio, reafirmando o compromisso do BC com a inovação e a entrega de valor para o país.

Diversas ações da Agenda BC#, detalhadas nas seções anteriores deste relatório, são operacionalizadas por meio de projetos corporativos, evidenciando o papel central do gerenciamento de projetos na implementação de mudanças relevantes. O Escritório de Projetos continua desempenhando um papel importante no planejamento, no moni-

toramento e no controle desses projetos, assegurando alinhamento com os objetivos estratégicos do BC e promovendo uma governança que maximiza resultados e mitiga riscos. [Saiba mais](#).

a) Processo de consolidação de normativos para maior eficiência regulatória

Em 2024, o BC deu sequência ao processo, iniciado em 2020, de consolidação de atos normativos de sua competência. A intenção é revisar e consolidar seus atos normativos com o objetivo de melhorar a eficiência da sua atuação, eliminando regras desnecessárias ou excessivas para o seu cumprimento e facilitando o entendimento da regulação pelas instituições reguladas e pelo cidadão. No âmbito do BC e do CMN, de janeiro a dezembro de 2024, foram revogadas um total de 88 normas e editadas 54 normas consolidadoras.

b) Incremento da segurança da informação e avanço da transformação digital

Em 2024, o BC deu sequência ao processo de transformação digital que fortalece a segurança das informações que transitam pela Alta Administração do BC e do CMN. Esse processo contou com a atualização de instrumental tecnológico para permitir a gestão e o trânsito seguro e eficiente

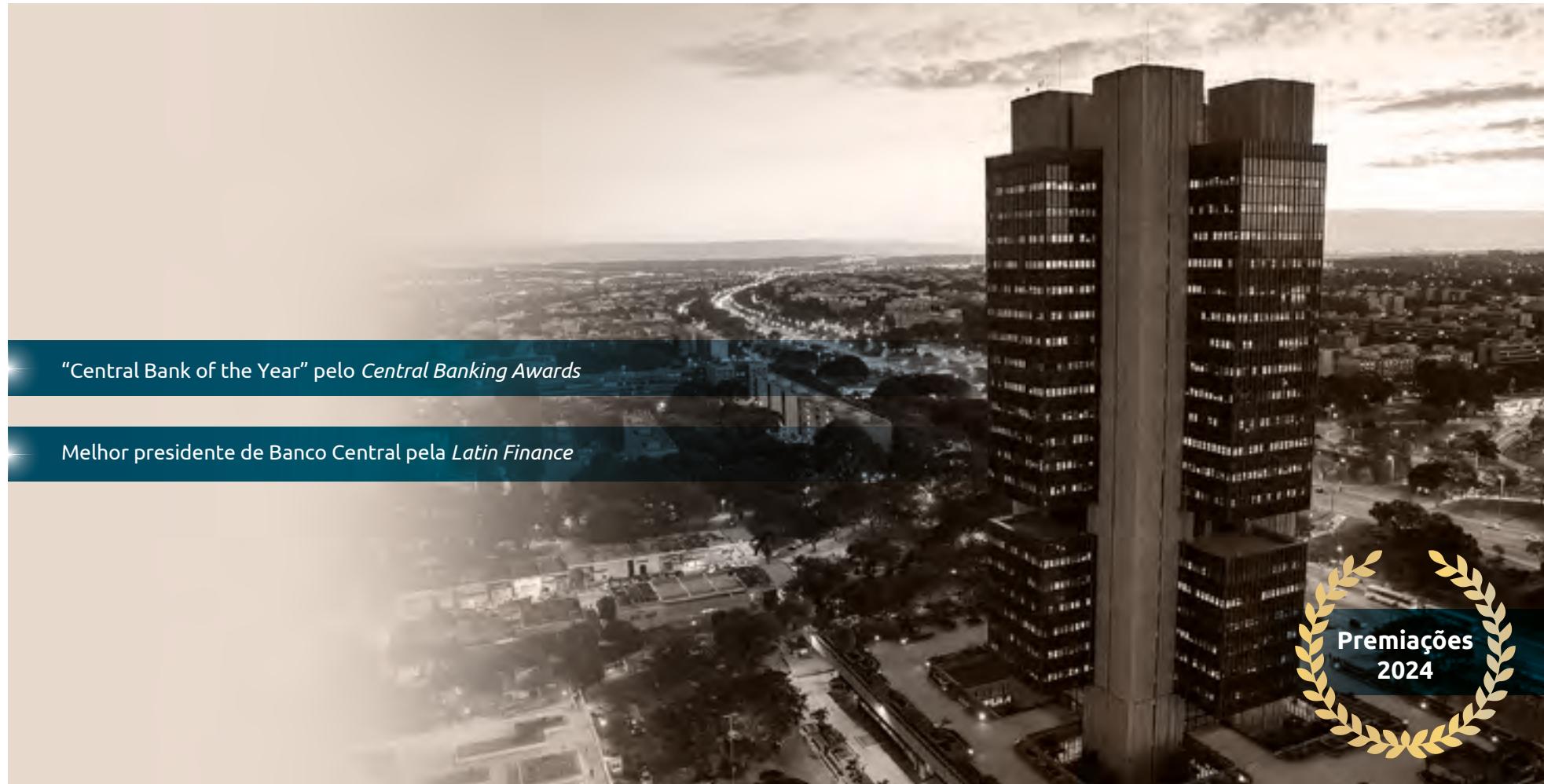
de informações sensíveis entre o BC e demais órgãos integrantes de colegiados externos. Contou também com o desenvolvimento de ações e estruturas que permitem a guarda e o acesso controlado de documentos classificados em grau de sigilo, mitigando o risco legal e reputacional de quebra de segurança da informação. Por fim, foi dado tratamento arquivístico adequado a documentos históricos provenientes da Alta Administração, permitindo a preservação segura da história do BC e das suas entregas à sociedade desde a sua criação.

4.2 PREMIAÇÕES RECEBIDAS EM 2024

O BC foi eleito o “[Banco Central do Ano 2024](#)” em premiação internacional promovida pela Central Banking Awards, que reconhece seu papel na sociedade brasileira. A Instituição recebeu o prêmio por suas ações para fortalecer a economia e melhorar a comunicação com a população. Entre as inovações, destacam-se o Pix, o Drex e o Open Finance, ampliando a inclusão e a eficiência financeira no país.

Outra premiação recebida foi a de Melhor Presidente de Banco Central da América Latina e Caribe. O prêmio foi entregue pela revista LatinFinance ao Presidente do BC pelo terceiro ano consecutivo. Ele foi reconhecido por sua gestão eficaz no processo de desinflação do Brasil e por manter o crescimento econômico acima das expectativas do mercado.

Esses prêmios destacam o reconhecimento internacional do trabalho do BC e de sua liderança em promover a estabilidade do poder de compra da moeda e a inovação no SFN. Para o futuro, a Instituição se compromete a continuar inovando, assegurando um sistema financeiro competitivo, eficiente e alinhado às necessidades da população.



"Central Bank of the Year" pelo *Central Banking Awards*

Melhor presidente de Banco Central pela *Latin Finance*



Premiações
2024



BANCO CENTRAL DO BRASIL

